



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**MARIA FERNANDES DA SILVA**

**ATUAÇÃO DO LAICATO DA IGREJA CATÓLICA DURANTE OS REGIMES  
DITATORIAIS CIVIL MILITAR NA DIOCESE DE CAJAZEIRAS-PB (1964-1989)**

**CAJAZEIRAS-PB  
2022**

**MARIA FERNANDES DA SILVA**

**ATUAÇÃO DO LAICATO DA IGREJA CATÓLICA DURANTE OS REGIMES  
DITATORIAIS CIVIL MILITAR NA DIOCESE DE CAJAZEIRAS-PB (1964-1989).**

Monografia apresentada a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação em Licenciatura Plena em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mariana Moreira Neto.

**CAJAZEIRAS-PB  
2022**

S586a Silva, Maria Fernandes da.  
Atuação do laicato da igreja católica durante os regimes ditatoriais civil militar na diocese de Cajazeiras - PB (1964-1989) / Maria Fernandes da Silva. - Cajazeiras, 2022.  
118f.  
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Moreira Neto.  
Monografia (Licenciatura Plena em História) UFCG/CFP, 2022.

1. Igreja católica. 2. Regimes ditatoriais civil militar. 3. Leigos. 4. Cajazeiras - PB. 5. Diocese de Cajazeiras-PB. 6. Lideranças religiosas. 7. Paraíba - história. I. Moreira Neto, Mariana. II. Universidade Federal de Campina Grande. III Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 2(091)(813.3)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764  
Cajazeiras - Paraíba

**ATUAÇÃO DO LAICATO DA IGREJA CATÓLICA DURANTE OS REGIMES  
DITATORIAIS CIVIL MILITAR NA DIOCESE DE CAJAZEIRAS-PB (1964-1989).**

Monografia apresentada a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação em Licenciatura Plena em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mariana Moreira Neto.

Aprovado em: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mariana Moreira Neto – UFCG  
(Orientadora)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Lucinete Fortunato – UFCG  
(Examinadora)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Viviane Gomes de Ceballos – UFCG  
(Examinadora)

---

Prof. Dr. Francisco Firmino Neto Sales – UFCG  
(Examinador – Suplente)

Dedico este trabalho ao meu Amado, que em todos os momentos da minha vida é baluarte, luz que ilumina e que me aquece, presença viva e vivificante; à minha família, meu porto seguro na saída e na chegada; à Congregação Missionária da Sagrada Família que colaborou com a minha formação pessoal, religiosa, humana e acadêmica; à Congregação das Irmãs Missionárias Carmelitas, meu ponto de partida para a conclusão desse curso; à todas as pessoas que sonharam e colaboram comigo na construção desse trabalho e a minha turma de graduação na pessoa do colega Mário Sérgio Pedoni (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

“Tudo é graça Deus nos conduz”

Há uma canção do Pe. Zezinho que descreve um pouco da minha relação com o meu Amado, esse sentimento experienciei de modo mais acentuado, durante os anos de estudo na graduação, onde assumia a vida missionária no acompanhamento as comunidades rurais e diversas realidades pastorais de uma paróquia, dentre outras atividades, além da vida acadêmica. A canção diz o seguinte: “O meu Senhor e eu temos um trato especial. O meu Senhor, cuida de mim, eu cuido das coisas do meu Senhor”. É assim que vivo esta relação, na confiança, não tenho dúvidas que até aqui Ele me conduziu, me deu forças e luzes para prosseguir a jornada. A Ele rendo graças.

O estudo acadêmico para mim foi um tempo fecundo vivido com inteireza, porém, ardoroso, com muitos obstáculos para serem superados, concluo mais uma etapa da minha vida, que certamente não é o fim deste itinerário, mas o início de uma longa jornada, pois tenho a frente o desafio de colocar a serviço das pessoas, da sociedade e da Igreja a qual sou parte aquilo que aprendi durante os anos vividos na universidade. A minha meta em chegar a fazer uma graduação era obter conhecimento para o meu crescimento enquanto pessoa humana e mais ainda em vista do bem comum. Não quero fazer do conhecimento uma posse, mas uma entrega, um serviço.

Sou a quinta e última da família a chegar à conclusão do curso superior, e essa conquista não é só minha é do meu pai Paulo Queiroga e da minha mãe Delzivia Fernandes que não tiveram a mesma oportunidade que suas filhas e filho para o estudo, mas que derramaram muito suor para nos criar e nos educar para vida. Essa conquista é também das minhas irmãs: Márcia, Marciana, Marlira e do meu irmão Marciel que comigo também sonharam, me apoiaram, ajudaram, a eles(as) meu coração transborda de amor e gratidão. De modo particular sou grata a Marciana por ter sido um incentivo desde o ato da matrícula até as leituras de tudo que escrevia nesta monografia, suas críticas e provocações muito me ajudou, grata pelo seu incentivo e por acreditar em mim, és um referencial para mim.

Sou agraciada por existir no seio de uma família de muitos membros e bem família, de forma geral estendo meus sentimentos de gratidão as minhas tias e tios paterno e materno, aos meus primos e primas que sempre estão na torcida pelo meu crescimento. De modo especial agradeço ao meu avô Zé Pedro pelo testemunho de vida íntegra, de sabedoria adquirida com as experiências da vida e pelos seus ensinamentos, suas longas conversas enriquecedoras.

A Congregação Missionária da Sagrada Família, minha terna e sincera gratidão a cada uma pela sororidade, o testemunho e os ensinamentos. Grata por ter me proporcionado o estudo acadêmico. De modo particular sou grata à aquelas que formamos comunidade durante o tempo em que me dedicava aos estudos: Ir. Nilsandra Bessa, Ir. Antônia Alcilene, Ir. Ivaneide Ernesto, bem como minhas irmãs de caminhada as quais tenho um amor imenso e admiração Maria Lima e Dalvanir Freire, grata por terem me suportado e terem sido suporte através da compreensão, do cuidado, da prontidão em me ajudar. Na pessoa de Ir. Jerusa Queiroga, minha irmã-amiga, agradeço a todas vocês que me apoiaram.

Nesta reta final do curso Deus me dá a “ousadia de refazer minha vida” junto as Irmãs Missionárias Carmelitas, conto com a alegria da fraternidade, o apoio, a compreensão e incentivo da Congregação para a conclusão do meu curso. Na pessoa de Ir. Vilma Alves, Ir. Teresinha Bezerra, Ir. Francinalda e Saila Moreira externo minha terna gratidão.

A turma 2016.1, essa tem o meu apreço e o meu afeto, quanta coisa me ensinaram! Essa gente me demoliu e me construiu, destruindo em mim preconceitos e construindo conhecimento e pontes que liga a diversas expressões juvenis, culturais, religiosas e a comunidade LGBTQIA+. Diante do quadro pandêmico do coronavírus, da Covid-19, nossa turma foi impossibilitada de concluir o curso juntos(as). Mas permanecemos unidos(as) e conectados(as), através das redes sociais e dos encontros que a vida vai proporcionando, assim acompanhamos o processo final da graduação de cada membro da turma. Na pessoa de Dalua Oliveira, Josefa Jakeline e Vitória Feitosa estendo minha imensa gratidão a todes vocês. Mas não posso deixar de aqui fazer memória de nosso colega Mário Sérgio Pedoni, que transvivenciou, uma pessoa prestativa, companheira sempre que precisávamos. Não tivemos oportunidade de nos despedir, mas o sentimento de gratidão e as boas recordações irá perdurar.

Durante o meu processo acadêmico muita gente me incentivou, apoiou e colaborou comigo, a citar: Andresa Oliveira que muito me instigou ao estudo, Josilene Dias, Anderson Baggio, Netinho Andrade, Joéliton Rolim, Francisca Gomes (Chica), Patrícia Kácia que me ajudou, através da escuta e do direcionamento no momento necessário em minha vida. A vocês minha gratidão.

No período da graduação atuei em duas paróquias: Santo Antônio, Barro-CE e São João Bosco, Cajazeiras-PB, externo a minha gratidão as lideranças leigas de cada uma delas, infelizmente não tenho como citar nominalmente porque são inúmeras, esse laicato me impulsionou a esta pesquisa e me apoiou nessa trajetória.

Grata ao Pe. Cleides pelos seus ensinamentos, seu testemunho de vida e de missão, pela sua vida doada a causa do Reino. Cresci vendo seu apostolado e sendo também evangelizada por ele, o meu ser religioso e missionário foi moldado no chão da paróquia da Sagrada Família – Uiraúna-PB, onde se tem uma Igreja viva, preocupada com as causas dos pequenos e marginalizados, defensora da vida.

Grata ao Pe. Dão, em Barro-CE, que se alegrou comigo quando soube que estava na universidade, me motivou para os estudos e ressaltou que “a minha missão durante a academia seria o estudo. O estudo é uma missão”, essas palavras ressoavam nos momentos em que precisava traçar prioridades na vida. Lembro-me que em uma conversa ele provocava a discussão sobre o lugar do laicato na Igreja e na sociedade, a partir da obra de César Kuzma, “Leigos e leigas: força e esperança da Igreja no mundo”, a qual utilizo na minha pesquisa.

Aos professores(as): Lucinete, Rosimere, Neto, Rodrigo, Silvana, Osmar, Francinaldo, Rubismar, Juliana, Janaina, Geraldo, na pessoa da prof.<sup>a</sup> Viviane Ceballos a qual tenho uma admiração imensa, por seu carisma para a docência, sua capacidade de transmitir o conhecimento, responsabilidade, compromisso e amor a profissão que exerce, estendo a minha gratidão a todos(as) os(as) meus professores(as), bem como os do Ensino Infantil, Fundamental e Médio por terem colaborado no meu crescimento intelectual e humano.

Agradeço imensamente a Mariana Moreira, que orientou esta pesquisa com muita propriedade. Por Mariana tenho grande admiração e carinho pela pessoa que é, e esses sentimentos vêm antes mesmo de ingressar na universidade quando adolescente-jovem tive oportunidades de participar de momentos formativos sobre Políticas Públicas, assessorados por ela, promovidos pela paróquia de Uiraúna para leigos e leigas. Agradecida pelas luzes, direcionamentos, dedicação e paciência em lhe dá com o meu ritmo nada acelerado para leitura e escrita.

Nesta pesquisa está contido algo precioso que são os relatos de experiências missionárias e de militância de lideranças leigas e eclesiais que desempenharam um relevante serviço à sociedade e a comunidade eclesial onde estavam inseridos. Os relatos dessas pessoas fazem “arder o nosso coração” e rever nossa postura perante as situações de injustiça social, situações de descaso a vida. Agradeço as seis pessoas contatadas para que pudéssemos desenvolver esse trabalho: Cássia, Socorro Goveia, Zé Marreta, Pe. Gervásio, Zefinha e Mauro Carli, gratidão pela prontidão e colaboração de vocês e mais ainda pelo testemunho, ousadia, teimosia em lutar contra todo sistema opressor, movidos pela causa da vida.

Gratidão a todos(as)!



## RESUMO

Esta pesquisa investigou historicamente os trabalhos de base desenvolvidos por lideranças religiosas leigas na Igreja diocesana de Cajazeiras-PB, no período de 1964-1989. Para realização deste estudo, utilizamos fontes bibliográficas e orais, que nos permitiram conhecer o contexto histórico político-econômico-social-ecclesial, através da aproximação do objeto que tem como sujeito as lideranças laicas da Igreja Católica. As entrevistas nos possibilitaram o conhecimento de suas experiências missionárias e de militância frente aos desafios sociais que os interpelavam. O método de trabalho adotado foi a análise crítica marxista e dialético das fontes escritas e orais, por assim a pesquisa se encontrar no campo da Nova História Política e da História Social que nos permitiu compreender o objeto e os sujeitos para além daquilo os quais se apresentam. A linha da Teologia da Libertação foi também um caminho percorrido utilizado como método de análise sociológica e ecclesial. Possibilitando encontrar respostas a questões levantadas sobre Igreja Católica, poder e lideranças leigas. E preencher lacunas de registros históricos sobre a atuação e contribuição dessas lideranças, fomentando, a partir do conhecimento teórico uma participação efetiva e consciente dos leigos e leigas como “sujeitos ecclesiais” e sociais no meio onde estão inseridos(as).

**PALAVRAS-CHAVE:** Leigos(as). Regimes ditatoriais civil militar. Igreja Católica. Diocese de Cajazeiras-PB.

## **ABSTRACT**

This research has historically looked at the bases developed by lay religious leaders in the diocesan church of Cajazeiras, Paraíba state – Brazil, during the period 1964-1989. To carry out this study, we used bibliographical and oral sources, which allowed us to know the political-economic-social-ecclesial historical context, through the approach of the object that has as its subject the lay leaders of the Catholic Church. The interviews enabled us to discover their mission and their militant experiences in the face of the social challenges they faced. The method of work adopted was the Marxist and dialectical critical analysis of written and oral sources in a Marxist perspective, so that the research is in the field of New Political History and Social History that allowed us to understand the object and the subjects beyond what they present themselves. The line of liberation theology was also a method used for sociological and ecclesial analysis. To provide answers to questions on the Catholic Church, the power and secular leadership. And fill gaps in historical records about the performance and contribution of these leaders, encouraging, from theoretical knowledge, an effective and conscious participation of laymen and women as "ecclesial and social subjects" in the environment where they are inserted.

**KEY WORDS:** Lay people. Civil-military dictatorial regimes. Catholic church. Diocese of Cajazeiras - Brazil.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ação Católica
ACB	Ação Católica Brasileira
ALN	Aliança Libertadora Nacional
AT	Antigo Testamento
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
DAp	Documento de Aparecida
EG	Evangelii Gaudium
EN	Evangelii Nuntiandi
IES	Instituição de Ensino Superior
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LG	Lumen Gentium
MEB	Movimento de Educação de Base
MER	Movimento de Evangelização Rural
NE	Nordeste
NT	Novo Testamento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SNI	Serviço Nacional de Informações
URSS	União das Repúblicas Socialista Soviética

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 REGIMES DITATORIAIS CIVIL-MILITAR.....	19
2.1 REGIMES DITATORIAIS NA AMÉRICA LATINA.....	19
2.2 REGIMES DITATORIAIS NO BRASIL.....	21
2.3 IGREJA CATÓLICA E SEUS RAIOS DE PENETRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E BRASIL.....	26
2.3.1 Igreja Católica e poder .....	26
2.3.2 Igreja Católica e Regimes Ditatoriais Civil Militar no Brasil.....	29
2.3.3 Concílio Vaticano II .....	33
2.3.4 Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano .....	35
2.3.5 Teologia da Libertação.....	39
2.3.6 Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) .....	42
3 LAICATO VIVÊNCIA SECULAR E ECLESIAL.....	45
3.1 CONCEITO DE LEIGO E LEIGA.....	46
3.2 SER LEIGO E LEIGA NA CONCEPÇÃO DA IGREJA .....	48
3.3 O LAICATO E RELAÇÕES DE PODER NO MEIO ECLESIAL.....	52
3.4 PRESENÇA DO LAICATO NO CATOLICISMO BRASILEIRO .....	56
3.5 LEIGOS COMO SUJEITOS ECLESIAIS .....	61
4 LEIGOS E LEIGAS FERMENTO DE TRANSFORMAÇÃO.....	66
4.1 DIOCESE DE CAJAZEIRAS ESPAÇO TERRITORIAL E ECLESIAL .....	66
4.2 DIOCESE DE CAJAZEIRAS NO PERÍODO DOS REGIMES DITATORIAIS CIVIL MILITAR.....	69
4.3 ATUAÇÃO DE PADRES ITALIANOS NA DIOCESE DE CAJAZEIRAS .....	75
4.4 AÇÃO CATÓLICA NA DIOCESE DE CAJAZEIRAS (1935 – 1953).....	79
4.5 CAMINHOS QUE SE ENTRELAMAM – MOVIMENTO E MER.....	82
4.5.1 O Movimento .....	82
4.5.2 O MER na Diocese de Cajazeiras .....	84
4.5.3 União de forças na luta por justiça .....	89
4.6 A EXPANSÃO DO LAICATO NA DIOCESE DE CAJAZEIRAS .....	90
4.7 LUTA PELA TERRA NA DIOCESE DE CAJAZEIRAS.....	93
4.8 PERSEGUIÇÃO AO LAICATO DURANTE OS REGIMES DITATORIAIS CIVIL MILITAR.....	98

4.9 POSICIONAMENTO DA IGREJA CATÓLICA HIERÁRQUICA FRENTE AO LAICATO .....	100
4.10 CONTRIBUIÇÕES DO LAICATO NA CONFIGURAÇÃO DA IGREJA DIOCESANA DE CAJAZEIRAS E DA SOCIEDADE .....	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	108
REFERÊNCIAS .....	113

## 1 INTRODUÇÃO

Os acontecimentos na vida humana e social não se repetem, contudo, tendem a serem projetados em novas facetas, decorrentes de comportamentos e ideologias vivas no âmago das pessoas e refletidos no coletivo. O historiador Marc Bloc ressalta a importância da história para o tempo presente ao enfatizar, que “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (BLOC, 2001, p. 65). Recorrer ao passado é uma questão de vida no presente, visto que projeções de acontecimentos desumanos, autoritários e ideológicos tendem a disseminar vidas e a ameaçar a democracia. Voltar ao passado, através, das fontes históricas, permite conhecer o que no presente está obscuro ou entender os comportamentos humanos e sociais no “hoje” da história.

O período dos regimes ditatoriais é um recorte da história do Brasil que me instiga a buscar conhecimento, em virtude do contexto político, social e religioso que nos permeia e que tem provocado mais ainda essa busca. O intuito de pesquisar sobre as lideranças leigas da Igreja Católica que tiveram uma atuação pastoral e social neste período surgiu de inquietações a partir de experiências missionárias vivenciadas junto das lideranças leigas nas comunidades rurais e nas periferias em cidades pertencentes a Diocese de Cajazeiras-PB, do Crato-CE, de Mossoró-RN e da Arquidiocese de Fortaleza-CE. É necessário provocar discussões sobre o lugar do laicato na Igreja, ontem e hoje, bem como sobre a sua relevância para a instituição eclesial, política e social, mas também, perceber a necessidade de emancipação e autonomia desses sujeitos para exercer tal serviço.

Nosso objetivo geral consistiu em investigar, historicamente, os trabalhos de base desenvolvidos por lideranças religiosas leigas na Igreja diocesana de Cajazeiras, no período de 1964-1989, problematizando o lugar de atuação e valorização do laicato nas esferas eclesiais e secular e os fatores que os levam a uma condição de inferioridade dentro de uma estrutura eclesial institucionalizada e buscando responder as seguintes questões: Quem foram essas lideranças leigas? O que fizeram? Onde atuaram? Qual a importância da atuação dessas lideranças para a sociedade? As lideranças laicas são realmente sujeitos eclesiais?

Os objetivos específicos que nos impulsionaram para o desenvolvimento desta pesquisa foram: a) Analisar o posicionamento e a atuação da Igreja Católica na diocese de Cajazeiras, em anos de regimes ditatoriais civil militar; b) Identificar lideranças religiosas leigas na diocese que tiveram uma atuação de militância no período de Ditadura; c) Perceber a importância da atuação pastoral e social dessas lideranças, na formação religiosa e política, em comunidades rurais e urbanas na diocese de Cajazeiras, durante o período em delimitação.

O trabalho está organizado em três capítulos, no capítulo primeiro está contida a fundamentação teórica acerca dos regimes ditatoriais na América Latina e suas particularidades no Brasil; a Igreja Católica e seus raios de penetração na América Latina e no Brasil, desenvolvendo assim o conceito de Igreja, de poder exercido pela mesma no meio eclesial e social e da sua atuação frente aos regimes ditatoriais.

Na segunda parte trabalhamos o conceito de leigo problematizando-o a partir do sentido etimológico da palavra. Em seguida, discutimos o conceito de leigo para a Igreja Católica e como é vivida a relação Igreja-instituição-hierarquia junto ao laicato. Tratamos, ainda, das relações de poder no meio eclesial e da atuação do laicato no catolicismo brasileiro e dos leigos como sujeitos eclesiais.

No terceiro capítulo, procuramos dar vozes aos sujeitos de nossa pesquisa. Nele situamos o espaço territorial e eclesial de atuação do laicato; o perfil de Igreja que agia neste período; e os movimentos e organizações pastorais de cunho social que provocou transformações internas e externas na Igreja diocesana de Cajazeiras.

Apresentamos as considerações finais desse trabalho sugerindo novas possibilidades de pesquisa, visto que este trabalho não está acabado e nem temos condições em esgotar as diversas perspectivas de pesquisa nesse campo, dentre elas, a aproximação com realidades, lugares e pessoas implicadas neste trabalho. A realidade que vivenciamos de um governo autoritário, de uma economia liberal, de negações de direitos da população, de modo específico as camadas mais desprovidas da sociedade brasileira, torna a pesquisa pertinente, no sentido em que ideologias que permearam os tempos de regimes ditatoriais civil e militar, em todas as esferas institucionais, têm sido recorrentes nos tempos atuais, bem como um regresso ao estilo de uma Igreja conservadora estruturada pelo clericalismo. Faz-se necessário, portanto, conhecer como reagiu a Igreja, em especial, a Igreja particular<sup>1</sup> de Cajazeiras no tempo da Ditadura, bem como a sua postura, a sua atuação junto ao povo pobre e oprimido e junto aos líderes que estavam na organização das comunidades na luta por seus direitos. Conhecer, ainda, a sua postura junto às autoridades políticas e militares. Esses são assuntos que carecem serem tratados com a finalidade de compreender a postura atual, seja da Igreja ou sociedade civil, frente aos novos desafios provocados pelos interesses de mercado.

Esta pesquisa tem um caráter de análise retrospectiva, mas com o olhar fixo no agora e os pés fincados no chão da realidade. Ao realizarmos levantamentos bibliográficos sobre o objeto da pesquisa, percebemos o quanto é necessário desenvolver mais trabalhos sobre esta temática a fim de contribuir com a construção de conhecimentos que lancem novas

---

<sup>1</sup> Termo utilizado no meio eclesial para se referir a uma diocese, que é constituída por um grupo de paróquias.

abordagens sobre um momento importante, traumático e ainda muito nebuloso de nossa história. Isto porque, como é sabido, o conhecimento emancipa o sujeito, abre o olhar para o novo que se desvela e este novo olhar propicia a edificação do sujeito e da sociedade a partir de suas escolhas e suas ações.

A temática trabalhada adentra no campo da Nova História Política adotando, como campo historiográfico, a linha da política eclesiástica tratando-se, especificamente, da religião enquanto Igreja Católica, bem como a relação de poder exercido pela mesma nas esferas eclesiais e sociais. Dessa forma, os termos “poder”, “igreja” e “leigos” foram conceitos relevantes para o desenvolvimento dessa pesquisa. A Nova História Política nos permitiu, para tanto, direcionar o estudo sobre a participação da Igreja na vida política, se referindo aqui a duas dimensões, aquela que faz a política e a que faz o político, seja movida pelos interesses do bem comum ou individual. Para isso, Sirbin (2001), Miceli (2009) e Mainwaring (2004) nos ajudaram a dialogar e a fundamentar esse campo historiográfico.

A Nova História Política nos possibilita transitar em outros campos da história, bem como desenvolver uma pesquisa interdisciplinar, assim sendo, a pesquisa também percorreu pelo campo da História Social. Para Castro (1997), a História Social se contrapõe a História Positivista, fatural, a partir de uma nova abordagem histórica, através de uma “história problema” formulada de situações específicas. Esse campo historiográfico tem suas problemáticas e metodologias próprias, possibilitando tematizar a formação dos agentes históricos – classes e grupos sociais – e as relações que configuram as estruturas sociais. Permite-nos, ainda, analisar as relações das classes subalternas com as estruturas hierárquicas, analisar a conjuntura social e os comportamentos dos agentes históricos.

Ao trabalhar no campo da História Social buscamos abordar, como dimensão específica, a atuação de lideranças leigas na igreja e na sociedade, uma vez que, sendo elas parte integrante da Igreja-Instituição, estão situadas em um lugar de inferioridade e submissão às elites eclesiásticas. Portanto, problematizar o lugar dessas lideranças, os fatores que as levam a este patamar e a permanecerem nele, se mostra um salutar exercício de compreensão histórica de um tempo e de um contexto.

A história da religião não se restringe apenas à dimensão teológica da fé e da doutrina da Igreja, mas abrange também a dimensão humana, as expressões culturais, sociais, políticas, e as relações de poder interno e externo.

O contexto eclesial impulsionado pelo Concílio Vaticano II e pelas Conferências Episcopais Latino-americanas em que está inserida a pesquisa, tem a Teologia da Libertação como a linha de pensamento que predominava nos referidos eventos. A Teologia da



Libertação ajudou a fazer a leitura da realidade para se perceber o processo de opressão e exploração daqueles que não tem face e que estão escondidos por trás de todo um sistema capitalista, o qual moveu os regimes ditatoriais civil militar na América Latina.

Visto que a Teologia da Libertação tem base filosófica marxista, a partir do momento em que a Igreja passa a questionar as desigualdades sociais e a fome (a qual gera a pobreza), o método de análise marxista está presente. O que aproxima a Teologia da Libertação com o marxismo não são questões doutrinárias ou de fé, mas sim o método científico ou de análise sociológica. Por isso, a linha de pensamento da Teologia da Libertação conduz também a pesquisa em consonância com o método de análise marxista. Assim, procuramos fazer uma leitura da realidade de forma crítica e dialética.

A Teologia da Libertação suscitada pós-Concílio Vaticano II e Conferência de Medellín, é uma nova abordagem teológica desenvolvida, através do método indutivo conhecido como “ver, julgar e agir” a qual é a raiz da Teologia da Libertação. O método lança o olhar para a realidade de miséria presente no continente, julga à luz das Sagradas Escrituras e do magistério da Igreja e esse olhar deve ser ativo, ou seja, sucedido de uma presença e atuação onde há clamor pela vida. Para Godoy (2019, p. 8), esse método é a alternância em “forma de círculo hermenêutico, a prática e a teoria, de maneira dialética”.

O materialismo dialético de Marx, segundo Gil (2008, p.14), é entendido como um método de interpretação da realidade e fornece uma “interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente”. O método de análise crítica marxista nos permite ver o objeto para além daquilo que se apresenta, buscando a essência do ser e dos fatos ao analisar todo um contexto histórico.

Para a realização da pesquisa utilizamos fontes bibliográficas que nos levaram ao conhecimento a partir de teóricos que discutem o assunto. Mediante as fontes, realizamos a exploração, coletando tudo o que norteava e embasava o nosso trabalho. Através do estudo bibliográfico realizado, constatamos lacunas nos relatos históricos sobre a atuação de lideranças leigas na Igreja diocesana de Cajazeiras, no que se refere a construção acadêmica, na perspectiva a qual desenvolvemos. Em vista desta ausência, trabalhamos para dar voz a essas lideranças, as quais tiveram um papel ativo na construção política, social e eclesial no território da Diocese de Cajazeiras.

Após identificarmos e contarmos essas lideranças, partimos para as entrevistas onde foi possível ouvi-las através da oralidade e da escrita. Mas como ouvir uma pessoa através da escrita? Sim, as palavras escritas falam mesmo apesar de certos sentimentos e experiências

serem indizíveis. Mas bom seria se pudéssemos ter ouvido a voz, os silêncios, as pausas e os gemidos dessas lideranças! Bom seria se tivéssemos escutado os sentidos dos depoentes – os olhares, a respiração, os gestos! Ah, se pudéssemos ter provocado outras falas! Mas o contexto de pandemia nos privou desta aproximação e, para algumas dessas lideranças, a distância geográfica também foi um impedimento, como foi o caso de Zefinha Teixeira e Mauro Carli, que residem na Itália. A esses, encaminhamos formulários contendo nossos questionamentos e eles retornaram com suas respectivas respostas.

Para entender a atuação do laicato, tivemos que conhecer um pouco da atuação das lideranças eclesiais que eram responsáveis pelo laicato na Diocese de Cajazeiras: Pe. Gervásio Fernandes de Queiroga, Mauro Carli e Pe. Domingo Cleides Claudino. O primeiro, por ter uma idade avançada e fragilidade física, aceitou receber as perguntas em formulário e respondê-las através de áudios que nos foram enviados por e-mail. Com relação a Mauro Carli, a comunicação se deu através de WhatsApp e de e-mail, através do qual enviamos e recebemos as respostas do formulário. Quanto a Pe. Domingos Cleides, o contatamos porque o consideramos um repositório de muitas informações desse período, em outras palavras, uma figura central nesse processo na Diocese de Cajazeiras, contudo, não houve aceitação por sua parte para a realização da entrevista. Sobre a sua atuação e relevância da mesma, como aporte teórico, contamos com algumas das entrevistas e fontes bibliográficas.

Ouvir os padres que tiveram atuação na coordenação das lideranças leigas foi demasiadamente relevante, a fim de entender os espaços que lhes eram permitidos atuar, o apoio que tinham, a presença da hierarquia eclesial junto a essas lideranças, as formações oferecidas, dentre outras, bem como ouvir o laicato sobre suas experiências na militância, nas pastorais, na luta por uma sociedade mais justa e equitativa.

Obtendo o consentimento desses depoentes, buscamos a autorização junto ao conselho de ética da Instituição de Ensino Superior (IES) a qual estamos vinculadas, para realização das entrevistas. A pesquisa foi realizada dentro dos princípios éticos por se tratar de seres humanos, os quais merecem todo respeito e dignidade.

Conseguimos realizar, pessoalmente, as entrevistas da leiga Socorro Goveia e do líder sindical Zé Marreta. Por ser uma cidade central para o nosso encontro, a entrevista com Socorro Goveia foi realizada no interior da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, em Sousa-PB. A entrevista com Zé Marreta ocorreu na sede do sindicato, em Cachoeira dos Índios-PB. Com relação a leiga Rita de Cássia, residente no Ceará, em decorrência da pandemia, só foi possível entrevistá-la através de ligações telefônicas as quais foram gravadas

e transcritas. Quanto a leiga Zefinha, que reside na Itália, a mesma aceitou responder o formulário e enviá-lo por e-mail.

Os depoentes atuaram em lugares distintos no vasto território da Diocese de Cajazeiras. Na cidade de Cachoeira dos Índios, por exemplo, estavam Zé Marreta e Zefinha que, em sua tenra juventude, assumiram a organização na luta por direitos elementares à vida, juntamente com Mauro Carli que exercia o ministério presbiteral neste período; da cidade de Uiraúna para outras cidades pertencentes à extensão territorial da diocese contatamos a leiga Socorro Goveia a qual relata sua experiência junto às juventudes, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Pastoral da Rural e Comissão da Pastoral da Terra (CPT); contamos com a partilha de experiência da leiga Rita de Cássia que atuou no Movimento de Evangelização Rural (MER), especificamente nos Movimentos de Bairros de Cajazeiras. Além dessas lideranças, ao longo da pesquisa citamos e nominamos outras que fizeram história.

Quanto às lideranças citadas na pesquisa as quais não conseguimos entrevistar, recorremos a fontes bibliográficas que pudessem suprir esta carência, tais como na obra “Em busca de novos caminhos: experiências em anos de chumbo<sup>2</sup>” escrita por militantes do MER; “O movimento nos bairros populares de Cajazeiras<sup>3</sup>”, lançada no final de nossa pesquisa, e o livro “A tristeza de não ser santo: memórias do Pe. Gervásio Fernandes de Queiroga<sup>4</sup>”, lançado no início de nossa pesquisa.

As entrevistas foram realizadas de forma semiestruturada, possibilitando a abertura para novas perguntas, conforme as necessidades e as possibilidades que viessem a surgir no decorrer da entrevista. Havendo, contudo, uma elaboração prévia de perguntas estruturadas a serem feitas. Ao término das entrevistas, com as informações colhidas, trabalhamos na análise do material com os seguintes passos: transcrição, estudo através de leituras, cruzamento de dados e informações e registros necessários para pesquisa.

A nossa pesquisa é considerada qualitativa e de caráter exploratório, a fim de compreender o sujeito histórico, seus comportamentos, atuações, lugar de fala, experiências e relações. A pesquisa qualitativa e exploratória envolve “levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas”, bem como nos possibilita “uma visão geral, de

---

<sup>2</sup> Obra publicada no ano de 2010 pela editora Pacartes. Organizada por um grupo de pessoas que atuou no Movimento de Evangelização Rural (MER), que traz relatos de militantes do MER, que tiveram atuação em algumas cidades pertencentes à diocese de Cajazeiras.

<sup>3</sup> Obra do autor José Alves Neto, leigo e militante, membro do Movimento. Publicada no ano de 2021.

<sup>4</sup> Obra de cunho bibliográfico, que tem como organizadores o professor acadêmico Rudy Albino de Assunção e um grupo de discentes da UNICATÓLICA, no Quixadá-CE. Foi construída a partir de entrevistas realizada com o Pe. Gervásio e publicada no ano de 2019.

tipo aproximativo, a cerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27). A pesquisa qualitativa se aplica, de forma geral, a trabalhos que buscam desenvolver a subjetividade de pessoas a respeito de determinados temas, assim, essa pesquisa, atendendo a esse critério, utiliza-se de abordagem, de cunho exploratório porque buscou analisar, através das falas dos leigos e leigas, o sentido dessa experiência em suas vidas. Lakatos (2003) também afirma que a pesquisa exploratória tem o objetivo de formulação de questões com a finalidade de aproximar e familiarizar o pesquisador com o entrevistado, com seu território e com suas vivências.

Já o método indutivo, utilizado na análise das entrevistas, possibilitou partir do particular e generalizar as ações dos sujeitos. Ressaltamos, para tanto, que a generalização é constatada a partir “da observação de casos concretos” (GIL, 2008, p.10).

Para a construção do conhecimento sobre a temática desenvolvida recorreremos à contribuição de alguns teóricos que embasaram o contexto de Ditadura, de Igreja, de poder e de leigo abordado na pesquisa, onde citamos: Assunção (2019), Baldissera (1987), Beozzo (1979; 2003), Bingemer (1987), Brighenti (2019), Boff (1982), Delgado (2007), Delgado e Passo (2003), Gebara (2017), Gomes (2009), Löwy (2016), Kuzma (2009), Mainwaring (2004), Miceli (2009), Neto (2021), Passos (2015; 2017), Reis (2005; 2010, 2014), Santos (2010), Serbin (2001), dentre outros.

## **2 REGIMES DITATORIAIS CIVIL-MILITAR**

### **2.1 REGIMES DITATORIAIS NA AMÉRICA LATINA**

É pertinente ampliar o olhar sobre a América Latina, em especial, o sul deste continente, para uma compreensão sócio-histórica e, sobretudo, suas particularidades no Brasil e, assim, podermos desvendar e entender os propulsores determinantes nas Ditaduras Militares na América Latina e no Brasil, bem como o projeto de sociedade que estava sendo pautado de forma implícita e/ou explícita pelo regime ditatorial civil-militar. Um período que marcou profundamente o contexto social, histórico e econômico onde o regime foi instaurado.

O Brasil não foi o único a vivenciar esse processo histórico. Muitos outros deixaram marcas na história por terem vivenciado décadas regidas por governos militares autoritários. Dessa forma,

América do Sul e Ditadura Militar tornam-se, ao longo das décadas de 1960 e 1970, quase que termos sinônimos. A multiplicação dos regimes militares, com suas

típicas características, em especial as acusações de violações aos direitos humanos, ocupou as décadas de 1960 e 1970 por todo o continente sul-americano – com exceção da Venezuela e Colômbia (SILVA, 2007, p. 245).

Anterior às tomadas de governos pelos militares, no final da década de 1950, irrompe a revolução cubana. A mesma recebe o apoio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e serve como ponto motivacional para países subdesenvolvidos da América Latina, situados numa condição periférica mediante as potências econômicas-imperialistas. Com isso, é reforçado “o movimento guerrilheiro na Colômbia, na Venezuela, no Peru, na Bolívia. Surge a guerrilha urbana no Uruguai, Argentina, Brasil” (SANTOS, 2010, p. 19).

O ano de 1968 ficou marcado na história por diversas razões. Na América Latina, vivencia-se a realidade de “momentos turbulentos, com a crise de um modelo populista-desenvolvimentista<sup>5</sup> e com a ascensão de vários movimentos populares, que antecederam uma série de golpes militares, em vários países deste Continente” (GODOY, 2009, p. 4).

Segundo Borges (2007), foram desencadeados golpes de estados e ingresso dos militares na política em diversos países da América Latina.

Para se ter uma ideia desse expansionismo militarista, basta saber que, em 1979, dois terços da população latino-americana, calculada na época em 400 milhões de habitantes, viviam em Estados dotados de regimes militares (BORGES, 2007, p. 15).

O cenário que antecedeu a tomada do poder governamental pelos regimes militares, era de governos com projetos políticos desenvolvimentistas e populistas, de forte ação dos movimentos populares e revolucionários, favorecendo processos de consciência libertadora e de autonomia do Continente. Um cenário que se faz presente também no interior da Igreja Católica.

Os governos militares entram com o discurso de combate ao comunismo. Por trás de todo esse cenário Latino-Americano, estavam os Estados Unidos, promovendo os regimes ditatoriais. Era o período marcado pelo que se designou Guerra Fria. Com o término da Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos e URSS entram em conflitos político-ideológicos, denominado por autores, como Borges, de uma “bipolarização do poder”. Assim, no Brasil, adianta Borges (2007, p. 24), “o golpe e a manutenção do regime militar de 1964 estão inscritos na Doutrina de Segurança Nacional, originária dos Estados Unidos”.

---

<sup>5</sup> Consistiu na combinação de uma forte intervenção estatal em áreas estratégicas (transporte, energia e comunicação), como incentivo direto à industrialização nacional, e atração do capital estrangeiro com concessão de expressivas facilidades fiscais. Com isso, foi estimulado o desenvolvimento econômico associado do capital nacional ao estrangeiro, com baixo grau de regulação das remessas de lucros para o exterior (SANTOS, 2012, p. 82).

Nas décadas de 1970 e 1980, inicia-se nos países sul-americanos que eram governados por regimes militares, um processo de redemocratização provocado pela fragilidade econômica que desmontou toda a ideia de governo que vinha sendo construída. Segundo Silva (2007), o continente americano foi afetado fortemente pela crise e recessão econômica que ocorria mundialmente. Silva enfatiza, ainda, que a crise do petróleo ocasionada pela Guerra do Yom Kippur, ocorrida em outubro de 1973, acarretou o bloqueio petrolífero deixando, como saldo para a América Latina, uma crise econômica que impactou fortemente no Brasil. Além do mais, há uma soma do “impacto do petróleo de 1973 a crise dos juros externos em 1982” (SILVA, 2007, p. 253).

Diferentemente de outros países da América Latina, no campo político com regimes ditatoriais, como Chile e Paraguai, “os generais brasileiros fizeram rotatividade na Presidência, realizaram eleições regulares e usaram a propaganda para cultivar uma fachada de democracia”, levando o país ao regime ditatorial por mais de duas décadas (SERBIN, 2001, p. 60).

Por ocasião da Conferência de Medellín<sup>6</sup> (BEOZZO, 1998), no dia 06 de setembro de 1968, os bispos dirigem uma mensagem aos povos da América Latina como sinal de compromisso com os clamores sociais que emergiam no momento, enfatizando que,

A América Latina parece viver ainda sob o signo trágico do subdesenvolvimento que não apenas afasta os nossos irmãos do gozo dos bens materiais, mas de sua própria realização humana. Apesar dos esforços realizados, conjugam-se a fome e a miséria, as doenças generalizadas e a mortalidade infantil, o analfabetismo e a marginalidade, profunda desigualdade das rendas e tensões entre as classes sociais, surtos de violência e escassa participação do povo na gestão do bem comum (CELAM, 2010, p. 28).

Partindo desse pressuposto, os bispos em Medellín externaram que a missão deles era contribuir com a promoção da vida e das comunidades do continente (CELAM, 2010).

## 2.2 REGIMES DITATORIAIS NO BRASIL

O Brasil viveu mais de 20 anos sob o regime ditatorial civil militar. Em 31 de março de 1964, um movimento civil-militar depõe o então presidente João Goulart (Jango), visto como um presidente de imagem populista que conquistara a classe trabalhadora e o povo ao

---

<sup>6</sup> A Conferência de Medellín foi a segunda Assembleia Geral do Episcopado Latino Americano, realizada na cidade de Medellín, Colômbia, no ano de 1968. Uma assembleia de caráter pastoral, onde se discutiu temas de fundamental importância para o Continente, temas esses que não foram contemplados no Concílio Vaticano II. Medellín teve como método o estudo da realidade econômica-política-social; procurou identificar as interpelações da realidade, à luz da palavra de Deus; propôs pistas de ação pastoral visando a transformação e libertação dos pobres e marginalizados (BEOZZO, 1998).

colocar-se a seu lado. A principal justificativa do golpe eram as reformas de bases<sup>7</sup> (GOMES, 2009) e, como argumenta Serbin (2001, p. 88), “ao se voltar para a esquerda, Jango contrariou os conservadores e os Estados Unidos”.

De certo, esse posicionamento foi incômodo para os grupos políticos, civis, setor militar e empresarial, investidores internacionais, grandes proprietários rurais, conservadores da Igreja Católica e setores da classe média que defendiam um Estado autoritário, em nome de “Deus, Pátria e Família”, a fim de abolir o comunismo, o avanço da esquerda e controlar a crise no setor econômico (DELGADO; PASSO, 2007).

Para o historiador Reis (2014), a Ditadura instaurada no ano de 1964, destruiu o projeto de República o qual era pautado na aliança do Estado com as classes sociais do campo e da cidade.

A partir de março de 1964, o Brasil teve sequências de presidentes militares. Em 15 de março de 1967, toma posse na Presidência da República, o general Arthur da Costa e Silva, que, por motivos de doença e óbito, teve o mandato de quatro anos interrompido. Em seu governo, Costa e Silva passa a adotar a tortura como política repressiva de Estado. No dia 13 de dezembro de 1968, ao promulgar, em nome da segurança nacional, o Ato Institucional de Nº 5 (AI-5), “suspende direitos civis comuns, inclusive o *habeas-corpus*, devolve ao presidente a competência para cassar mandatos e direitos políticos e, de fato, para fazer os atos de governo que quiser e como quiser” (COUTO, 2010, p. 85).

Para o historiador Carlos Fico, o AI-5 “foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968”. Trata-se de um projeto que visava combater o comunismo e quaisquer dissensões visando introduzir o país numa “democracia ocidental e cristã” (FICO, 2004, p. 40). Mas Couto ressalta que o AI-5 foi “o golpe dentro do golpe”, ou seja, o ato de 1964 foi consumado, “agora é a Ditadura sem disfarce” (COUTO, 2010, p. 87).

Os historiadores Antunes e Ridenti (2007) enfatizam que o AI-5 foi um desfecho da crise, uma resposta às revoluções de 1968 que desencadeavam não apenas no Brasil, mas em vários países do mundo. Eram as manifestações do operariado, da juventude estudantil, dos

---

<sup>7</sup> Reformas de bases – “A *reforma agrária*, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo. A *reforma urbana*, para planejar e regular o crescimento das cidades. A *reforma bancária*, com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das prioridades nacionais. A *reforma tributária*, deslocando a ênfase da arrecadação para os impostos diretos, sobretudo o imposto de renda progressivo. A *reforma eleitoral*, liberando o voto para os analfabetos, que então constituíam quase a metade da população adulta do país. A *reforma do estatuto do capital estrangeiro*, para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucros para o exterior. A *reforma universitária*, para que o ensino e a pesquisa se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais” (REIS, 2005).

movimentos feministas, negros, dentre tantas outras expressões que se demonstravam insatisfeitas com as questões econômicas, sociais e políticas.

Como o maio libertário dos estudantes e trabalhadores franceses, a “Primavera de Praga” contra o “socialismo real” sob domínio da URSS, o massacre de estudantes no México, as manifestações nos Estados Unidos contra a guerra do Vietnã, as distintas ações revolucionárias armadas em diversos países, os movimentos de contra-cultura, dentre tantos outros exemplos, o Brasil também marcou sua presença nesse emblemático ano (ANTUNES e RIDENTI 2007, p. 79).

As explosões de manifestações em muitos países serviam como fio condutor que impulsionava a realização dessas manifestações e revoluções em vários países. Cada país, contudo, tinha suas próprias pautas de mobilizações. No caso, o Brasil tinha em sua pauta também a luta contra os regimes ditatoriais civil-militar. Vale salientar que havia “aspectos comuns” no cenário mundial: industrialização avançada; crescente urbanização; indústria cultural; aumento do proletariado e assalariados jovens; acesso crescente ao ensino superior; e incapacidade do poder para representar a sociedade que se renovava. Com o enrijecimento da Ditadura, muitos militantes migraram para a clandestinidade, adotando a luta armada contra o sistema vigente (ANTUNIS; RIDENTI, 2007).

Mediante o AI-5 o povo, ou seja, a grande massa da população brasileira, permaneceu apática. Segundo Couto (2010, p. 99), “sem consciência política, desorganizado, desinformado, pobre e carente, o ‘povão’ nem tem noção precisa do que está acontecendo”. Sem o conhecimento devido, passam a apoiar o sistema vigente, principalmente em seu ápice, com o “milagre econômico”, que se deu na presidência de Emílio Garrastazu Médici.

A política econômica desenvolvida nos governos Costa e Silva e Médici possibilitou o “milagre econômico” brasileiro, favorecendo o aumento e aceleração do crescimento econômico no período de 1968-1973. Couto ressalta, ainda, como foi desenvolvida essa política econômica: “Tomam-se empréstimos, estimula-se a entrada de capitais, diversifica-se a pauta de exportação [...]. Proliferam os investimentos privados, [...]. Amplia-se o papel do Estado como investidor e produtor, patrocinando importantes obras de infraestrutura” (COUTO, 2010, p. 86-87).

No entanto, o proletariado sofria com o arrocho salarial, mas temia se manifestar publicamente contra um baixo salário, pois presava pelo emprego. Neste período, não havia apoio sindical, exceto para assistencialismo (GOHN, 1995).

O Brasil “crescia rapidamente sob o ‘milagre econômico’ da Ditadura Militar” (SERBIN, 2001, p. 20). No entanto, os contrastes das desigualdades sociais eram visíveis na construção civil, onde prédios luxuosos e arranha-céus eram edificadas, enquanto uma



multidão de pobres amontoava-se em casebres edificando as grandes favelas nas grandes cidades do Brasil.

Em poucos anos emerge a crise financeira evidenciando a fragilidade do sistema econômico onde uma minoria acumulava capital no país. Com isso, “as camadas mais pobres foram as mais prejudicadas, porque tinham de se esforçar mais para obter a cesta básica de alimentação” (MORAES, 2011, p. 48).

Com o desencanto do “milagre econômico”, o governo brasileiro começa a sentir o impacto provindo das bases sociais. Para Silva (2007), a crise econômica brasileira condicionou o processo de abertura, bem como a opinião pública e a perda de credibilidade do regime.

A crise do milagre econômico, largamente baseado na repressão sindical, no arrocho salarial e na repressão política, arrastava consigo a credibilidade dos militares e as bases sócias da aceitação da Ditadura, tal como fora praticada durante o chamado Milagre Brasileiro (SILVA, 2007, p. 254).

A década de 1970 no Brasil foi marcada por luta, mortes e resistência do povo que demonstrava insatisfação com o “modelo de desenvolvimento excludente” (MORAES, 2011). Neste período, emerge das periferias e da zona rural, operariados, agricultores e estudantes e, com eles, a força e ousadia para a luta de seus direitos básicos e elementares à vida que são saúde, educação, moradia, saneamento básico, terra, trabalho, comida, etc.

No governo Geisel (1974-1979), 11 anos depois, o AI-5 foi revogado, em 1979 (REIS, 2010). Neste período iniciava-se um processo de abertura política e de redemocratização, mas o aparato do Estado continuava agindo de forma coerciva, disfarçado em um discurso de abertura. Entre 1975 e 1982 iniciam-se as lutas pela redemocratização, em um período que “corresponde a uma fase de resistência e de enfrentamento ao regime militar, que já perdera sua base de legitimidade junto a sociedade devido à crise econômica que se esboçava desde 1973 com a chamada crise do petróleo, a retomada vagarosa da inflação [...]” (GOHN, 1995, p. 111).

Sobre este período, o historiador Flamarion Maués (2011) faz uma análise da produção jornalística de Carlos Fon, “Tortura: A História da Repressão Política no Brasil”<sup>8</sup>, e revela que, no Brasil, foram anos em que continuou ocorrendo um grande número de prisões,

---

<sup>8</sup> Livro publicado em julho de 1979 pela Editora Global, de São Paulo. Uma obra resultada de um trabalho jornalístico para a revista *Veja*, duas publicações: “Descendo aos porões” e “Um poder na sombra”. Traz na íntegra o material recolhido para as reportagens que “mostrava em detalhes como havia sido organizado o aparelho repressivo do regime militar de 1964 e como a tortura de presos políticos passara a ser utilizado de forma sistemática e ‘científica’ contra os ‘subversivos’” (MAUÉS, 2011, p. 110-111).

torturas, mortes e ocultações de cadáveres. Tudo isso sustentado pelo discurso de uma redemocratização, a partir de uma abertura “lenta, gradual e segura”.

Fatos violentos ocorridos nesse período revelam a face cruel da Ditadura e ganha grande repercussão no país, como o “assassinato do jornalista Vladimir Herzog e do sindicalista Manuel Fiel Filho, num quartel do II Exército” (SILVA, 2007, p. 264). Eventos que desencadearam muitas manifestações encabeçadas, também, pela Igreja Católica e por outras denominações religiosas.

Ao fazer memória dos 50 anos do regime ditatorial civil-militar, o historiador Reis enfatiza que o marco inicial da Ditadura foi o ano de 1964, “contra um determinado programa – nacionalista e popular”. Em relação ao fim da Ditadura, ele provoca o leitor através de questionamentos: “Seria 1979, com a revogação dos Atos Institucionais? Ou 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney? Ou, ainda, 1988, com a aprovação de uma nova Constituição?” (REIS, 2014, n.p). Para ele, o discurso é hegemônico de que em 1985 termina a Ditadura e, com isso, joga a responsabilidade do ato para os militares, “obscurecendo a participação dos civis na construção do regime” (REIS, 2014, n.p).

Os atores internos que contribuíram para o processo de abertura política no final da década de 1970 e na década de 1980 foram:

O grupo militar constituído em torno do projeto Geisel-Golbery, herdeiros da linha política denominada castelista e interessados numa imediata reconstitucionalização do regime militar”, dentre outras forças políticas, a citar o MDB – o único partido de oposição permitido pelo regime, setor empresarial e industrial (Fiesp) e o Arena/PDS “partido oficial da Ditadura, acabou por ser o centro de inúmeras atuações fundamentais para o prosseguimento do projeto de retorno à democracia (SILVA, 2007, p. 254-255).

Segundo Silva (2007), o projeto de Geisel e Golbery (1974-1979) era a constitucionalização do país com o retorno dos militares aos quartéis “com seu caráter lento, gradual e seguro”.

O projeto de abertura, assim elaborado, deveria claramente comportar garantias básicas para o regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um tempo longo – seu caráter lento –, de mais ou menos dez anos, o que implicaria a escolha ainda segura do sucessor do próprio Geisel e a incorporação a uma nova constituição – que não deveria de maneira alguma ser fruto de uma constituinte (SILVA, 2007, p. 263).

Para Silva esse projeto não correspondia, de modo algum, a redemocratização, mas um projeto de abertura que “representava uma volta ao Estado de Direito, a reconstitucionalização do regime” (SILVA, 2007, p. 254).

Saturados com os regimes ditatoriais civil-militar, “o movimento popular cresce e ocupa as ruas”. Eles lutam pela anistia, pelo retorno dos presos políticos e pelas eleições diretas, “*Diretas Já!*”, no ano de 1983 (SILVA, 2007).

As “*Diretas Já!*” foram campanhas encabeçadas pelo movimento cívico/popular em que, nas ruas, levantavam a “bandeira política democrática” e aspiravam, de forma coletiva, por liberdade. A emenda constitucional Dante de Oliveira<sup>9</sup> expressava “o anseio popular por transformações significativas na dinâmica da vida política brasileira”. Assim sendo,

o mês de abril do ano de 1984, exatamente 20 anos após a deposição do presidente João Goulart e da implantação de um regime autoritário no Brasil, pode ser considerado como ápice de manifestações, nas quais a população brasileira entoou o incontido grito: “Diretas já” (DELGADO, 2007, p. 1-2).

## 2.3 IGREJA CATÓLICA E SEUS RAIOS DE PENETRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E BRASIL

### 2.3.1 Igreja Católica e poder

A religião tem um forte poder de influência na vida das pessoas desempenhando “um papel central na experiência humana, influenciando nossa forma de perceber os ambientes deste mundo em que vivemos e de reagir a eles” (GIDDENS, 2005, p. 426). Para a teóloga Ivone Gebara, a religião toca os limites humanos físicos e psíquicos, por isso a Igreja exerce esse poder sobre o povo. Para ela, “a religião é uma resposta que damos a necessidades nossas. É uma arte entre outras que nos ajuda a viver, embora muitas vezes se transforme em dominação e opressão” (GEBARA, 2017, p. 165).

De encontro com a visão de Gebara, o sociólogo Giddens retoma uma expressão de Marx sobre a religião que é “o ‘coração de um mundo sem coração’ – um refúgio da dureza da realidade cotidiana” (GIDDENS, 2005, p. 431). Posto isso, o poder político da religião deriva do poder antropológico, ou seja, do “poder de sustento da vida”.

---

<sup>9</sup> Deputado federal pelo PMDB do Mato Grosso, formalizou uma emenda constitucional que estabelecia eleições diretas para presidente da república. No dia 25 de abril de 1984 ocorreu a votação desta emenda, acompanhada de empolgantes mobilizações populares. Embora o resultado não sendo favorável à expectativa do “povo que havia inundado praças e ruas, em torno da bandeira das “diretas já”, (...) a derrota da Emenda Dante de Oliveira não significou um ponto final na transição política. Inúmeras iniciativas, para o retorno do país ao estado democrático de direito continuaram sendo implementadas” (DELGADO, 2007, p. 1-2).

As diversas situações desumanas levam as pessoas a se submeterem ao poder religioso ou a qualquer outro tipo de poder. Vendo seus líderes como pessoas unguidas, que agem em nome de Deus, que recebem formação para exercer tal função, a saída é obediência para a obtenção da graça divina necessária. O poder da religião no Brasil é muito forte e, mesmo se autoafirmando ser um país laico, em suas raízes, contém a cultura cristã. Por isso, “os conteúdos teológicos cristãos influenciam de forma significativa os rumos da vida dos cidadãos” (GEBARA, 2017, p. 174).

Sabe-se que as autoridades religiosas exercem um poder sobre milhares de fiéis e tem forte influência política sobre eles, isso se torna determinante na escolha dos seus governantes. O poder da Igreja influencia, não apenas nas escolhas dos líderes políticos, mas também na construção de políticas públicas de governo e de Estado. Esse poder eclesiástico pode ser ambíguo, de interesse particular – *status* social ou um poder do ponto de vista bíblico-teológico – um serviço para edificação da comunidade dos mais pobres e vulneráveis, um serviço do homem para o homem e não o poder do homem sobre o homem.

A opção da liderança eclesiástica sobre a forma de poder a exercer é um fator determinante para o direcionamento dos fiéis na Igreja. Essas questões têm sido causa de estudo para historiadores e sociólogos, sobre os meios que a Igreja utiliza para intervir no campo político e social. Como afirma Coutrot, “podemos nos espantar que o simples praticante, que tem como único alimento o culto ou a missa semanal, seja modelado pelo ensinamento da Igreja a ponto de nele se inspirar em suas condutas sociais e políticas” (COUTROT, 2003, p. 336-355). O poder é coercivo, mas age de forma camuflada, dessa forma, Coutrot (2003) retrata esse poder exercido através do saber externado nos discursos, nas catequeses, nas liturgias com todo o seu aparato ritual e de simbologia, meios em que a Igreja modela as atitudes políticas dos fiéis.

Há outra forma de poder adotado pela Igreja para não perder o vínculo com o Estado. Esse poder é exercido na forma de diálogo conciliatório. Serbin (2001) apresenta o esforço das lideranças religiosas e militares para superar o conflito entre Igreja e Estado, conflitos esses que se deram no período de enrijecimento da Ditadura (1968-1974). Ele estuda diálogos de como as relações Igreja e Estado se desenvolveram quando a dimensão eclesial adota nova postura de “voz dos que não tem voz” (SERBIN, 2001, p. 9).

Esses diálogos ocorriam de forma sigilosa a fim de que ambas as instituições não perdessem o apoio uma da outra. O autor “explora a dimensão oculta do diálogo e da conciliação – os bastidores, sempre reservados aos poderosos” (SERBIN, 2001, p. 10). Segundo Gebara (2017), a Igreja procura manter sempre a hierarquia e o privilégio do poder

de decisão dela onde “há uma resistência das instituições religiosas em mudar suas tradições, para não perder poderes adquiridos” (GEBARA, 2017, p. 13). Compreender o poder exercido pela Igreja é fundamental para poder repensar o lugar e atuação do leigo na Igreja e na sociedade.

Partindo da necessidade de compreender a forma de poder exercido pela Igreja, o filósofo Ruiz (2003) desenvolve um estudo da análise de Foucault sobre a arte de governar que nos ajudará a pensar o lugar e a liderança do leigo na Igreja. A arte de governar (crianças, loucos, pobres, operários), é denominada por Foucault (2008) como “poder pastoral”, caracterizado pela noção do cuidado do outro, tendo como ícone, a imagem do pastor, aquele que pastoreia “exercendo uma forma de poder”.

Segundo Ruiz (2003, p. 15), “O poder pastoral tem como princípio o cuidado e, como principal técnica, a condução ou o governo das condutas”. Para ele, as vidas dos sujeitos são instrumentalizadas para fins institucionais.

A religião, enquanto Igreja Católica no Brasil, exerce um grande poder tanto interno quanto nas esferas políticas e sociais. São variáveis e complexos os conceitos de Igreja. Eles são construídos a partir de um contexto histórico e traz consigo uma carga ideológica, a partir do lugar de fala, seja de uma Igreja tradicional-conservadora, ou uma Igreja voltada à dimensão da fé e da vida social. Para ambos os tipos de Igreja, existem o jogo das relações permeadas de poderes, seja por interesses institucionais, individuais ou sociais.

Nossa pesquisa se dá em torno de uma Igreja popular, voltada para a linha progressista. Igreja essa que começou a surgir com mais força e evidência na década de 1970, como ressalta Michael Löwy, “depois de a Esquerda clandestina haver sido eliminada, a Igreja surgiu, aos olhos da sociedade civil e dos próprios militares, como o adversário principal do estado autoritário” (LÖWY, 2016, p. 151).

A Igreja popular passa a criticar o sistema econômico capitalista e a lutar pela democracia, bem como desenvolver um trabalho de evangelização voltado para a justiça social e aos pobres. Em relação a esse mesmo modelo de Igreja, Scott Mainwaring desenvolve um estudo histórico e entende que, “por Igreja popular, refiro-me àqueles setores que têm uma visão política progressista da missão da Igreja. Essa visão política está expressa nas concepções teológicas e no trabalho pastoral junto às classes populares” (MAINWARING, 2004, p. 10).

O pesquisador da história da Igreja Católica no Brasil, Serbin, nos ajuda a entender esse conceito de Igreja próxima das camadas sociais ao afirmar que, “Em anos mais recentes, a Igreja investira na aproximação com o povo brasileiro e se envolvia nos problemas sociais”

(SERBIN, 2001, p. 20). Seu trabalho nos permite entender essa abertura a qual se dá através de rupturas ideológicas e divergências no interior da Igreja, o posicionamento dela mediante o poder do Estado e a sociedade.

Sobre essa dimensão de uma Igreja popular, Leonardo Boff define “popular” como o que

não é oficial nem pertence às elites que detêm a gestão do católico. Catolicismo popular é uma encarnação diversa daquela oficial romana, dentro de um universo simbólico e de uma linguagem e gramática diferente, exatamente aqueles populares. Por isso ele não deve necessariamente ser encarado como um desvio em relação ao catolicismo oficial (BOFF, 1982, p. 107).

### **2.3.2 Igreja Católica e Regimes Ditatoriais Civil Militar no Brasil**

A Igreja Católica no Brasil sempre esteve vinculada ao Estado e às classes dominantes. O regime republicano (1889) rompe com o regime de padroado, onde a Igreja e seus clérigos eram mantidos pelo governo imperial. Com o rompimento, a Igreja busca receitas para sua autossustentação, bem como a estruturação para se manter no poder junto ao Estado. Para isso, a Igreja fundou instituições de ensino privado, criou órgãos de imprensa e abriu novas dioceses (MICELI, 2009).

A Igreja se reajusta e assume uma nova versão articulando poder sagrado e civil, onde “se aproxima das classes dominantes que controlam o Estado e organiza suas obras no seio ou a partir dos interesses das classes dominantes [...]” (BOFF, 1982, p. 19).

Sobre este modelo de Igreja, do pacto colonial, Leonardo Boff enfatiza,

A América Latina foi missionada dentro de um determinado modelo de Igreja, aquele próprio do Padroado. Segundo este modelo a Igreja se faz presente no mundo mediante um pacto com o Estado que provê todas as necessidades da Igreja e garante seu funcionamento. Trata-se da relação entre hierarquia, a civil com a religiosa. Igreja nesta acepção é simplesmente sinônimo de Hierarquia (BOFF, 1982, p. 19).

Durante os governos republicanos de 1946 a 1964, “a Igreja e o Estado colaboraram entre si e se ofereceram apoio político mútuo” (SERBIN, 2001, p. 83). No entanto, a relação Igreja e Estado vem sofrendo alterações ao longo da história. De modo mais específico, ressaltamos que a Igreja Católica no Brasil “entrou em sérios atritos com o Estado durante as duas décadas de governo militar, período de maior repressão (1968-1974)” (MAINWARING, 2004, p. 9).

Para Leonardo Boff (1982, p. 22), trata-se de um modelo de Igreja que se moderniza, onde o secular passa a ter valor teológico. “O discurso da Igreja se fez mais profético no sentido de denunciar os abusos do sistema capitalista e a marginalização do povo”.

No período dos regimes ditatoriais civil-militar, a Igreja Católica viveu um deslocamento de olhar para as dimensões sociais, dos direitos humanos e das questões políticas. Isso sob um novo impulso partindo de Roma, com o Concílio Vaticano II (1962-1965), que fomentou aberturas na instituição. Para Coutrot (2003, p. 343), com o Concílio,

estende seu campo de intervenção a todos os grandes problemas da atualidade social e política. Na maioria das vezes ele assinala confrontos éticos, mas alguns bispos foram mais longe tomando o partido dos trabalhadores por ocasião de greves.

Para Serbin (2001, p. 24), ela muda “dramaticamente sua missão tradicional para uma estratégia de militância em favor dos direitos humanos e da igualdade social”.

Além do mais, os bispos da América Latina consideraram que o concílio não respondeu, de forma mais abrangente, às demandas na dimensão política e social do continente, visto que a região vivia momentos difíceis. Em resposta ao Concílio, com autorização do pontífice Paulo VI, realizaram a II Conferência Episcopal Latino-Americano, em Medellín, na Colômbia, no ano de 1968. Logo depois, a III Conferência em Puebla (1979), no México. Esses eventos provocaram aberturas e levaram muitas lideranças da Igreja a assumir uma “opção preferencial pelos pobres”, a luta pelos direitos humanos e pela justiça social.

Anterior à sua abertura, é “consenso entre os historiadores que a hierarquia da Igreja desempenhou um papel fundamental na preparação do clima favorável à intervenção dos generais, engajando-se na campanha violentamente anticomunista” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2011, p. 199). Para Serbin (2001, p. 21), “a cooperação entre Igreja e o Estado tornara-se um emblema do Brasil moderno”. Ela voltou-se contra os movimentos de organizações populares, greves, reformas agrárias, de base etc. “A maioria dos membros do clero aplaudira o golpe decisivo das Forças Armadas contra o comunismo em 1964” (SERBIN, 2001, p. 33).

Vale ressaltar que a Igreja Católica, nessa dimensão, não era um bloco homogêneo, existindo grupos, mesmo sendo minoria, mais propensos às questões dos oprimidos e marginalizados. “Na medida em que a Igreja se abria cada vez mais ao social, e na medida em que a sociedade se tornava mais polarizada, envolvendo as instituições dentro dos conflitos de sua época, a Igreja passava a ser mais afetada pelas mudanças políticas” (MAINWARING, 2004, p. 26).

Na década de 1960, inicia uma participação popular fruto de uma maior consciência crítica da dimensão política e social. Com os regimes ditatoriais civil-militar e, logo em seguida, com o enrijecimento da mesma, a Igreja passa a apoiar as iniciativas de mobilizações e lutas pela justiça social, evidentemente assumindo as consequências de sua opção. “Ao empunhar a bandeira dos direitos sociais e humanos, o catolicismo entra num confronto direto com o Estado, principalmente depois da publicação do Ato Institucional nº5 (AI-5)” (DELGADO; PASSO, 2007, p. 117).

Aproximadamente um ano após o AI-5, em novembro de 1969, as forças armadas prendem frades dominicanos que deram apoio a membros da Aliança Libertadora Nacional (ALN), um grupo de guerrilha, coordenado por Carlos Marighella. A ALN era um grupo dissidente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). No ano seguinte, em maio de 1970, Dom Hélder Câmara, arcebispo da diocese de Olinda e Recife, se pronuncia em Paris perante uma multidão, denunciando a tortura do regime no Brasil. Mediante esses posicionamentos impensáveis para os militares, o general Antônio Carlos da Silva Muricy<sup>10</sup> toma parte na missão de evitar conflitos entre a Igreja e o Estado (SERBIN, 2001, p. 23).

Muricy era participante da Igreja Católica, amigo de bispos, “respeitava a Igreja por motivos políticos, religiosos e patrióticos”. Nesse período, havia um desejo de conciliar a Igreja com o Estado e ele era a pessoa indicada para a mediação.

Muricy sabia que ninguém, sob nenhuma circunstância, poderia ficar a par de que o presidente Médici decidira dialogar com os homens que representavam uma ameaça política maior à Ditadura do que as guerrilhas ou qualquer outro grupo: os bispos da Igreja Católica (SERBIN, 2001, p. 21).

Segundo Serbin (2001, p. 47), no dia 03 de novembro de 1970, ocorreu um encontro secreto entre bispos, políticos e militares, como tentativa de conciliação entre Igreja e Estado. “Eles se reuniram confiantes de que poderiam acomodar suas diferenças por meio de conversas secretas e dos laços comuns de sua fé cristã e da cordialidade brasileira, marca registrada dos políticos bem-sucedidos do país.”. Desse encontro surgiram outros encontros que ficou conhecido como Comissão Bipartite, que tinha como finalidade evitar atritos entre Igreja e Estado (SERBIN, 2001).

---

<sup>10</sup> O general Muricy, homem de grande influência política e figura chave do regime militar, era descendente de uma geração de oficiais. Ferrenho contra o comunismo, “pró-americanos”, “ardoroso combatente da Guerra Fria”, atuou na elaboração de programas na Escola Superior de Guerra e fez parte da trama “que derrubou o democraticamente eleito presidente João Goulart na Revolução de 1964”. Foi um forte apoiador do Ato Constitucional nº 5 (SERBIN, 2001, p. 21-22).



A Bipartite foi utilizada pelos bispos como espaço para denunciar as violações dos direitos humanos. Mas para cientistas políticos, era como um “arranjo de elite” em que os bispos tinham o privilégio de externar suas queixas privadamente, enquanto o povo era privado de discussões importantes. Sendo a Bipartite uma estrutura de “negociação, não ajudou a democracia. Portas fechadas mantinham o debate distante do povo” (SERBIN, 2001, p. 440).

Além do mais, a “Bipartite demonstrou que mais uma vez a Igreja escolhera o diálogo para proteger seus interesses seculares e promover seus valores. (...) Os bispos procuravam preservar a influência histórica da Igreja, mas a inovação teológica do Vaticano II” (SERBIN, 2001, p. 424).

No entanto, como enfatiza Godoy, os acontecimentos dos golpes militares que marcaram a América Latina na década de 1970, fomentaram a “atenção da Igreja para a situação política”, acrescentando que, no Brasil,

também foi um tempo de muita criatividade eclesial, com uma explosão de iniciativas, sob o clima da recepção do Concílio Vaticano II, [...], onde tivemos a criação do CIMI (1972), CPT (1975), das Comissões de Justiça e Paz (a de São Paulo data de 1972), dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos, das Comunidades Eclesiais de Base e inúmeras pastorais (GODOY, 2019, p. 5).

Com a política de repressão dos governos militares no Brasil, bem como a política econômica que tinha como fundamento o lucro acima de tudo em detrimento da pessoa humana, em especial os pobres, a Igreja passa a tomar uma postura diferenciada de períodos anteriores. A Igreja Católica popular se posicionava na contramão dos regimes ditatoriais civil militar onde muitos leigos e presbíteros “se envolveram, cada vez mais, nos conflitos políticos e sociais” (DELGADO; PASSO, 2007, p. 118).

Serbin enfatiza que mediante os maus tratos de presbíteros, freiras e leigos, bem como a morte de presbíteros ocorridas nos “anos de chumbo”, foi o tempo de “pior crise entre Igreja e Estado na história do país” (SERBIN, 2001, p. 48).

O golpe civil-militar e o regime que o sucedeu, deixaram fortes marcas na história do Brasil. Um regime governamental que afetou a vida dos brasileiros de forma dramática, sobretudo, daqueles e daquelas que tinham uma consciência política e viam os rumos que o país estava tomando na linha política e econômica, ao atender os interesses dos grandes e do capital estrangeiro. Assim, adotaram posturas em defesa dos direitos humanos e sociais, assumindo as consequências das suas escolhas, mesmo que lhe custasse à vida.

A exemplo de frades dominicanos que se definiram pelo engajamento ao lado de Carlos Maringhella. “Os dominicanos do Convento de Perdizes optavam pela nova concepção da Igreja no mundo. Eles haviam acompanhado com entusiasmo o Concílio Vaticano II (...) Como uma transfusão de sangue num corpo enfraquecido” (DUARTE-PLON e MEIRELLES, 2014, p. 70).

As jornalistas Duarte-Plon e Meirelles (2014), que escreveram a biografia de Frei Tito de Alencar, frade dominicano, vítima da Ditadura, ressaltam que “A ala engajada na modernização da Igreja queria que a religião fosse a força transformadora e não “o ópio do povo””. Os dominicanos queriam participar da libertação dos oprimidos” (DUARTE-PLON e MEIRELLES, 2014, p. 71)

Os conhecidos “anos de chumbo”, no governo do general Médici (1969-1974), em que ocorreram de forma acentuada a repressão, a censura, neste período a oposição foi silenciada e a Igreja Católica passa a ter uma atuação crítica e a ser uma voz oposicionista ao Estado (DELGADO e PASSO, 2007, p. 117).

### **2.3.3 Concílio Vaticano II**

A Igreja Católica no Brasil passa a tomar novos rumos com a eleição do pontífice João XXIII, que contribuiu para a renovação do catolicismo e da Igreja como um todo (DELGADO; PASSO, 2007). Serbin (2001, p. 99) enfatiza que, o Vaticano II foi a mais “ampla reforma da história da Igreja”.

O concílio foi conduzido por dois papas ao longo de quatro anos. O papa João XXIII, em 25 de janeiro de 1959, anuncia pela primeira vez a celebração do Vaticano II e, durante três anos, trabalhou em sua preparação. Em 11 de outubro de 1962 ele profere o discurso de abertura. Em 8 de dezembro do referido ano, João XXIII encerra o primeiro período do concílio, tendo sido o mesmo conduzido por ele. Com o seu falecimento, o novo pontífice Paulo VI conduz o concílio até a sua conclusão. Ele abre o segundo período do concílio em 29 de setembro de 1963 e, em 8 de dezembro de 1965, o encerra totalizando quatro períodos de sua ocorrência (VATICANO II, 2007).

O cenário político e econômico mundial em que estava envolvido o Concílio Vaticano II eram de polarização,

multicultural, dividido politicamente entre duas grandes potências políticas: Estados Unidos e União Soviética, detentoras de grande arsenal nuclear e poder econômico que colocou o mundo sob a tensão de um iminente fim dos tempos. Apesar da divisão político-geográfica imposta pela guerra fria, Estados Unidos e União

Soviética procuraram influenciar o maior número de seguidores para além deste teórico marco geográfico. Através do poderio econômico e da coerção militar, conseguiram a adesão de “estados-satélites”, ou seja, países que permaneciam “sob a proteção” dos dois guardiões da política e da economia mundial (SOUZA; GOMES, 2014, p. 7).

No meio dessa polarização ideológica, no pontificado de Pio XII (1939-1958), o catolicismo “sempre foi inimigo visceral das teorias materialistas e comunistas ateias” (SOUZA; GOMES, 2014, p. 8). Com isso os católicos latino-americanos sentiram o abandono como consequência do “alinhamento político da Santa Sé com os americanos que também financiavam a ‘propaganda’ vaticana contra o comunismo soviético”. Os Estados Unidos financiavam movimentos eclesiais, a citar, a Ação Católica (SOUZA; GOMES, 2014, p. 8).

No entanto, os papas sucessores de Pio XII adotaram posturas diferenciadas mediante o contexto político-econômico-religioso. Convocaram a Igreja a respirar “novos ares e procuraram abrir as janelas do Vaticano para tirar o mofo existente nos intramuros que haviam se fechado para o mundo” (SOUZA; GOMES, 2014).

Com relação às mudanças ocorridas na sociedade em decorrência da expansão do capitalismo, a *Gaudium et Spes*<sup>11</sup>, chama a atenção para a condição social em que a maioria da população enfrenta, principalmente os desequilíbrios sociais.

Aumenta, porém, cada dia, a distância que os separa dos países desenvolvidos e só faz crescer sua dependência, especialmente econômica. Os povos pobres interpelam aos ricos. As mulheres reivindicam igualdade de direitos com os homens onde ainda não obtiveram. Os operários e os camponeses querem poder comprar, com o seu trabalho (VATICANO II, 2007, p. 476)

Para Delgado e Passo (2007, p. 111), o papa João XXIII “assume diante do mundo e da Igreja uma posição de diálogo, abertura e articulação” com a finalidade de fomentar um *aggiornamento*<sup>12</sup> na Igreja para as exigências do mundo e “abrir-se para um verdadeiro diálogo com a modernidade”.

João XXIII e Paulo VI, ao promoverem o Concílio Vaticano II, fomentaram a abertura na Igreja Católica, efetivando reformas.

O Concílio enfatizou a missão social da Igreja, declarou a importância do laicato dentro da Igreja, motivou, por exemplo, maiores responsabilidades, corresponsabilidade entre o papa e os bispos, ou entre os padres e os leigos dentro da Igreja, desenvolveu a noção de Igreja como o povo de Deus, valorizou o diálogo ecumênico, modificou a liturgia de modo a torna-la mais acessível e introduziu uma série de outras modificações (MAINWARING, 2004, p. 60).

<sup>11</sup> *Gaudium et Spes* – “alegria e esperança”. Constituição pastoral resultado do Concílio Vaticano II “sobre a Igreja no mundo de hoje”.

<sup>12</sup> *Aggiornamento* – Atualização da Igreja.

Após a realização do Concílio, a Igreja tinha à sua frente o grande desafio da recepção do mesmo pela Igreja no mundo a fora. No caso do Brasil, Oscar Beozzo, enfatiza que o mesmo tinha condições precedentes ao Concílio que favoreceram sua recepção, dentre elas cita:

A existência de movimentos apostólicos leigos afinados com os rumos que tomariam posteriormente as reformas conciliares, notadamente o movimento do apostolado dos leigos e leigas, concretizado sobretudo nos diversos ramos juvenis da Ação Católica (Juventude Agrária Católica, a JAC; Juventude Estudantil Católica, a JEC; Juventude Independente Católica, a JIC; Juventude Operária Católica, a JOC e Juventude Universitária Católica, a JUC), o movimento litúrgico e o movimento bíblico (BEOZZO, 2003, p. 4).

O Concílio Vaticano II, aproximou a Igreja ao povo fazendo o povo ser Igreja, no sentido de abrir para a atuação do laicato. A Igreja se inseriu em novos espaços. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* enfatiza que “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres de hoje, sobretudo, dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e angústias dos discípulos de Cristo” (VATICANO II, 2007, p. 470).

### **2.3.4 Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano**

No ano de 1955 foi fundado o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) o qual, na visão de Delgado e Passo (2007), favoreceu uma articulação e uma participação mais abrangente de teólogos militantes, religiosos de vida consagrada de diversas congregações e institutos do continente americano. Evidentemente também fomentou a integração e engajamento do laicato.

Segundo Mainwaring (2004, p. 9), a partir do CELAM “a Igreja latino-americana vem exercendo influência sobre o desenvolvimento do catolicismo mundial”. Em destaque está a Igreja Católica Apostólica Romana do Brasil, sendo a maior e a mais progressista.

Enfatizamos duas das conferências realizadas pelo CELAM, Medellín e Puebla. As mesmas correspondem ao período trabalhado na pesquisa, e que foram relevantes para a formação da Igreja Católica latino-americana.

#### *2.2.4.1 Medellín*

No ano de 1968, aconteceu a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, Colômbia, realizada entre os dias 24 de agosto e 06 de setembro onde foi trabalhada a seguinte temática: “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio” (GODOY, 2009).

Medellín buscou ser resposta ao Concílio Vaticano II, com isso, se inspirou no Concílio para “traçar caminhos de afirmação da Igreja no Continente”. Assim sendo, “a realidade social serviu como chave de leitura para a recepção criativa do Concílio Vaticano II” (GODOY, 2009, p. 5).

Quando se realizou a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, não só o Brasil teve um catolicismo marcado, a partir de 1968, mas a Igreja Católica de toda a América Latina. Esta conferência foi “fruto de condições históricas sociais e religiosas que tiveram início na década de 1950, esse evento trouxe novas esperanças para o catolicismo” (DELGADO; PASSO, 2007, p. 113). Diferentemente da I Conferência, que ocorreu no Rio de Janeiro (1955), Medellín teve uma atenção voltada para os problemas da América Latina (DELGADO; PASSO, 2007).

Para Delgado e Passo (DELGADO; PASSO, 2007, p. 114), Medellín “foi um convite a (re)pensar criticamente as situações de vida na América Latina”. Nela,

os bispos elaboraram uma declaração na qual clamavam por justiça social e condenavam o subdesenvolvimento e a violência na América Latina. Essa declaração lançou a teologia da libertação e a Igreja progressista no continente. Medellín marcou o começo da conhecida “década gloriosa” de inovações na Igreja latino-americana (SERBIN, 2001, p. 98).

Medellín fez com que a Igreja voltasse o seu olhar para os pobres e assumisse uma postura profética perante as situações de misérias.

O Episcopado latino-americano não pode ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantém a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza, que em muitos casos chega a ser miséria desumana (CELAM, 2010, p. 195).

A Conferência de Medellín interpela a Igreja a direcionar o olhar para as situações de pobreza social “denuncia as diversas formas de marginalização, as desigualdades excessivas entre as classes sociais, as formas de opressão de grupos e setores dominantes, o poder exercido injustamente por certos setores dominantes” (GODOY, 2019, p. 8). Mas também provoca a Igreja olhar para si, enquanto instituição, grandes estruturas materiais, bem como suas lideranças eclesiais acumulando bens, como

ênfatisa o próprio documento, “As queixas de que a Hierarquia, o clero e os religiosos são ricos e aliados dos ricos” (CELAM, 2010, p. 2015).

No Brasil, o Exército enxergava Medellín como uma subversão. Em uma das reuniões da Bipartite,

os bispos ênfatisavam a justiça social por meio do desenvolvimento econômico e da participação política. Em resposta o posicionamento do episcopado, o “general Paula Couto apresentou um estudo intitulado “A guerra revolucionária e a Igreja, à luz dos documentos de Medellín”. (...) Medellín podia fornecer “precioso auxílio” à causa comunista. (...) Medellín jogava com o sentimento nacionalista, ao denunciar a “dependência” da América Latina como produtora de bens primários para o Primeiro Mundo. Ao condenar o “imperialismo internacional do dinheiro”, Medellín atacava os Estados Unidos sem conhecer a liderança desse país sobre “o mundo ocidental e cristão” (SERBIN, 2001, p. 250).

Então, essa nova postura da Igreja, tomando partido pelos direitos humanos e pelas causas sociais foi configurada, a partir de Medellín, “no imaginário religioso e social e tornando-se símbolo de uma nova postura religiosa” (DELGADO; PASSO, 2007, p. 122). O regime ditatorial civil-militar no Brasil havia sido bem recepcionado pela classe média, logo em seus anos iniciais. Mas a postura da Igreja Católica na luta pelos direitos humanos, levou ao crescimento de pessoas de classe média a se oporem ao regime (SILVA, 2007).

Um dos métodos de trabalho utilizado pela Igreja Católica, que estava comprometida com as questões sociais, era a evangelização que “começava pela análise da realidade, pelo engajamento político, e abria caminho para as questões sociais e humanas” (DELGADO; PASSO, 2007, p. 119).

#### 2.2.4.2 Puebla

A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, ocorreu de 28 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, em Puebla de Los Angeles, no México e foi norteada pela temática “Evangelização no presente e futuro da América Latina” (FERREIRA; SOUZA, 2019).

As realidades que permearam Puebla, no contexto mundial e latino-americano, não se diferenciavam da Conferência de Medellín. O desenvolvimentismo entrava em recessão; o capitalismo surgia com nova face; os governos ditatoriais agiam com seus mecanismos de perseguição, censura e opressão; desigualdades sociais; e países da América Latina atolados em dívidas externas (FERREIRA; SOUZA, 2019). Bem como o desemprego crescente, a corrupção do Estado, a disparidade entre ricos e pobres e a criminalização dos movimentos

sociais. Em resposta a toda essa realidade havia uma participação ativa de “classes populares e dos intelectuais” no engajamento político em luta pela democracia (BRIGHENTI, 2019).

Em âmbito eclesial, as mudanças de mentalidade e postura de lideranças eclesiais suscitadas por Medellín, era um divisor de águas.

Alguns [bispos] se posicionavam a favor; outros eram deliberadamente contrários. Estes últimos paulatinamente adquiriram força no mundo e, sobretudo, na América Latina. Criticava-se a interpretação que se fizera da II Conferência, sobretudo no que diz respeito a radicalização da opção pelo social e pelos pobres” (FERREIRA; SOUZA, 2019, p. 717).

Mesmo evidenciando o esboço vivenciado pela II Conferência, Puebla tende a fechar ou a dificultar a caminhada de abertura eclesial que vinha sendo construída desde as conclusões de Medellín.

Os conservadores tentaram utilizar da III Assembleia Geral do CELAM, em Puebla, em 1979, como maneira de isolar os setores progressistas. (...) O documento de trabalho do secretariado do CELAM para Puebla reverteu muitos temas de Medellín e quase reinstituiu o modelo de Igreja da neocrisandade. De acordo com o documento, o principal problema da América Latina era a secularização. Os problemas estruturais e a injustiça social receberam um tratamento secundário (MAINWARING, 2004, p. 271).

Ao fazer memória dos 40 anos da Conferência de Puebla, Agenor Brighenti enfatiza a necessidade de retomar a tradição eclesial libertadora que foi sendo estancada a partir de Puebla,

(...) a tradição eclesial libertadora inaugurada por *Medellín*, tecida em torno às comunidades eclesiais de base, a leitura popular da Bíblia, a opção pelos pobres, a pastoral social e ao testemunho dos “mártires das causas sociais”, logo teve também a oposição de segmentos conservadores, articulados em torno ao Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), com o apoio de segmentos da própria Cúria Romana. Prova disso, *Puebla* já seria um freio a *Medellín* e, *Santo Domingo*<sup>13</sup>, praticamente seu estancamento (BRIGHENTI, 2019, p. 1409).

Mesmo com a ascensão do conservadorismo eclesial, onde muitas lideranças eclesiais foram coniventes ou omissas diante do regime ditatorial na América Latina, Puebla conseguiu reafirmar Medellín. Entretanto, a prática foi afetada, visto que enquanto na sociedade e na política os regimes militares perdiam força e ficavam para trás, a democracia ia sendo restabelecida, a Igreja começava a viver um fechamento a partir de “projetos restauracionistas da neocrisandade, através de movimentos eclesiais conservadores, tidos

---

<sup>13</sup> Santo Domingo – IV Conferência Episcopal Latino-Americana que aconteceu no ano de 1992, em Santo Domingo-República Dominicana.

como “a nova primavera” da Igreja” (BRIGHENTI, 2019, p. 1416). Ou seja, a Igreja com novas formas busca restaurar o modelo da Igreja tradicional, muitas vezes coligada com o poder político-econômico.

O contexto eclesial de Puebla é marcado por controle e processos do Vaticano contra teólogos e teólogas, o impedimento de participação da conferência de pessoas que pensavam na perspectiva de Medellín, tendo que agir na clandestinidade, a tradição eclesial libertadora distanciada (BRIGHENTI, 2019).

Viver o modelo de uma Igreja Católica voltada para as questões sociais tornou-se um tanto difícil no período da Conferência de Puebla. O episcopo secretário do CELAM, Dom Alfonso Lopes Trujillo, colombiano, tornou-se, provavelmente, um informante da Igreja latino-americano para o papa e “começou um combate contra aquilo que ele considerava a infiltração comunista na Igreja: a teologia da libertação, as CEBs, os estudos populares da Bíblia, tudo isso tinha uma orientação política comunista, segundo Trujillo” (SILVA; BAPTISTA; SIQUEIRA, 2019, p. 1439). Enfatizamos que, mediante os entraves que a Conferência de Puebla teve que lidar, ela confirma e dá continuidade, mesmo que timidamente, com as intuições de Medellín.

Puebla evidencia a “opção preferencial pelos pobres” ao escrever em sua conclusão que “a Conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres” (PUEBLA, 1979, p. 307). Mais de dez anos pós-Medellín, a pobreza faz ecoar seu grito até a Conferência de Puebla. O posicionamento e a presença da Igreja são “exigidos pela escandalosa realidade dos desequilíbrios econômicos da América Latina” (PUEBLA, 1979, p. 310).

A partir de então, a Igreja se compromete no processo de transformação libertadora dos povos na América Latina. Uma das formas em que esse processo de transformação ocorreu foi através da educação nas bases, tendo como inspiração o método Paulo Freire, através da educação popular construída no método dialético, com a finalidade de humanizar (SILVA; BAPTISTA; SIQUEIRA, 2019). Dessa forma, a Igreja

articula educação e ação, supera a visão de oferecer instrução religiosa e educação religiosa, torna-se viva, participa da realidade social, se constitui como espaço educativo, na relação dialogal para atuação política em busca de melhores condições de vida ao povo” (SILVA; BAPTISTA; SIQUEIRA, 2019, p. 1449).

### **2.3.5 Teologia da Libertação**



A Teologia da Libertação surgiu na década de 1960 como expressão de um vasto movimento social/religioso que envolveu setores expressivos da Igreja (presbíteros, vida religiosa consagrada), bem como movimentos leigos (LÖWY, 2016). À luz da Teologia da Libertação, a “Igreja progressista manifesta-se como força ideológica de conteúdo libertador” (SANTOS, 2010, p. 172), tornando-se presença ativa.

Bem antes da Teologia da Libertação, já havia um movimento composto por pessoas que, em sua maioria, não eram teólogas, sendo por isso também denominada de “Igreja dos Pobres” (LÖWY, 2016).

Vale salientar que a Teologia da Libertação não é um movimento, mas uma nova abordagem teológica, “um corpo de texto produzidos a partir de 1970 por figuras latino-americanas” (LÖWY, 2016, p. 73). Essa produção teórica “dá suporte à prática dos cristãos ‘engajados’ e comprometidos com a chamada ‘Igreja dos Pobres’” (SANTOS, 2010, p. 172). A partir disso, Löwy esclarece que a Teologia da Libertação não é um “discurso social e político, e sim, antes de qualquer coisa, uma reflexão religiosa e espiritual” (LÖWY, 2016, p. 76).

Essa reflexão proporcionada pela Teologia da Libertação favorece o conhecimento e a conscientização das pessoas engajadas nas lutas pelos direitos sociais. Socorro Goveia, leiga e ligada à Diocese de Cajazeiras-PB, a qual apresenta a Teologia da Libertação como uma marca em sua constituição laical enfatiza que em sua vida de militância absorveu,

Essa conscientização, pelo menos, pra mim, serve até hoje. Tudo aquilo que eu vivi, que eu aprendi naquele tempo, a partir da reflexão da Teologia da Libertação eu tenho até hoje na minha vida. E acredito que muitos. Eu fui pra a área da reforma agrária mais Socorro Ferreira, tem Laurecy na área de educação. Tem Do Carmo lá em São Paulo. A gente vê que todos tem um nível de consciência ainda hoje bom, que foi esse aprendizado desse tempo (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

A Teologia da Libertação é um projeto da Igreja progressista que “ênfatiza a transformação social como salvação” (SERBIN, 2001, p. 107). A saber, essa transformação parte do indivíduo, de um trabalho desenvolvido nas bases junto ao povo.

Para Löwy, a expressão “a opção preferencial pelos pobres”, consagrada na Conferência de Puebla, sintetiza o que de fato é a Teologia da Libertação. E adianta: “esses

---

<sup>14</sup> Entrevista realizada, presencialmente, com a senhora Maria do Socorro Goveia, no dia 02 de março de 2021. Maria do Socorro Goveia, liderança leiga, natural de Uiraúna-PB, no final da década de 1970 inicia seu engajamento na Igreja e nas questões sociais, há mais de duas décadas reside no Assentamento Acauã, no município de Aparecida-PB, estar lá desde a ocupação da terra. Atualmente é Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural, coordenadora do Assentamento Acauã e Coordena a nível de sertão a Associação Agroecológica.

pobres são os agentes de sua própria libertação e o sujeito de sua própria história – e não simplesmente, como na doutrina tradicional da Igreja, objeto da atenção caridosa” (LÖWY, 2016, p. 76).

As raízes da Teologia da Libertação estão contidas em Medellín e as provocações desta conferência geraram divisões na Igreja. De um lado, a Igreja popular, com o olhar voltado para as causas sociais e, do outro, a Igreja tradicional voltada para a dimensão doutrinária (DELGADO; PASSO, 2007).

A Teologia da Libertação diferencia da teologia tradicional, – do centro, tida como universal –, por nascer da periferia. Este lugar periférico, tido como lugar da manifestação de Deus e campo de atuação da Igreja popular, levou a suspeição e punição de muitos teólogos e teólogas, que tiveram que passar para a “clandestinidade eclesial”, sem espaço de atuação e reconhecimento nas esferas oficiais”. Esses anos mais difíceis para a Igreja popular e sua reflexão teológica, ocorreram nas décadas após-Puebla, onde os países latino-americanos estavam iniciando o processo de redemocratização (BRIGHENTI, 2019, p. 1411).

No contexto sociopolítico de combate ao comunismo que a América Latina vinha enfrentando, a Teologia da Libertação era vista como comunista. Cícera Andrade ressalta pontos de convergência da Teologia da Libertação com o Marxismo que, segundo ela,

encontra-se, na leitura de uma sociedade desigual, que descobriu os caminhos para a sua edificação no sistema capitalista de produção, pautado na exploração e expropriação dos bens da natureza e do homem pelo homem. Assim, o posicionamento da teologia da libertação pode ser visualizado através da luta pela eliminação da propriedade privada, pelo fim da exploração injusta no trabalho, injustiça social e pela organização coletiva de produção dos bens necessários à produção e reprodução da vida social (ANDRADE, 2015, p. 38).

A construção teórica da Teologia da Libertação tem como um dos princípios básicos, “o uso do marxismo como instrumento sócio analítico a fim de entender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas de luta de classe” (LÖWY, 2016, p. 77). Com isso, “se contrapõe naquela época, com todo o processo de fechamento da Igreja e da sociedade” (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

A base de sustentação da Teologia da Libertação é a opção pelos pobres, a vivência em comunidades de base, as organizações e as lutas dos movimentos. “A Teologia da Libertação articula fé e vida de maneira dinâmica e geradora de processos de superação em que o povo pobre está mergulhado” (GODOY, 2019, p. 8).

Nessa mesma perspectiva, Delgado e Passo (2007, p. 122) enfatizam que, na prática política libertadora de um povo pobre e crente em Deus, ela ia sendo introduzida, tecendo

uma “nova maneira de fazer teologia”, a partir, do diálogo “com as questões sociais, políticas e culturais”.

A Teologia da Libertação favoreceu o surgimento de CEBs e o surgimento de novas lideranças na Igreja Católica, os leigos e leigas assumindo a sua missão como tal.

### **2.3.6 Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)**

Os moldes tradicionais da Igreja não favoreciam aos fiéis enxergar dominações e explorações. Quase sempre serviam para justificar ou legitimar ações sociais injustas ou eram coniventes com a forma de pensar do poder hegemônico. O próprio pensamento da Igreja tradicional não propiciava, e não levava os fiéis, a uma reflexão da realidade. As CEBs assumem, então, uma nova postura e um novo jeito de ser Igreja diferenciada do tradicional, ligando a fé com a vida. Elas “não se restringem somente ao aspecto espiritual, mas tocam fundo nos problemas do cotidiano e estão imersas em contradições de natureza social e política” (BALDISSERA, 1987, p. 10).

A consolidação das CEBs ocorreu no período em que o Brasil vivia sob duro regime ditatorial civil-militar, onde as pessoas eram proibidas de se manifestar em busca de direitos (BALDISSERA, 1987).

As CEBs nasceram na década de 1960, mas sua efervescência se deu após o evento de Medellín. As CEBs são um novo modo de ser Igreja tecido na América Latina, “sob o espírito de Medellín” (GODOY, 2010, p. 7), com sua opção pelos pobres e pela justiça social. Elas são constituídas por pequenos grupos, formadas por pessoas simples. Dentre elas surgem as lideranças que orientam e coordenam a caminhada. Para Godoy, isso são marcas deixadas por Medellín ao incentivar a “descentralização da Igreja, por meio de comunidades cristãs de base, onde o protagonismo laical é real e verdadeiro” (GODOY, 2010, p. 8).

As CEBs vem a ser uma tomada de poder conquistada pelo povo simples. Segundo Boff (1982, p. 25),

a comunidade eclesial é o lugar de exercício de democracia real do povo, onde tudo é discutido e decidido junto e se aprende o pensamento crítico. [...] há uma nova distribuição do poder na comunidade, muito mais participado, evitando-se toda centralização e dominação a partir de um centro de poder.

Por isso que as CEBs surgem como o novo que rompe o velho e que, durante séculos, exercem uma missão centralizada no poder eclesiástico. As CEBs descentralizam e questionam o poder, motivo pelo qual não é aceita por todos que fazem parte da elite

eclesiástica, embora a sua existência esteja relacionada a esse poder, ou seja, ela depende dessa ligação, da unidade com os clérigos que administram as paróquias em que atuam e onde se encontram as CEBs, para sua afirmação como tal – como comunidade eclesial.

Socorro Goveia ressalta que a participação do laicato era mínima e que tanto a Teologia da Libertação, quanto as CEBs possibilitaram a atuação dessas lideranças na Igreja e na sociedade.

Era muito pouca a participação dos leigos na Igreja. Então, com a formação das CEBs, começa a ter uma abertura da Igreja em relação aos leigos. E, aí, com esse surgimento das CEBs, (...) dos leigos, se estabelece o conflito dentro da Igreja, com a Teologia da Libertação e os que são da, os que eram da ala conservadora (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

O posicionamento da Igreja junto aos pobres-marginalizados e a atuação e o protagonismo de lideranças laicas provocaram conflitos com a ala conservadora eclesiástica, como evidencia a leiga Socorro Goveia. Mas vale salientar que esses conflitos também se davam com as lideranças leigas, como os presbíteros de linha progressistas. A mesma depõe, ainda, que houve momentos em que se proibia até mesmo mencionar a expressão CEBs. Ela relata sobre um presbítero que acompanhou um grupo de leigos e leigas na cidade de Uiraúna-PB – padre esse que assumia um serviço provisório, enquanto o pároco de Uiraúna estava em Roma. O mesmo estava à frente da paróquia da cidade de Luís Gomes-RN, orientou para o silêncio, “*minhas filhas, meus filhos, não falem na palavra CEBs, diga que vocês tão rezando as novenas, rezando... num diga, num fale em CEBs pra que eu também não possa ser prejudicado*” (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

Tanto as CEBs, quanto a Teologia da Libertação têm finalidades que se complementam e as tornam indissociáveis, assumindo esse novo jeito de ser Igreja proposto pelo Vaticano II, modelado por Medellín, concretizado na América Latina.

As CEBs guardam um caráter religioso, social e político. A Teologia da Libertação tem um papel importante nesse processo, pois fundamenta as práticas da comunidade. Tem a uma reflexão que ultrapassa o conhecimento doutrinário, pois é uma nova maneira de fazer teologia. Entra em questões que têm a ver com a justiça, com os direitos sociais e humanos (DELGADO; PASSO, 2007, p. 124).

Para Delgado e Passo (2007, p. 124), através das CEBs “as reflexões não se reduziam ao aspecto religioso, mas se abriam ao exercício da ação crítica. Progressivamente, as diversas experiências foram se articulando e estabelecendo relações horizontais com os outros grupos”, ou seja, as CEBs não são grupos ou comunidades fechadas em si, mas um organismo vivo que

se articulava e tecia redes com a sociedade civil, diferentes organizações e credos, em vista da luta contra a injustiça social e pelo bem comum.

As CEBs fomentaram os Círculos Bíblicos como um dos métodos de ação. Os mesmos

absorviam em suas reflexões as situações concretas da vida. (...) os roteiros faziam a ligação da vida com a Bíblia [e a Palavra iluminava a vida, a situação do povo]. A troca de experiências dos participantes era uma forma de socializar os problemas, as conquistas e perguntas de cada um (DELGADO; PASSO, 2007, p. 123).

Sobre este método de ação das CEBs, Baldissera afirma que elas são

constituídas por pequenos grupos de pessoas provindas das classes subalternas, as CEBs analisam a problemática em nível da realidade, com base na reflexão sobre a Palavra de Deus, propondo-se a sair de consciência social reformista para consciência de transformação estrutural da sociedade, até a superação do modo de produção capitalista (BALDISSERA, 1987, p. 11).

Mauro Carli, um sacerdote italiano que atuou na década de 1970 no Brasil, e que iniciou a experiência das CEBs no município de Cachoeira dos Índios na Diocese de Cajazeiras-PB, enfatiza sobre o método dos Círculos Bíblicos: “As reuniões das comunidades iniciavam com a leitura de um texto do evangelho e os presentes diziam a sua opinião do que entenderam da leitura e nas discussões comparando com a nossa realidade de vida: porque poucos tem tudo e a maioria sofre a fome?” (CARLI, 2021<sup>15</sup>).

Sobre a definição de CEBs, Adelina Baldissera ressalta que “entende-se por eclesial no popular a presença da Igreja-instituição-hierárquica no povo, na base junto às classes subalternas, solidarizando-se com elas e lutando em favor delas” (BALDISSERA, 1987, p. 80). Por conceito de “base”, Baldissera analisa da seguinte forma, “entende-se a parte da população, de uma sociedade, que se encontra excluída ao mesmo tempo do ter, do poder e do saber” (BALDISSERA, 1987, p. 81). Enquanto no nível econômico “a base produz a riqueza, mas não pode decidir sobre a orientação do trabalho, repartição dos bens nem sobre a sua organização. No nível político, só participa por delegação ou procuração” (BALDISSERA, 1987, p. 81).

---

<sup>15</sup> Mauro Carli, em resposta ao formulário respondido, via e-mail, em 22 de fevereiro de 2021. O padre Mauro Carli foi um dos primeiros presbíteros italianos a chegar na diocese de Cajazeiras para uma atuação pastoral, com ele veio mais dois presbíteros - Walter Strapagheti e Paolo Zini. Os mesmos chegaram em setembro de 1966. Sendo, em janeiro de 1967, Mauro Carli enviado a desenvolver um trabalho nas cidades de Cachoeira dos Índios, Santa Helena, São José de Piranhas e na paróquia de São Joao Bosco, sua residência sempre foi em Cachoeira dos Índios, durante 10 anos.

A prática das CEBs é uma atuação política, pois trata-se de organizar o povo, de fazer com que ele enxergue a realidade local e global e que lute pelo bem comum. “O exercício político das CEBs se caracteriza pelo claro posicionamento crítico ante as situações de opressão, exploração econômica, política e social, decorrente do sistema capitalista” (BALDISSERA, 1987, p. 163).

Para Delgado e Passo (2007, p. 96), o deslocamento de olhar e de postura da Igreja Católica configurou o seu perfil interno e externo,

O novo olhar que, progressivamente, o catolicismo foi ocupando a sociedade brasileira, neste período, modificou seu perfil tanto interna quanto externamente. Foi ocorrendo, assim, uma metamorfose na compreensão de si mesmo. O seu perfil institucional foi sendo alterado. Com isso a imagem tradicional da Igreja, sua linguagem e sua projeção na sociedade apresentavam uma nova direção.

Para a Conferência de Puebla, as Comunidades Eclesiais de Base se caracterizam pela “[...] expressão de amor preferencial da Igreja pelo povo simples, nelas se expressa, valoriza e purifica sua religiosidade e se lhe oferece possibilidade concreta de participação na tarefa eclesial e no compromisso de transformar o mundo” (PUEBLA, 1979, p. 226).

### **3 LAICATO VIVÊNCIA SECULAR E ECLESIAL**

Nesta segunda sessão da nossa pesquisa procuramos discorrer o sentido etimológico da palavra leigo. O que são para alguns teóricos? Qual sua concepção no magistério da Igreja, bem como laicato e as relações de poder no meio eclesial e o laicato como sujeito eclesial e social? Ele é realmente sujeito? Até que ponto é sujeito?

A pesquisa ocorreu em torno do protagonismo das lideranças leigas na Igreja Católica mediante a necessidade de trazer para a história a importância da atuação dessas lideranças nas comunidades eclesiais, em decorrência de práticas clericais que tendem a apagar ou camuflar sua atuação.

Os padres, por si só, não compõem a Igreja, mas sim um conjunto de fiéis que vivem a sua fé e compromisso através dos diversos ministérios, onde leigos e leigas estão ligados diretamente à instituição eclesial. Como Igreja, ambos não agem sozinhos, nem presbíteros, nem lideranças leigas.

Os movimentos feitos nas bases das comunidades eclesiais foram se alicerçando e construindo um novo rosto de Igreja engajada com as causas sociais. Compromisso esse, assumido com entusiasmo pelos leigos e leigas. Esses são os principais sujeitos da história no espaço secular e espiritual.

### 3.1 CONCEITO DE LEIGO E LEIGA

Quando referimos à expressão leigo e leiga, logo imaginamos ser uma pessoa sem conhecimento em determinado assunto. O dicionário Aurélio conceitua a palavra leigo como aquele “que não é clérigo; laico. Estranho ou alheio a um assunto” (FERREIRA, 2010, p. 462).

No meio eclesial, o sentido etimológico do termo “diverge”. O teólogo Cezar Kuzma (2009), define a expressão leigo e leiga para a Igreja no passado e na contemporaneidade, onde a origem do termo está contida na tradição bíblica.

[...] vem do “grego *laikós* e significa aquele ou aquela que pertence ao povo ou provém dele; também pode ser alguém não oficial, civil, comum. É um adjetivo derivado de *laos*, povo, um termo presente tanto no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento. É, portanto, aquele que pertence ao povo de Deus, herdeiro da Aliança e beneficiário da promessa de salvação (KUZMA, 2009, p. 53).

No decorrer do tempo, com o advento do cristianismo, passa a ter outro sentido: “batizados que não exerciam função alguma na hierarquia eclesiástica” (KUZMA, 2009, p. 54). No sentido originário do grego, sendo o leigo e a leiga, membros do povo de Deus, Leonardo Boff (1982, p. 187) enfatiza que nesta acepção, “também o padre, o bispo e o Papa são leigos”. Para a Igreja, a

*laicidade* passa a ser assumida como dimensão de toda a Igreja presente na história. Não só os assim chamados leigos, mas todos os batizados recebem o dom do Espírito Santo e são chamados a dá-lo ao mundo, situando-se imersos na ordem temporal para desde aí anunciar o Evangelho” (BINGEMER, 1987, p. 39).

No entanto, a prática contradiz, como ressalta Boff (1982, p. 187) ao afirmar que “na divisão eclesiástica do trabalho, leigo é todo aquele que não participa do poder sagrado”. Não sendo partícipe do poder sagrado, é incapaz de produzir “bens simbólicos [conhecimento]” logo assume o lugar de forma voluntária ou involuntária de “beneficiário daquilo que o corpo de funcionários sagrados produzia e um executor das decisões deles”.

Essa divisão hierarquizada foi criando corpo quando o cristianismo passou a ser institucionalizado e a Igreja diminuiu suas tensões extra-eclesiais<sup>16</sup>, e a partir do século IV passam a viver as tensões intra-eclesial, com as divisões de classes no seu interior. Desde que,

---

<sup>16</sup> Perseguições dos cristãos na Igreja primitiva.

[...] o Imperador Constantino decretou liberdade de culto aos cristãos. A Igreja deixa de ser perseguida obtendo total liberdade, vindo a tornar-se, inclusive, mais tarde do ano 381, religião estatal. Como consequência, isto levou o clero para uma condição de privilégios em nível social, no qual bispo e padres adquiriram posições de destaque dentro do Estado e, ao contrário, reis e imperadores receberam até mesmo sagração eclesiástica, no intuito de conservar o povo para a Igreja (KUZMA, 2009, p. 55-56).

Na Igreja primitiva, no modo de ser e atuar vivido até meados do século IV, os primeiros cristãos eram perseguidos por causa da sua fé e adesão à pessoa de Jesus Cristo (CNBB, 2017, p. 31). Com a institucionalização eclesial, os cristãos começam a distanciar-se do espírito fundante do cristianismo e a Igreja se configura em divisões de classes onde existe uma Igreja piramidal determinada pelos graus do sacramento da ordem<sup>17</sup>, e os que não recebem este sacramento sustenta o peso das estruturas.

Para aqueles que não recebiam o sacramento da ordem, os fiéis leigos e leigas, a institucionalização da Igreja Católica os tornou “uma grande massa sem competência, pois não possuía poder algum de decisão” (KUZMA, 2009, p. 56). Além do mais, a Igreja passa a dissociar no seu interior as coisas sagradas das profanas, os poderes espirituais e temporais, sendo “o espiritual (o poder do papa e da Igreja) e o temporal (o poder dos príncipes, do Estado, concebido como não clerical e, portanto, leigo)”, como forma de consolidar sempre mais o poder eclesiástico (KUZMA, 2009, p. 56).

Com o iluminismo no século XVIII, o qual favoreceu um processo de secularização, a Igreja é obrigada, pela circunstância das transformações sociais, a fomentar grupos de leigos e leigas no “intuito de favorecer um catolicismo político, social e cultural” (KUZMA, 2009, p. 57). Com isso, no século XIX e XX, “os Pontífices Leão XIII, Pio X e Pio XI convidam leigos e leigas a tomarem o seu lugar na missão da Igreja. É pedido a eles que se ocupem do temporal, onde através de seu testemunho possam a vir cristianizar as suas estruturas” (KUZMA, 2009, p. 57). Essa realidade leva a perceber a força transformadora e a importância do que são leigos e leigas nos lugares onde estão inseridos. No entanto, tornam-se mão-de-obra da instituição, pois passam a ser instrumentos à serviço da mesma.

A leiga Cássia, que atua na Igreja há algumas décadas, considera que o leigo e a leiga são como uma ponte que liga o espiritual com o social e que as esferas políticas-sociais é o espaço, por excelência, de evangelização do laicato (SANTOS, 2021<sup>18</sup>).

<sup>17</sup> Sacramento conferido apenas aos homens que os tornam em 1º grau: diáconos; 2º grau: padres; e 3º grau: bispos.

<sup>18</sup> Rita de Cássia Alves Santos, em entrevista realizada através de ligação telefônica, em 08 de fevereiro de 2021. Rita de Cássia, leiga natural de Cajazeiras, participou do MER na década de 1980, estava envolvida diretamente nas lutas de bairros em sua terra natal, depois foi difundir o Movimento na região de João Pessoa, precisamente em Santa Rita onde trabalhava em uma fábrica, depois em Maceió, no ano de 1989 retorna a Cajazeiras e



Para Socorro Goveia, o leigo e a leiga têm sua importância, pois “*a gente é batizado, então a gente ao ser batizado deve assumir o papel de cristão. E teve um período na Igreja que mesmo querendo não era permitido. O leigo ele não tinha acesso. E aí, com essa chegada da Teologia da Libertação o leigo começou a se apoderar. Que o papel dele também na Igreja deve acontecer*” (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

Como destaca as duas leigas – Cássia e Socorro Goveia, o laicato são pessoas batizadas que tem a missão de ser ponte que liga a fé com a vida, e que tem um papel importante na Igreja, por isso, indispensável para construção de uma sociedade humana.

### 3.2 SER LEIGO E LEIGA NA CONCEPÇÃO DA IGREJA

O Concílio Vaticano II, através da constituição *Lumen Gentium*<sup>19</sup>, define o leigo e leiga como “*todos os fiéis que não pertencem às ordens sagradas, nem são religiosos*<sup>20</sup> reconhecidos pela Igreja. São, pois, os fiéis batizados” (VATICANO II, 2007, p. 215). Ele apresenta a importância do laicato para caminhada pastoral da Igreja nos últimos tempos. Em seus documentos resultados das conferências e assembleias episcopais vêm acentuando a importância da vocação laical na instituição e para o mundo.

A partir da constituição *Lumen Gentium*, Leonardo Boff, ressalta que o “leigo não é um homem secular. É um membro da Igreja no mundo secular. Possui um mandato direto de Jesus Cristo” (BOFF, 1982 apud VATICANO II, 2007, p.55), tem uma vocação e serviço próprio no mundo. Sua vocação não consiste em estar a serviço das autoridades eclesiais, mas de um povo, uma comunidade onde ele e ela professam a fé. Seu campo de ação é ser cristão e cristã no mundo, nos vários âmbitos da vida. Sobre essa tarefa o Papa Paulo VI ressalta em sua encíclica *Evangelii Nuntiandi* (2011, p 90).

O campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos “*mass media*” e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento.

Segundo Leonardo Boff (1982, p. 79),

---

atualmente reside no Ceará, onde continua atuando como leiga na comunidade, não mais fazendo parte do Movimento.

<sup>19</sup> *Lumen Gentium*, ou “Luz dos povos”, é uma constituição pastoral resultado do Concílio Vaticano II.

<sup>20</sup> Não pertencem a uma congregação ou instituto de Vida Religiosa Consagrada (freiras; frades).

o Concílio Vaticano II influenciado pelas práticas e estilos novos de autoridade na Igreja acolheu a ideia da colegialidade não apenas a nível episcopal, mas num certo sentido também ao nível de toda a Igreja. [...] enquanto a teologia pré-conciliar excluía os leigos de qualquer múnus por não serem ordenados.

Com isso, o Concílio Vaticano II denomina leigo e leiga como sendo “todos os fiéis que não pertencem às ordens sagradas, nem são religiosos reconhecidos pela Igreja. São, pois, os fiéis batizados, incorporados a Cristo, membros do povo de Deus” (VATICANO II, 2007, p. 215-216). O Vaticano II, “consequentemente, afirma que os leigos também ‘anunciam Cristo, elucidam sua doutrina’” (BOFF, 1982, p. 79).

Para Medellín o que “tipifica o papel do leigo, com efeito, é seu compromisso com o mundo” (CELAM, 2010, p. 149). No entanto, “compete-lhes, pois, de modo especial, iluminar e organizar as coisas temporais a que estão vinculados, para que elas se orientem por Cristo” (CNBB, 2017, p. 16).

O documento conclusivo da V Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, o Documento de Aparecida (DAp)<sup>21</sup>, retoma a expressão do Papa João Paulo II, ressaltando que a evangelização na América Latina não pode ocorrer, atualmente, sem a “**colaboração** dos fiéis leigos”. Esse mesmo documento afirma que os “leigos são partes ativas e criativa na elaboração e execução de projetos pastorais”, contudo, exige dos pastores “maior abertura de mentalidade para que entendam e acolham o ‘ser’ e o ‘fazer’ do leigo na Igreja (...). Em outras palavras, é necessário que o leigo seja levado em consideração com espírito de comunhão e participação” (CELAM, 2008, p. 103, grifo nosso).

O documento 105 da CNBB, que trata a questão dos leigos na Igreja do Brasil e na sociedade, enfatiza que a partir da renovação provocada pelo Concílio Vaticano II compreende-se o “cristão leigo plenamente como membro efetivo da Igreja e não como um fiel de pertença menos ou inferior, a quem faltasse algo da comum dignidade cristã” (CNBB, 2017, p. 23).

Para Kuzma, “esses leigos hoje podem ser pessoas diversas, muitos com boa formação acadêmica [...], ou, também, aqueles sem formação acadêmica, mas com grande experiência de vida” (KUZMA, 2009, p. 19), que exercem um protagonismo relevante na sociedade como cristão.

Na dimensão da política, campo por excelência do laicato na sociedade, a Conferência de Puebla incentiva os leigos e leigas, em suas realidades temporais, a assumir atividades políticas em seu vasto campo, “desde a ação de votar, passando pela militância e lideranças

---

<sup>21</sup> Documento de Aparecida, resultado da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, que ocorreu no ano de 2007, na cidade de Aparecida-SP e onde se discutiu o ser Igreja na realidade atual da América Latina (CELAM, 2008).

em algum partido político, até o exercício de cargos públicos em diversos níveis” (CELAM 1979, p. 251). Puebla enfatiza, ainda, que a política partidária é um campo exclusivo dos leigos e que “corresponde à sua condição leiga constituir e organizar partidos, com ideologias e estratégia adequada para alcançar seus fins legítimos” (CELAM, 1979, p. 200).

Sobre o envolvimento do laicato na política, o Papa Francisco enfatiza, na sua exortação apostólica *Evangelii Gaudium*<sup>22</sup> (2013, p. 169),

peço a Deus que cresça o número de políticos capazes de entrar num autêntico diálogo que vise efetivamente sanar as raízes profundas e não a aparência dos males do nosso mundo. A política, [...] é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum.

Ele roga, ainda, para que surja “mais políticos, que tenham verdadeiramente a peito a sociedade, o povo, a vida dos pobres”. O que de fato levou a Igreja a reconhecer a necessidade da presença do leigo e da leiga para ação evangelizadora foram os desafios socioeconômicos latino-americanos. O documento conclusivo da Conferência de Puebla ressalta,

Reconhecendo no seio da Igreja latino-americana uma crescente tomada de consciência da necessidade da presença dos leigos na missão evangelizadora, queremos incentivar a tantos leigos que, mediante o seu testemunho de dedicação cristã, contribuem para o cumprimento da tarefa evangelizadora e para **apresentar uma fisionomia dum Igreja comprometida** com a promoção da justiça em nosso povos (CELAM, 1979, p. 249, grifo nosso).

A expressão tratada por Puebla – “apresentar uma fisionomia dum Igreja comprometida”, evidencia o quanto o leigo e a leiga no mundo é a presença visível, concreta da Igreja. O laicato consegue ser e fazer o que os clérigos, revestidos de sua autoridade e saber, não conseguem ser. As situações de injustiça social não os sensibilizam porque os seus pés não pisam o chão da realidade dos fiéis, do povo. Por outro lado, a expressão remete a uma Igreja hierárquica que vive de aparências, que usa os leigos e leigas para justificar a presença da Igreja e se sentirem aliviados em sua consciência de responsável direto por uma comunidade paroquial, em que é/se atribui como pastor de um rebanho.

Destacamos que, a partir do Concílio Vaticano II, “iniciou-se uma caminhada histórica de maior consciência da identidade e da missão dos cristãos leigos e leigas” (CNBB, 2017, p. 25). Dentre eles, o surgimento de teólogos leigos e leigas formados, a criação de conselhos nacionais-regionais-diocesanos de leigos e leigas, as CEBs, os setores paroquiais, os grupos

---

<sup>22</sup> *Evangelii Gaudium* – exortação apostólica do Papa Francisco, sobre a “A alegria do Evangelho”.

bíblicos de reflexão, as pequenas escolas de teologia, as pastorais, os movimentos, as novas comunidades, as associações de leigos tem oportunizado espaços de participação e de missão evangelizadora e exercício dos mais diversificados ministérios leigos” (CNBB, 2017, p. 26), favorecendo um protagonismo do laicato e um novo rosto de Igreja, através da participação e do engajamento social.

O documento 105 da CNBB (2017, p. 27-28) enfatiza, também, que a renovação partida do Concílio Vaticano II fomentou muitos leigos e leigas “comprometidos com os movimentos sociais, movimentos populares, sindicais e conselhos paritários de políticas públicas e outros, nas periferias urbanas e rurais”, bem como na luta por uma ecologia integrada, “na defesa de trabalho digno, na eliminação do trabalho escravo, do tráfico humano, da violência contra as mulheres e da exploração infantil, na defesa da demarcação das terras indígenas e dos territórios quilombolas, e em tantas outras lutas”.

A Igreja, em seu magistério, reconhece a relevância do serviço exercido pelas lideranças leigas, mas a seu modo, portanto, o laicato deve ser instruído e controlado pelos clérigos. A Constituição *Gaudium et spes* (VATICANO II, 2007, p. 503-504, grifo nosso) enfatiza que “competem aos leigos, embora sem exclusividades, os deveres e as atividades seculares. Agindo como cidadãos do mundo, individual ou coletivamente, observarão as normas de cada disciplina e procurarão adquirir verdadeira competência nos setores em que atuam”, mas que o laicato deve “contar com **as luzes** e a **força espiritual** dos sacerdotes”. Os mesmos têm papel específico de “contribuir com as luzes da sabedoria cristã”, ou seja, os leigos e leigas agirão no mundo instruídos pela iluminação e sabedoria dos sacerdotes, pois, eles agem com “**as luzes da sabedoria cristã**”. Porventura, a sabedoria divina é infundida apenas nos homens ordenados? Os leigos e leigas não recebem o mesmo batismo que os clérigos que os tornam membros de um mesmo corpo eclesial?

Os diversos serviços e ministérios na Igreja brotam do mesmo batismo, por isso todos tem igual dignidade e cabe à Igreja acolher, de igual modo, os diversos carismas que suscitam. Entretanto, a hierarquia da Igreja é rígida, autoritária, verticalizante e, ao laicato, é negado o direito de exercer um protagonismo de forma mais eficaz e evidenciada. O laicato é silenciado nas assembleias diocesanas e paroquiais, mesmo sendo proporcionados espaços para que ele se expresse, no entanto, na maioria das vezes, suas falas não são levadas em consideração. Necessário se faz que o laicato tome consciência que, não tendo participado das

decisões da caminhada eclesial, ele não tem nenhum dever de execução. O que diz respeito ao conjunto da Igreja, tem que ser discernido e decidido na sinodalidade<sup>23</sup>.

O leigo e a leiga são colocados em uma segunda categoria dentro da Igreja, para o laicato até há espaço de atuação na dimensão burocrática da instituição, há também espaço para ministrar sacramentos do batismo e assistir o sacramento do matrimônio, como enfatiza a *Lumen Gentium*

os leigos podem ser chamados ainda de diversos modos, a cooperar de maneira mais imediata com o apostolado da hierarquia (...). **Podem ser chamados**, finalmente, pela hierarquia, a assumir certas funções eclesiais, que visam diretamente a fins espirituais (VATICANO II, 2007, p. 217-218).

Mas isso ocorre quando “na **falta**, porém, de ministros ou em regime de perseguição, podem ser chamados a **suprir** certas funções” (VATICANO II, 2007, p. 219, grifo nosso). No interior de uma Igreja menos clerical, afirma Mainwaring (2004, p. 51, grifo nosso), “a falta de padres não teria tanta importância”.

Tudo depende da necessidade eclesial e da abertura dos clérigos para conceder aos leigos e leigas a liberdade para atuação onde “os pastores (...) confiem-lhes serviços para o bem da Igreja, **deixando-lhes espaço e liberdade para agir**” (VATICANO II, 2007, p. 221, grifo nosso).

### 3. 3 O LAICATO E RELAÇÕES DE PODER NO MEIO ECLESIAL

Ao tratar da questão de poder ressaltamos as relações que se tecem, nos diversos âmbitos da sociedade, no modo de produção capitalista. A sociedade em que vivemos tem, como modo de produção, o capitalismo. Assim sendo, o poder afirma-se “pelas relações de dominação-opressão-exploração” (BALDISSERA, 1987, p. 19).

Como parte constitutiva dessa sociedade sujeita às suas interferências e, ao mesmo tempo, interferindo, a Igreja tende a reproduzir o mesmo estilo de relações de poder onde

os membros da Igreja também ocupam em seu interior lugares diversos, conforme sua situação de classe, situação que os leva a pensar e conceber a realidade, o mundo, de uma maneira particular de classe, de sua situação social, e os faz interpretar e vivenciar a mensagem do evangelho de acordo com os interesses (BALDISSERA, 1987, p. 20).

---

<sup>23</sup> Um modo de proceder da Igreja, através, da escuta, diálogo e discernimento. Um processo que envolve as pessoas engajadas ou não na Igreja.

O poder é exercido em todas as dimensões da vida social-política-religiosa, seja nas hierarquias ou nas bases, se dá nas relações econômicas, de saber e de poder constituído entre instituições, entre pessoas.

A Igreja tende a reproduzir práticas da sociedade capitalista. A separação de classes e a avidez por seus interesses e pelas “relações desiguais, próprias do modo de produção capitalista, impuseram um processo de concentração do poder religioso, por parte do clero, em desfavor da maioria dos cristãos católicos” (BALDISSERA, 1988, p. 27). O sacramento da ordem vai, desse modo, institucionalizar o poder na comunidade eclesial (BALDISSERA, 1987, p. 96).

Essa institucionalização do poder torna-se uma barreira para a atuação do laicato. Como enfatiza Baldissera (1987, p. 64), os leigos e leigas

sentem a necessidade de ter maior espaço decisório no interior da Igreja, e, por outro, a hierarquia se sente ameaçada e reage, defendendo o princípio de sua autoridade, apelando para o campo doutrinário, quando, de fato, o problema é mais amplo.

É justamente no poder conferido e centralizado nas mãos dos bispos e padres que se “travam as relações de exploração-apropriação dos meios religioso-pastorais” e isso leva muitas vezes ao conflito entre clérigos e laicato (BALDISSERA, 1987, p. 95). No entanto, o poder hierárquico e clerical tem tirado a autonomia das organizações de base e dos movimentos leigos no interior da Igreja (MAINWARING, 2004, p. 28). Para Passos (2015), com o clericalismo, as relações de circularidades são inexistentes, onde o clérigo é isolado pela sacralidade que o torna superior.

O poder da Igreja está alicerçado, não apenas no sacramento da ordem que o institucionaliza, mas no *saber*, e isso é determinante para doutrinar e instrumentalizar os sujeitos. Baldissera (1988, p. 28) afirma que as

relações de poder-saber que se traduzem em um conjunto de ensinamentos, doutrinas e normas que instituem dirigentes/dirigidos. Estes se configuram em seu lugar enquanto aceitam a hierarquia e as regras institucionais, que se expressam na obediência à ordem e à disciplina.

Para Boff (1982, p. 75), “aqueles que na Igreja detêm os meios de produção religiosa, são os que criam e controlam o discurso oficial, retendo para si também o poder”. Do ponto de vista sociológico, a “Igreja vigora uma inegável divisão e desigualdade: um grupo produz o material simbólico e outro apenas o consome; há o ordenado que pode produzir, celebrar e decidir e o não-ordenado que assiste e se associa” (BOFF, 1982, p. 75). Ainda de acordo com

ele, há um “poder de uns sobre os outros, poder que não quer abdicar de seus privilégios e direitos, atritando com direitos invioláveis da pessoa humana (de participar, de produzir simbolicamente, de expressar-se livremente etc.” (BOFF, 1982, p. 76).

Como “expressa” o próprio nome, o leigo e a leiga, é visto, por algumas autoridades eclesiais, como uma pessoa sem conhecimento – mesmo que tenha aprofundamento em determinado assunto –, tanto os que participam ativamente da vida eclesial e social, como os que são batizados, mas não estão comprometidos com os ensinamentos da Igreja e nem com o engajamento social. Para Bingemer (1987, p. 37), o “leigo ainda é definido juridicamente e pelo negativo” onde “essa definição de leigo estrutura a Igreja (...) a *contraposição clero X laicato*, à qual se alia outra: a *contraposição religiosos<sup>24</sup> X não religiosos*. A realidade ou posição em que se encontra o laicato faz jus ao nome.

Para os clérigos, ressalta Mainwaring (2004, p. 51),

A crença subjacente era que as pessoas simples nada tinham a ensinar; a missão do padre era a de elevar a fé do povo a nível de sua própria fé. O processo de aprendizado era tão hierárquico quanto as estruturas da Igreja: o padre concedia o seu saber ao rebanho. O paternalismo estava explícito na linguagem religiosa do período. Os padres assumiam o papel de pastores que iriam guiar o rebanho.

Sobre essa relação de pastor-rebanho, Michel Foucault (2008) desenvolve o conceito de “poder pastoral”, apresentando as diversas formas de governo. Governar os outros, governar a si, governar estruturas físicas, de ser capaz de dá sustento, de alimentar. Onde o governo é exercido sob duas formas, “sob a forma da ideia e da organização de um poder de tipo pastoral, depois sob a forma da direção de consciência, da direção das almas”. Foucault (2008, p. 166-167) faz uso da expressão pastor-rebanho para designar a relação do soberano e do súdito, do governo e seus governados. Para ele, ser pastor é ser um ser único no rebanho, e geralmente as relações são de interesses para com as ovelhas.

A falta de saber equiparado aos das hierarquias eclesiais é visível e sentido na falta de poder das lideranças leigas e nas decisões eclesiais, em todos os níveis nacional-regional-diocesano-paroquial, gerando dependência, divisão e exclusão. Como enfatiza Boff, “essa estrutura de poder centralizada gera marginalização especialmente dos leigos; estruturalmente são cortados os caminhos da participação mais efetiva nas decisões que interessam a toda a comunidade” (BOFF, 1982, p. 72-73).

---

<sup>24</sup> São pessoas que professam votos evangélicos de castidade, obediência e pobreza (freiras e frades). Vale ressaltar que não fazem parte da elite eclesial. Os mesmos não recebem o sacramento da ordem, portanto, são leigas e leigos. No entanto, não deixam de serem mais visados do que o laicato. Essas também recebem formações sistemáticas, permanente, logo diferencia do laicato.

O discurso tem força e, quando proferidos por pessoas instituídas para tal função, no caso dos clérigos, tendem a ter um poder de coesão maior, pois há uma imagem do sagrado por trás de todo discurso eclesial. Delgado e Passo (2007) ressaltam sobre esses aspectos e trazem a imagem de uma Igreja-docente, constituída pelas autoridades eclesiásticas e a Igreja-discente constituída de leigos e de leigas.

Toda linguagem religiosa está direcionada pela preservação da ordem moral, pelo respeito às autoridades constituídas e pelos valores religiosos católicos. Como sabemos, a linguagem (o discurso) é instrumento como as coisas, com a capacidade de induzir os indivíduos, determinando-lhes valores e concretizando propostas. Há um fortalecimento do conceito de Igreja-docente. Daí a ênfase dada ao magistério eclesiástico, enquanto “a Igreja-discente é constituída pelos leigos, que devem aprender e seguir os ensinamentos da hierarquia” (DELGADO; PASSO, 2007, p. 99).

No campo do saber, Boff (1982, p. 65) ressalta que,

a participação está ligada à circulação da informação. Como poderão os membros da Igreja ajudar a decidir se lhes são subtraídas informações necessárias para a formação da opinião? As informações circulam dentro de um restrito âmbito de Igreja.

Ao laicato é negado o direito do conhecimento, quando não são proporcionadas pela própria instituição eclesial as formações permanentes e sistemáticas para as lideranças laicas da Igreja, bem como as condições físicas e estruturais para desenvolver suas atividades. Se faz necessário destacar que é o próprio laicato que banca a formação dos clérigos, através de doações, de dízimo etc., em sua maioria de forma involuntária.

Nesta mesma perspectiva, Baldissera afirma que

a situação do dominado é gerada pela negação do poder de pensar e interpretar a realidade e a vida, pela negação de sua participação como sujeito da história, porque não tem poder de decisão sobre seu trabalho, sua produção, que é fonte de vida (BALDISSERA, 1987, p. 156).

Aos poucos as CEBs vão desenvolvendo um trabalho em que o laicato vai se conscientizando da estrutura que forma a instituição eclesial e do lugar em que ele é colocado, percebendo também, a importância do seu engajamento e do seu protagonismo. A formação do laicato fomenta esse amadurecimento, a fim de constituir uma Igreja participativa a partir da superação das dicotomias.

Vale salientar que as relações de poder ultrapassam os muros eclesiais, motivadas pelo interesse individual ou institucional como forma de manter seu lugar de destaque enquanto



autoridade e hegemonia eclesial. Com isso a religião católica toma rumos que distanciam da proposta inicial do cristianismo,

Observa-se que, no decorrer do tempo, gradativamente a Igreja afasta-se de sua proposta inicial da comunhão de bens e da divisão da riqueza, perde seu apelo de comprometimento com os pobres e do exercício da autoridade como serviço, embora no seu discurso defenda e faça apelo pelos pobres e oprimidos; sua ligação estrutural com a classe dominante ou com o Estado implica atitudes de apoio a essa classe e, conseqüentemente, contrárias às classes subalternas (BALDISSERA, 1987, p. 27).

Mas, contrapondo ao modelo de Igreja voltada para dentro, surge outro modelo superado, teologicamente, pelo Concílio Vaticano II. Uma Igreja que se moderniza onde o secular passa a ter valor teológico<sup>25</sup>, onde o discurso “se fez mais profético no sentido de denunciar os abusos do sistema capitalista e marginalização do povo” (BOFF, 1982, p. 22).

As CEBs, fomentadas pelo Concílio Vaticano II, no seu modo de ser, desarticulam a ideia e a estrutura de poder centralizado na figura do ministro ordenado. De acordo com Baldissera (1987, p. 79), a partir delas, “pode-se recuperar um sentido de Igreja mais evangélico, onde o leigo emerge como sujeito participante nas decisões e no desempenho de funções dentro da comunidade e na Igreja local”.

### 3.4 PRESENÇA DO LAICATO NO CATOLICISMO BRASILEIRO

O catolicismo brasileiro é marcado pela presença acentuada dos leigos e leigas que agiam, inicialmente, movidos pela fé e devoção aos santos e santas da Igreja. A devoção popular era o sustento, não só na caminhada de fé, mas vinha a ser também um refúgio ou subterfúgio das situações sociais de pobreza, da falta de terra, da moradia, da alimentação etc., em que vivia o povo. É uma prática que perpassa até os dias atuais. Outras expressões laicas, como “associações, irmandades, fraternidades”, também surgem no Brasil desde a sua colonização e também agregam à práticas do catolicismo brasileiro até hoje.

Para a teóloga Bingemer (1987, p. 30),

os primeiros três séculos de história do Brasil, marcados pela dependência colonial de Portugal, caracterizaram-se pela implantação de uma Igreja que se poderia enquadrar dentro dos padrões medievais de uma Igreja de Cristandade, com uma estreita união entre o poder político e o eclesiástico. Como resultado desta implantação, no entanto, formaram-se duas vertentes no catolicismo brasileiro – o tradicional e o popular.

---

<sup>25</sup> Lugar da manifestação de Deus que se manifesta na pessoa, na vida, no ecossistema, no pobre, no marginalizado e nos clamores por vida em todas as dimensões.

O catolicismo tradicional é aquele em que o rei de Portugal é o líder e onde os clérigos são os funcionários da coroa, desempenhando funções eclesiásticas e sendo sustentados por ela, enquanto o catolicismo popular era composto pelos leigos e leigas que viviam a sua crença numa dimensão devocional. Uma prática exercida por lideranças leigas, dentro do contexto do Brasil colônia, que tinha como religião oficial o catolicismo tradicional.

Nesse tipo de catolicismo, o povo católico leigo se organiza para expressar sua devoção, centrada principalmente no culto aos santos, nas procissões, romarias, promessas e ex-votos. As casas, as capelas e os santuários eram os templos desse tipo de catolicismo que uma quadrinha popular descreve: “Muito santo, pouco padre, muita reza/ pouca missa” (BINGEMER, 1987, p. 31).

Vale ressaltar que, além do laicato do catolicismo popular, estava também o laicato do catolicismo tradicional presentes nas confrarias e irmandades. Esse tipo de organização laical também se estende até os dias atuais, mesmo que, de forma mais tímida, e estando vinculado a uma linha de Igreja conservadora (BINGEMER, 1987, p. 31).

Segundo Bingemer (1987, p. 31), a partir da Primeira República, o laicato passa a ter a “direção e formação do clero e da hierarquia”, que implanta um modelo tradicional. Nesta dimensão de um laicato direcionado pelos clérigos, o documento 105 da CNBB (2017, p. 104) afirma que “durante a primeira metade do século XX, constatamos a presença das irmandades, das confrarias e associações, algumas delas herdadas de séculos anteriores, numa dimensão mais espiritual e/ou de assistência. Em geral, conduzidas pelo clero”.

O laicato brasileiro é herdeiro da tradição de um “catolicismo marcadamente leigo” e a soma de uma “tradição recente de um processo de romanização sempre mais clerical onde leigos foram, progressivamente, passando para uma posição dirigida e mais apagada” (BINGEMER, 1987, p. 32). Essa romanização e o clericalismo fazem com que os leigos e leigas não tenham visibilidade, autonomia ou protagonismo no meio eclesial e social.

Diversas organizações laicas foram se constituindo ao longo da história no Brasil. Segundo Beozzo (1979, p. 7-8), com a revolução de 1930 e a constituição de 1934, a Igreja conquista alguns espaços que era por ela desejado: “ensino religioso nas escolas públicas, assistência religiosa às Forças Armadas, legislação familiar pautada pelos princípios da Igreja (...). No campo social e religioso, a Igreja inaugura uma nova estratégia, que se apoia na mobilização dos leigos na Ação Católica<sup>26</sup>” com o modelo italiano, a princípio, sob o impulso

---

<sup>26</sup> A Ação Católica é um dos mais importantes movimentos leigos na Igreja contemporânea. Foi criada na Itália, no final do século XIX, como um instrumento para se exercer influência sobre a sociedade após a Igreja ter perdido poder político devido a unificação da Itália, em 1870. A Ação Católica Brasileira (ACB) foi criada em 1920 sob os auspícios de Dom Sebastião Leme, que era estimulado, nesse sentido, pelo Papa Pio XI (MAINWARING, 2004, p.83).

do arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme. A ação da Igreja que se limitava a um grupo de padres e religiosos, com os leigos na Ação Católica, estende seu campo de atuação.

Os movimentos leigos de base no Brasil foram de grande importância para a renovação da Igreja Católica, desde o ano de 1958 “Um exemplo importante é a Esquerda Católica do período de 1958-1964. Embora fosse pequena em termos numéricos e terminasse por ser marginalizada pela hierarquia e, então, reprimida pelo regime militar, introduziu novos conceitos de fé e mostrou o dinamismo potencial do laicato dentro da Igreja” (MAINWARING, 2004, p. 80).

A vivência das CEBs e da Teologia da Libertação suscitou um novo tipo de leigo e leiga que “ajudou a consolidar a urgência do seu compromisso no engajamento social” (DELGADO; PASSO, 2007, p. 124). As CEBs eram o lugar, por excelência, do laicato e, nesse espaço, eles e elas teciam uma realidade eclesial de “testemunho comunitário, de organização e de responsabilidade missionária. Possuem a palavra, criam símbolos e ritos e reinventam a Igreja com os materiais das bases” (BOFF, 1982, p. 187).

Em virtude dos leigos e das leigas terem um campo de atuação bem mais amplo do que os que se encontram dentro de um sistema hierárquico ou conventual, o campo de atuação do laicato na dimensão temporal, possibilita uma efetiva atuação nos espaços onde se encontram inseridos. Portanto, essas lideranças são de grande influência, como destaca Mainwaring (2004, p. 28), ao afirmar que, “embora estejam sob o controle formal da hierarquia, esses outros níveis adquirem certa autonomia, influenciam a Igreja e exercem um efeito independente na política”.

Beozzo (1979, p. 8) enfatiza que, nos anos de 1946-1964, a Igreja reforça a sua presença na sociedade, através do laicato nos apostolados e, com isso,

deixa-se o modelo italiano da Ação Católica, com raízes paroquiais pelo modelo belga-francês, voltado para a evangelização dos diferentes "meios" da sociedade: o operário, o estudantil, o universitário, o agrário, o profissional-liberal. Cada um dos movimentos da Ação Católica Especializada, JOC, JUC, JAC, JEC.

Tal importância tinha a sua vivência em suas especificidades as quais inspiraram a Igreja para

a criação de um organismo semelhante para o episcopado que superasse o isolamento das dioceses entre si. Começa a funcionar em 1952, com sede no Rio de Janeiro, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Em 1955, a experiência brasileira influencia a criação do CELAM, Conselho Episcopal Latino-Americano (BEOZZO, 1979, p. 8).

Sobre a importância do laicato brasileiro para a Igreja, fomentando a fundação da CNBB, bem como os direcionamentos do Concílio Vaticano II e as conferências latino-americanas, Pe. Gervásio Fernandes de Queiroga ressalta que havia um elo de comunicação transparente entre Dom Helder Câmara e um grupo de leigos que eram membros da Ação Católica Brasileira (ACB).

Nas famosas “vigílias” diárias, D. Hélder escrevia para esse grupo quase diariamente, sobre o que acontecia ou programava, sobre a sua vida e atividade, largamente, confidencialmente e não respeitando segredos. Não só. À crítica dele submetia seus projetos, suas palestras e conferências, muitas vezes com humildade renunciando ao que já havia escrito com entusiasmo, quando o grupo criticava negativamente (ASSUNÇÃO, 2019, p. 72).

O surgimento da CNBB se dá “exatamente quando, além dos problemas internos à Igreja, a situação sociopolítica, inicialmente esperançosa, se vai tornando muito grave” (ASSUNÇÃO, 2019, p. 100). A CNBB surge por iniciativa de um grupo de leigos e leigas e de Dom Hélder Câmara – seu fundador e primeiro Secretário Geral –, neste tempo vice-assessor da Ação Católica do Brasil. O método de atuação da CNBB era o da Juventude Operária Católica (JOC), o ver-julgar-agir (ASSUNÇÃO, 2019).

Vale salientar que a Ação Católica surge no Brasil “para que o leigo e leiga possam agir em nome da Igreja, mandados pelo bispo, sendo, portanto, a extensão da figura do bispo, sem uma clara consciência do ser e fazer do leigo e da leiga como sujeito” (SCHUINA, 2017, p. 69). Era composta por leigos e leigas que na sua maioria eram do “meio estudantil, operário e profissional”, que recebiam o mandato da hierarquia eclesial com isso sendo no mundo um “braço estendido” da Igreja.

Mas não só isso, para Almeida (2015, p. 276), a Ação Católica inaugurara “um novo modelo de apostolado, voltado, ao mesmo tempo, à renovação da sociedade e à formação espiritual e cultural de seus membros”. Com isso “surge um sem-número de iniciativas para reconquistar as massas operárias descristianizadas”.

Sobre a Ação Católica, Almeida também enfatiza que “por um lado, foi concebida como a *“longa manus”* (longa mão) da hierarquia, pelo outro, se tornou um espaço de maturação de uma consciência eclesial e social de um sem-número de leigos e leigas” (ALMEIDA, 2015, p. 277).

Evidentemente a atuação política dos leigos e leigas não é resultado exclusivo de sua ligação com a instituição eclesial. É resultado do meio onde habitam e interagem. Eles não são pessoas analfabetas, e carregam consigo uma experiência de vida, de trabalho, ação, estudos etc. A partir disso,

os católicos fazem parte da estrutura social e, como tal, participam da política enquanto estudantes universitários, camponeses, trabalhadores, médicos. Interação com a sociedade e são influenciados pelas tendências da sociedade como um todo e, em particular, pelos movimentos sociais dentro de sua própria classe (MAINWARING, 2004, p. 83).

O padre Gervásio Fernandes de Queiroga, em outubro de 1961, foi nomeado Assistente Diocesano da Ação Católica, na Diocese de Cajazeiras-PB. Ele relata como essa instituição surgiu ao Brasil.

A Ação Católica, como movimento espiritual e social dos leigos começou a existir organizadamente no século XIX, na Europa (Itália, França, Bélgica, Espanha) e depois na América. Na Itália chegou a ser uma força, até dominante, da Igreja Católica e da política italiana, nos anos trinta aos sessenta do século passado. No Brasil, a Ação Católica Brasileira (ACB) teve seu estatuto aprovado pela Santa Sé em 1935, tendo o apoio e incentivo pleno do Cardeal Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, então capital da República. Este era grandíssima figura da Igreja do Brasil na primeira metade do século XX, por suas grandes qualidades pessoais, por ser o único cardeal brasileiro e não haver ainda a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), organismo oficial do nosso episcopado. Isto o tornava a voz do episcopado e da Igreja Católica no Brasil. Morreu em 1942. Dom Sebastião Leme não só apoiou, mas tentou por todos os modos realizar a Ação Católica Brasileira (ACB). Mas, poucos no episcopado e no clero deram colaboração efetiva a esse esforço. Em muitos lugares não havia ainda condições para isto. Havia, também, prevenções contra a novidade eclesial que a ACB representava. Os bispos e padres que se dedicavam à Ação Católica eram tidos como avançados demais, até porque a Ação Católica assumia os movimentos de renovação da Igreja, como a participação dos fiéis na Liturgia, o movimento bíblico, a ação social, a presença atuante do leigo católico no mundo político (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>).

A Ação Católica era composta de leigos e leigas. No entanto, não havia autonomia dos mesmos, embora com a presidência assumida por uma liderança leiga. Cada grupo organizado tinham um padre ou religiosa como assistente nomeado pelo bispo, e que estes tinham voz ativa e formativa. Como relata Pe. Gervásio (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>) a Ação Católica “era um movimento de leigos, a direção era leiga, mas o assistente eclesiástico tinha grande importância”. Ou seja, não havia autonomia do laicato, o assistente tinha supremacia mesmo não estando na presidência, na direção.

A Ação Católica tinha um protagonismo interno e externamente na Igreja, mas entrou em decadência no Brasil no período em que os regimes ditatoriais civil-militar foi instaurado no país,

---

<sup>27</sup> Gervásio Fernandes de Queiroga, em suas respostas do formulário recebidas através de áudios e via e-mails, nos dias 07, 10 e 28 de fevereiro 2021. Gervásio, natural de Uiraúna-PB, presbítero da Diocese de Cajazeiras, fundador do Instituto Jesus Missionário dos Pobres; foi Assistente da Ação Católica e Coordenador de Pastoral na Diocese de Cajazeiras; assessor da CNBB, etc.

Evidentemente, os militares avançaram em cima da Ação Católica, principalmente a JEC (Juventude Estudantil Católica), movimento que unia os alunos do ensino fundamental e médio, JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica); principalissimamente esta JUC, que tinha, então, boa preparação intelectual e ideologia muito crítica e avançada, no plano social.

Na CNBB, organismo oficial do episcopado brasileiro, a Comissão responsável pela Ação Católica era majoritariamente conservadora e fez foi fechar a JUC, inibindo os demais setores. Assim, com a Ditadura de 1964, a Ação Católica praticamente acabou-se no Brasil.

Foi uma tristeza profunda, porque era uma organização oficial e nacional do laicato católico, movimento extraordinário, que unia a oração, a Bíblia, a liturgia, a formação e atuação social. Cada mês tínhamos um dia de espiritualidade com uma espécie de retiro espiritual. Promovíamos semanas de estudo. Tínhamos nosso plano de ação social no meio ambiente onde atuávamos. Claro que isto fazia medo àqueles setores mais conservadores na Igreja, como assustava as classes dirigentes e aos políticos (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>).

O processo de transformação na Igreja se deu de forma dialética, movimentos de base e hierarquia. O laicato para agirem enquanto católicos precisavam da receptividade e do apoio dos clérigos, do contrário, seriam ONGs e não Igreja. Recebendo o “apoio” da Igreja, os leigos e leigas atuam e transformam não apenas aspectos político-sociais, mas também eclesial quando a mesma passa a defender os direitos humanos (MAINWARING, 2004).

### 3.5 LEIGOS COMO SUJEITOS ECLESIAIS

Ser sujeito para o dicionário Aurélio é “o ser individual, real, que se considera como tendo qualidades ou praticado ações” (FERREIRA, 2010, p. 717).

Para a dimensão eclesial “O cristão leigo é verdadeiro sujeito na medida em que cresce na consciência de sua dignidade de batizado, assume de maneira pessoal e livre as interpelações da sua fé, abre-se de maneira integrada às relações fundamentais e contribui efetivamente na humanização do mundo” (CNBB, Doc. 105, 2017, n.124, p. 70).

Para Passos, a fundamentação do ser sujeito do documento 105 da CNBB está voltada para a dimensão dos ensinamentos da Igreja, uma fundamentação teológica, “essa ressalva esconde certa insegurança que muitas vezes pode pairar sobre essa noção, tendo em vista a sua relação direta com outra noção: a de autonomia”. Para ele não existe sujeito sem autonomia: “os sujeitos existem quando os indivíduos têm *lei própria* no momento de discernir, decidir e agir” (PASSOS, 2017, p. 27)

Em assembleia da CNBB onde foi elaborado o documento 105, que aborda a questão do laicato como **sujeito** e que traria essa mesma nomenclatura no título do documento, foi muito discutido entre os bispos. Tanto que o nome sujeito, não saiu no título. Pois, temia que “por pressupor a postura de “autonomia”, o conceito de sujeito significaria independência de cada indivíduo dentro da comunidade eclesial, o que colocaria em risco a comunhão entre os

membros do povo de Deus e do conjunto dos fieis com seus pastores”. Ou seja, os clérigos temiam perder o lugar, medo de não poder exercer um poder sobre o laicato (PASSOS, 2017, p. 29).

Segundo Mainwaring (2004, p. 83) “nas últimas décadas, enquanto a Igreja promovia maior responsabilidade e participação do laicato, havia um conflito entre o controle hierárquico, que reduz a possibilidade de participação efetiva do leigo, e a autonomia do laicato, que aumenta a possibilidade de conflito com a hierarquia”. Nessa mesma perspectiva Passos (PASSOS, 2015, p. 233), enfatiza que o leigo

Permanece como um sujeito – se assim pode ser denominado – de segunda categoria, com menor direito que o clero, em condição inferior na Igreja, mais na condição de paciente do que de agente ativo na vida da Igreja. Isso é assustador, se pensarmos não somente naquilo que decidiu e orientou o Vaticano II sobre a temática, mas, no que significou a ação e a organização do laicato, já antes e, sobretudo, depois do Concílio, de modo particular na América Latina.

O leigo e a leiga ocupam um lugar na instituição eclesial, em que afirma o que o próprio nome em seu sentido etimológico denota, de uma pessoa sem conhecimento em determinado assunto, com isso o torna inferior nos espaços de inserção, bem como submisso as estruturas que detêm o poder do conhecimento. São pessoas docilizadas, disciplinadas para a submissão. A Igreja em seu magistério define o lugar e “grandiosidade” da vocação laical, mas o próprio leigo é tratado com inferioridade e com oportunidades formativas intelectuais inferiores ao equiparar com a formação recebida pela “elite eclesiástica”. Como afirmar que os leigos e leigas são sujeitos, protagonistas se as oportunidades são diferentes? Como ser sujeitos, protagonistas em um contexto de subserviência?

Para Passos (2017, p.33), “a noção de sujeito pressupõe três notas fundamentais: consciência, autonomia e ação”. No entanto, os leigos e as leigas na Igreja Católica não recebem formações consistentes que lhes possibilite a ter consciência do seu papel para supostamente agir com autonomia e para que “os leigos e leigas vivam seu protagonismo, necessário se faz uma formação para autonomia, a fim de serem questionadores, maduros, críticos, construtivos, tendo por objetivos participar e decidir” (SCHUINA, 2017, p. 77).

Sobre o espaço do laicato na Igreja, Socorro Goveia ressalta que,

Teve um período na Igreja que mesmo querendo não era permitido. O leigo não tinha acesso. E aí, com a chegada da Teologia da Libertação o leigo começou a se apoderar. Que o papel dele também na Igreja deve acontecer. E aí até o leigo começou a subir no altar pra ler um Evangelho! Pra fazer uma reflexão! (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

O ato de proclamar o evangelho e fazer uma reflexão do mesmo em uma celebração da missa é proibido para leigos e leigas. Segundo a Introdução Geral do Missal Romano (IGMR), o Evangelho é proclamado por um diácono ou um padre (IGMR, 1992, n 60-61, 47-48). A leiga Socorro relata que o Pe. Cleides da paróquia de Uiraúna-PB, Diocese de Cajazeiras, foi rompendo com essa norma da Igreja,

Eu lembro quando Pe. Cleides fazia isso em Uiraúna. Era um Deus nos acuda. O que é que Pe. Cleides fazia pra ir rompendo isso? Ele lia o Evangelho, já dizia: “é você vai fazer o Evangelho hoje”, (...). E nós, os jovens, um ou outro que ia se despontando, então, ele ia fazendo isso devagarinho. Tinha pessoas conservadoras que não gostavam, mas já vai quebrando, né? Aí já vem essa participação dos leigos nas comunidades, celebrando, refletindo. Então, o leigo começa a assumir o seu papel de cristão e as pessoas começam a ver que a palavra de Deus não é só o padre que tem que refletir. Que a palavra de Deus (...) deve ser, ter acesso a todo cristão (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

Um dos grandes desafios dos leigos e leigas se encontra no interior da própria instituição, romper com o poder concentrado nas mãos dos clérigos, e no caso das leigas há um acréscimo que é, romper o *kyriarcalismo*<sup>28</sup>. De encontro com esta afirmação a Introdução Geral do Missal Romano, ressalta que “todas as funções inferiores às do diácono poderão ser exercidas por leigos de sexo masculino, mesmo que não tenham sido instituídos para isso. As funções **fora** do presbitério<sup>29</sup> poderão também ser confiadas às mulheres, segundo o prudente parecer do reitor da Igreja”. Em acréscimo diz que com a permissão do bispo, a mulher sendo idônea pode fazer as leituras que precedem o evangelho (CONGREGAÇÃO..., 1992, p. 50, grifo nosso).

Socorro Goveia ao encontrar um presbítero da diocese nas imediações da Cúria Diocesana, é intimidada, “era o vigário ali da catedral, ele brigava muito comigo: “Pelo visto vocês vão querer até celebrar, celebrar missa”, (...) era um medo assim, sabe? Um poderio, (...) Como se a Palavra de Deus, a Eucaristia era só pra eles terem acesso” (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>). É pela imposição do medo mesmo, que muitos presbíteros agem para poder manter seu *status* e dominar os leigos e leigas. Para o laicato o conhecimento, a clareza do seu papel, o empoderamento da mulher são alternativas ou saídas para superação desse poderio, que não é nada cristão, já que nos seus ensinamentos Jesus diz, que o poder deve ser serviço, que o maior e o primeiro na comunidade são aqueles servos de todos e todas (*cf.* Mc 10,42-44). Enfatizamos que o conhecimento é que dá segurança ao laicato para enfrentar todo um

<sup>28</sup> Religião patriarcal que implica dominação do homem e exclusão da mulher.

<sup>29</sup> Espaço central da Igreja. É elevado e onde se situa o padre, o diácono e os ministros instituídos para servirem na hora de uma celebração litúrgica.



sistema que tenta desarticular a luta, a construção de um projeto que visa à edificação do coletivo.

Mediante a carência de presbíteros Socorro Goveia enfatiza: “olha se não fosse os leigos eu não sei o que seria dessa Igreja hoje. Quantas capelas<sup>30</sup> nós temos funcionando nesse mundo afora coordenada, assumida pelos leigos que o padre vai uma vez por mês, tem capela que o padre nem vai uma vez por mês, é uma vez por ano e o povo tá lá celebrando sua fé, animando a fé dos outros, a sua religiosidade” (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

Os leigos e leigas viviam a novidade trazida pelo Concílio Vaticano II e as Conferências Episcopais Latino-Americana e fomentavam as transformações na Igreja, mas teoricamente não tinham ciência dos eventos que ocorriam na Igreja. Como enfatiza Mauro Carli<sup>15</sup> sobre as constituições e documentos do Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla, que era algo que pouco se falava ou até mesmo aprofundava, para os leigos era algo complexo para ser entendido pelo laicato. “Na paróquia se procurava seguir as propostas sem discutir o que dizia o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín. As vezes se nominava, mas não se aprofundava. Não era fácil para os leigos (Medellín)” (CARLI, 2021<sup>15</sup>).

É notório na expressão de Mauro Carli que a formação laical era algo a desejar. Na diocese ou paróquia se procurava viver as propostas desses eventos, mas o laicato não sabia por que vivia, apenas seguia o que era determinado pela Igreja. “Não era fácil para os leigos”. Esta expressão evidencia que os leigos e as leigas permaneciam “leigos”, ou seja, sem o conhecimento devido, caminhavam sem saber por que caminhavam.

É necessário que a Igreja fomente junto ao laicato um trabalho de conscientização política nas bases. Que se ocorra o trabalho nas bases: luta pela educação para todos; criar grupos de reflexão; desenvolver lideranças e formação e melhoria das escolas de fé e política (KUZMA, 2009).

No discurso de abertura de Medellín, proferido pelo papa Paulo VI, o mesmo enfatiza a necessidade de “formar sacerdotes e leigos no conhecimento dos problemas sociais, encaminhar os leigos bem preparados para a grande obra da solução de tais problemas” (CELAM, 2010, p. 21). A Igreja enquanto hierarquia reconhece a necessidade de uma formação qualificada, principalmente, para o laicato. Mas na prática dificilmente é concretizado o que é proposto pelo magistério. O laicato pode até participar de momentos formativos, mas as estruturas diocesanas e paróquias as quais estão inseridos são barreiras para a vivência do conhecimento adquirido.

---

<sup>30</sup> Pequenos templos que são edificadas, em sua maioria, nas comunidades rurais ou bairros periféricos afastados da matriz – templo sede de uma paróquia.

Mesmo diante de todo um fechamento para as lideranças laicas exercerem seu serviço com liberdade, percebe-se a teimosia de muitas delas e a convicção do seu papel e da necessidade de seu serviço na comunidade e na sociedade como um todo, é que o laicato resiste na caminhada, e a resistência nem sempre é na passividade. Para Kuzma, “quando o cristão leigo ou leiga passa a reivindicar a sua condição de ministro, ele não vai contra os ensinamentos da Igreja, mas, sim, em busca de uma condição que lhe é de direito. Ele não quer tomar o lugar de alguém, mas sim somar força e contribuir, a sua maneira, no processo evangelizador” (KUZMA, 2009, p. 97).

Segundo Kuzma, “o Concílio pede também que os pastores (bispos) promovam a dignidade e a responsabilidade dos leigos na Igreja. Que recorram com alegria a seus prudentes conselhos, oferecendo-lhes total apoio, estímulo e liberdade para agir em nome da Igreja a partir de sua própria iniciativa. Numa palavra, pede que reconheçam a liberdade a qual todos tem direito (LG 37c)” (KUZMA, 2009, p. 114).

A realidade laical não é apenas submissão à hierarquia, para Delgado e Passos (2007) essas lideranças laicas vivem uma nova postura no seio da Igreja com o advento do Concílio Vaticano II e à luz do Concílio e da realidade socioeconômica da América Latina, a Conferência de Medellín dá vozes ao laicato. Essas lideranças deixam de ser

Mero consumidor, o leigo passa a sujeito participante, sujeito ativo. Sua participação foi ganhando corpo e expressão nas comissões, nas pastorais, nos grupos de reflexão. Com ele, o percurso popular da Igreja latino-americana vai ganhando outros contornos e novas formas, buscando abranger a justiça social, uma educação libertadora, a paz e a promoção humana (Delgado; Passo, 2007, p. 114).

Na Diocese de Cajazeiras-PB, em janeiro de 1964, Pe. Gervásio assume a coordenação diocesana de pastoral. Questionado sobre o lugar, a voz, o poder de decisão e de atuação dos leigos e leigas na coordenação, ele, que sempre demonstrou abertura, entusiasmo, anseio de um protagonismo leigo na Igreja, enfatiza,

Era uma situação triste, negativa! Apesar de que nossa Diocese foi das primeiras no Brasil a ter coordenação e planejamento pastorais. É que infelizmente, na Diocese de Cajazeiras, (...) a participação ativa do laicato organizado, em nível diocesano, era quase nula. Em que, nessa época, consistia o laicato organizado da Diocese? Consistia nas associações piedosas, como o Apostolado da Oração, as Filhas de Maria, os Congregados Marianos, os Vicentinos, as dedicadas catequistas. Só raras vezes é que a diocese olhava para elas. (...) Como coordenador diocesano da pastoral convivi bem com Dom Zacarias, santo Pastor, totalmente dedicado a sua missão. Mas, enquanto sei, ele não fazia reunião com os leigos, em nível diocesano. Nem nas visitas pastorais o Bispo diocesano se reunia com os leigos e leigas atuantes nas pastorais das paróquias. Nunca vi, nem ouvi dizer. Não digo que ele nunca fazia, mas, que eu não vi, nem ouvi falar (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>).

Sobre os leigos e leigas terem vozes para decisões importantes na caminhada da Igreja, acrescenta, “não tinham voz decisória e, inicialmente, nem voz opinativa. Não havia encontros zonais<sup>31</sup> organizados, com participação de leigos, e nenhuma presença sequer nas assembleias pastorais diocesanas” (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>).

É urgente uma abertura da hierarquia eclesial para o protagonismo do laicato, bem como a sua formação sólida, como condição necessária para

cumprir sua missão com responsabilidade pessoal, os leigos necessitam de sólida formação doutrinal, pastoral, espiritual e adequado acompanhamento para darem testemunho de Cristo e dos valores do Reino no âmbito da vida social, econômica, política e cultural (CELAM, 2008, p. 102).

Sobre a necessidade da formação para o laicato, a Conferência de Puebla reconhece que é urgente uma “sólida formação humana em geral, formação doutrinal, social, apostólica. Os leigos têm o direito de recebê-la” (CELAM, 1979, p. 252). A fim de poderem exercer sua missão na Igreja e no mundo com segurança, consciência e dinamismo, enfrentando-o “com seus conflitos e contradições, com seus apelos e exigências, com suas maravilhas e injustiças, com suas promessas e frustrações” (BINGEMER, 1987, p. 44).

Os leigos e as leigas são presença cristã no mundo. No Brasil, sua atuação foi, e ainda é, de grande importância, sobretudo, no período de reconstrução democrática, como enfatiza Passos (2015, p. 234), ao citar que

sem a Igreja, certamente, a nossa história de redemocratização não teria sido a mesma. As pastorais sociais avançaram enormemente. Pensemos na Pastoral da Criança, organizada, coordenada e executada por leigas, na Comissão Pastoral da Terra, na participação dos leigos na animação das CEBs etc.

São sujeitos por natureza, a partir de sua presença e atuação, pois tem convicção do seu ser e de sua missão. Mesmo retirado do lugar de reconhecimento e valorização, persistem e resistem por ter consciência da importância e da necessidade do seu serviço para a comunidade de fé e a sociedade.

## **4 LEIGOS E LEIGAS FERMENTO DE TRANSFORMAÇÃO**

### **4.1 DIOCESE DE CAJAZEIRAS ESPAÇO TERRITORIAL E ECLESIAL**

---

<sup>31</sup> Zonal - modo de organização em que agrupa paróquias, tendo uma delas como sede para realização de reuniões e atividades conjuntas lideradas pela sede da diocese. Hoje denominado de forania.

A Diocese de Cajazeiras tem como sede a cidade de Cajazeiras, localizada no Alto Sertão Paraibano. Uma cidade majoritariamente católica, onde “o catolicismo (...) foi construído sobre forte base tradicionalista, já colocada na região desde 1843 pelo padre Inácio Rolim” (SOUSA, 1998, p. 7). Em suas raízes está um modelo de Igreja conservadora e de um catolicismo clerical.

A Diocese de Cajazeiras foi criada em 06 de fevereiro de 1914, pelo Papa Pio X, através da Bula papal “*Maius Catholica e Religionis Incrementum*”<sup>32</sup> (NASCIMENTO, 2015, p. 13). Situada no extremo oeste da Paraíba, a diocese abrangia, inicialmente, toda a região sertaneja desse estado. Sua extensão territorial atual está distribuída em 54 municípios, que tem sobre sua responsabilidade a administração de 63 paróquias<sup>33</sup>. Se limita com a Diocese de Crato-CE, Iguatu-CE, Mossoró-RN, Patos-PB e Afogados da Ingazeira-PE, apresentando uma área territorial de 14.574,7 Km<sup>2</sup>, com uma população de 560.258 habitantes e densidade demográfica de 32,1 hab./Km<sup>2</sup>.

Segundo Miceli (2009), com a implantação do regime republicano, a Igreja Católica passa a enfrentar desafios, dentre eles, a autonomia financeira, material, institucional e doutrinária. Com isso, a Igreja usa de estratégias para se sustentar mediante o novo regime. Entre o período de 1890 e 1930 foram criadas 56 dioceses, sendo algumas delas na região Nordeste. Essa expansão era movida por interesses eclesiais e políticos, relativos à demarcação territorial. Dessa forma, a “organização eclesiástica foi inteiramente estadualizada” (MICELI, 2009, p. 58).

A continuidade do esforço expansionista nos estados do Nordeste deveu-se, sobretudo à premência em resguardar posições num dos mais importantes terrenos de luta e concorrência no campo religioso brasileiro da época. Na impossibilidade de incorporar ou domesticar os movimentos de Canudos e Juazeiro, a organização eclesiástica buscou fechar o cerco em torno dessas ameaças de cisma, revigorando os serviços religiosos nas regiões vizinhas de modo a prevenir surtos idênticos de heresia capazes de pôr em risco os interesses da Igreja (MICELI, 2009, p. 59).

Nessa investida foram criadas oito dioceses no Nordeste, as quais configuraram um cinturão de segurança em torno de Juazeiro-CE. Dentre elas, está a Diocese de Cajazeiras-PB, situada “nos confins do sertão paraibano na vizinhança da região do Cariri, justamente a área sob a liderança política-religiosa do Padre Cícero” (MICELI, 2009, p. 60).

---

<sup>32</sup>*Maius Catholica e Religionis Incrementum* – documento pontifício que reconhece “um crescimento acentuado da religião católica”, portanto, eleva a diocese da Paraíba à condição de arquidiocese, desmembrando Cajazeiras e tornando-a diocese (NASCIMENTO, 2015).

<sup>33</sup> Informações extraídas do site da Diocese de Cajazeiras e disponível em: <https://www.diocajazeiras.com.br/historia-da-diocese/>

Além das intenções econômicas da Igreja para sua autonomia financeira, “Cajazeiras e Crato se tornaram sedes diocesanas, sobretudo em função dos interesses eclesiais empenhados em erigir frentes capazes de resistir aos avanços de Juazeiro” (MICELI, 2009, p. 60). Conforme aponta Miceli (2009, p. 76), esses movimentos cismáticos que ocorreram em “Juazeiro (Ceará) e em Canudos (Bahia) ensejaram uma vívida reação organizacional que tomou a forma de um “cerco” territorial montado no Nordeste, com a multiplicação de seminários e, sobretudo, mediante acordos políticos com importantes setores dirigentes”.

Assim sendo, com a transição do Brasil Colônia para o Brasil República, a Igreja usa de estratégia para estatizar o poder eclesial e começa a renovar suas ações administrativas através do expansionismo, marcando presença em todos os estados da federação brasileira.

A expansão organizacional da Igreja tomou o feitiço de um processo de “estadualização” do poder eclesial. [...] ao brindar todos os estados brasileiros com pelo menos uma diocese, a Igreja passou a dispor de um sistema interno de governo pautado pelas linhas de força que presidiram a montagem do pacto oligárquico, vale dizer, o atendimento ao requisito mínimo de uma diocese, mesmo nos estados menores, não cerceou a concentração de recursos organizacionais (MICELI, 2009, p. 65, grifo do autor).

Para desenvolver a política de “estadualização” a Igreja procurava manter pacto oligárquicos, a velha política vestida com nova roupagem. Para Miceli (2009, p. 66), nos estados “menos importantes em termos de contribuição econômica, demográfica e política, a organização eclesial buscou assentar as possibilidades de expansão e consolidação em alianças explícitas com algumas facções oligárquicas dominantes”.

No que se refere à Diocese de Cajazeiras, sobre a indicação do seu primeiro episcopo, também foi pensada de modo estratégico a fim de que o bispo tivesse coesão frente ao objetivo almejado pela Igreja em impedir o avanço do movimento de Canudos e, no caso da Diocese de Cajazeiras, o movimento de Juazeiro do Norte. Sobre este primeiro bispo, Miceli ressalta:

A indicação de D. Moisés Sizenando Coelho para a diocese de Cajazeiras explica-se em função dos interesses de longo prazo da organização eclesial. Na qualidade de parente próximo do “santo e sábio padre mestre Inácio de Souza Rolim”, ... de cujas mãos recebeu a primeira comunhão, e irmão do padre Sabino Coelho, ... o primeiro bispo de Cajazeiras estava social e politicamente habilitado a enfrentar o trato dos interesses da Igreja numa circunscrição particularmente exposta à influência de Juazeiro. Diante de sucessivos atos de indisciplina no clero nordestino, o “herdeiro” do padre Rolim garantia o êxito do cerco ao movimento liderado pelo Padre Cícero (MICELI, 2009, p. 71, grifos do autor).

A conjuntura eclesial institucional da época levou a Igreja a manter suas alianças ou firmar novas alianças com os poderes políticos regionais e locais, se assim quisesse sustentar seu poderio, manter e expandir seu patrimônio diocesano. Daí a importância de saber escolher um bispo que tivesse cabedal, prestígio e que fosse de uma linhagem política.

Através dos depoimentos realizados nesta pesquisa, visualizamos a realidade social na região pertencente à Diocese de Cajazeiras. No período delimitado pelo estudo, pudemos destacar uma realidade de pobreza, fome, mortalidade infantil, falta de assistência médica, exploração do proprietário sobre a produção do pequeno agricultor, analfabetismo, não havia energia elétrica na zona rural, os meios de comunicação não eram acessíveis ao povo.

Mediante a situação de pobreza e de fome, o presbítero Mauro Carli, relata a situação em que vivia o povo na década de 1960 na cidade de Cachoeira dos Índios e a necessidade de tomar medidas emergenciais,

Chegando em Cachoeira comecei visitando a zona rural e urbana, conhecendo as famílias. Tinha uma grande pobreza. Famílias que passavam fome, muita mortalidade infantil. Com alguns jovens decidimos, uma vez por semana, levar uma pequena feira de alimentos as famílias paupérrimas. Os jovens recolham das famílias que estavam um pouco melhor. Na casa paroquial distribuía leite em pó que vinha dos EUA, alguns medicamentos (que chegavam através da diocese). Tudo isso era assistencialismo. [...] naqueles anos assistência médica era difícil, não podiam comprar remédios e os agricultores não tinha aposentadoria (CARLI, 2021<sup>15</sup>).

Neste contexto social de pobreza e falta de políticas públicas que atendesse as necessidades da população, houve uma atuação eclesial através de alguns poucos presbíteros e de muitas lideranças leigas, jovens e adultos.

#### 4.2 DIOCESE DE CAJAZEIRAS NO PERÍODO DOS REGIMES DITATORIAIS CIVIL MILITAR

A partir da década de 1960, gradativamente o município de Cajazeiras vai sofrendo influências do capitalismo, refletidas no êxodo rural para grandes cidades ou capitais, bem como para a zona urbana, favorecendo a sua urbanização, as mudanças ideológicas e culturais. Esse processo configurou o campo e a cidade (SOUSA, 1998, p. 11).

No ano em que aconteceu o golpe civil-militar (1964), em Cajazeiras não ocorreram prisões logo após o golpe, por não haver uma esquerda estruturada e atuante na cidade. No entanto, “algumas pessoas de notórias posições comunistas ou a favor das *reformas de bases*, por precaução, saíram de circulação, como foi o caso de Sabino Coelho (...). Ou desfizeram-se de livros, pretensamente, subversivos, até de maneira folclórica” (ROLIM, 2006, p. 1-2).

Segundo Rolim, “a violência viria mais tarde, onze anos depois, como efeito retardado, esdrúxulo, extemporâneo, incompreensível através da explosão de bomba caseira no Cine Apolo XI, em julho de 1975, que matou duas pessoas e feriu outras duas” (ROLIM, 2006, p. 2).

O local ficou bastante destruído pelo impacto da bomba, que apesar de ser de fabricação caseira tinha capacidade de matar mais de 100 pessoas, caso o espaço estivesse lotado e não tivessem ocorrido falhas na projeção do filme gerando esvaziamento do local antes mesmo da conclusão de sua projeção.

Cajazeiras era polo de agitação política e cultural na época. O espaço onde funcionava o cinema era da diocese de Cajazeiras, os filmes eram escolhidos e tragos pelo bispo da época, Dom Zacarias<sup>34</sup>, que tinha no Apolo XI uma cadeira cativa, inclusive a bomba foi colocada debaixo da cadeira reservada para o bispo. O mesmo por ser uma figura eclesial respeitada tinha muita influência na sociedade e na política. O contexto da época favorecia a uma série questionamentos: se o fato estava realmente ligado a manifestação contra o regime civil-militar; se a bomba teria sido colocada intencionalmente debaixo da cadeira do bispo; se ele estava ausente da diocese por ter recebido ameaças anteriormente etc. (GUEDES, 2018).

Até hoje não há esclarecimento do que estava por trás desse atentado. Questões são levantadas, pois o Brasil vivia uma Ditadura Militar, uma bipolarização ideológica de grupos de esquerda e de direita. Mas, afinal,

[...] quem tentou matar dom Zacarias? E por quê? [...] A crença segunda a qual o atentado teria sido armação de grupos radicais de extrema direita no poder. O artefato mortífero seria destinado a um bispo conservador, cuja morte, segundo essa especulação, seria atribuída aos contestadores do regime, como forma cruel e trágica de barrar a “distensão política”, sintetizada no bordão “abertura lenta, segura e gradual” do regime” (ROLIM, 2006, p. 5, grifos do autor).

Sobre o regime militar no Brasil, o bispo de Cajazeiras Dom Zacarias, “no início mostrava simpatia pelo regime e desconfiança com os colegas que a este se opunham” (ASSUNÇÃO, 2019, p. 129), mas também demonstrou indignação com o modo em que os pobres, que estavam na frente emergencial durante a seca de 1970, eram tratados pelo governo, chegando a denunciar os maus tratos, através de um telegrama para o Presidente da República, o General Médici. Mesmo com a censura de imprensa o Jornal Estadão, faz a publicação. Pe. Gervásio, encarregado de passar o telegrama, relata o teor do mesmo:

---

<sup>34</sup> Dom Zacarias Rolim de Moura foi o quinto bispo da Diocese de Cajazeiras. Nomeado no ano de 1953, seu bispado perdurou por 37 anos, até 1990 (CENTESIMUS ANNUS, 2015).

Nele, denunciava ao Presidente que era um escândalo a maneira como estavam tratando o povo e acusava expressamente a injustiça do salário vergonhoso, só a metade do salário mínimo, dado aos pobres trabalhadores das frentes de serviço abertas pelo Governo. Mandou também uma carta-relatório pessoal a ser entregue ao Médici, pelo Presidente da CNBB (ASSUNÇÃO, 2019, p. 129).

Segundo Sousa (1998, p. 11), o golpe civil-militar foi bem recepcionado pela sociedade cajazeirense, pela Igreja. No entanto, com o passar do tempo veio o desencanto.

O Golpe Militar foi recebido em Cajazeiras até com uma certa euforia. Acreditava-se que os militares seriam capazes de instaurar a ordem, rescindindo aquele clima de instabilidade política e detendo o avanço do comunismo (...). Frustrada as expectativas quanto à instauração das reformas, a Igreja de Cajazeiras começou a fazer oposição ao regime, notadamente pela postura de seus padres mais progressistas.

O posicionamento progressista de alguns clérigos na diocese decorre, naturalmente, dos deslocamentos de olhar que a Igreja vinha vivenciando e do contexto político de repressão. Essas mudanças proporcionaram “a inserção de novos elementos na estrutura e na ação católica de Cajazeiras, como a maior participação laica” (SOUSA, 1998, p. 10).

Mesmo a diocese sendo conduzida, neste período, pelo bispo Dom Zacarias Rolim de Moura, de linha conservadora, tradicional e voltada para os sacramentos, os padres tinham a “liberdade” de exercer a missão conforme a sua opção. Como relata Sousa (1998, p. 12), “o conservadorismo do prelado não lhe impedia de dar liberdade aos seus padres para enveredarem por onde achassem melhor na missão evangelizadora” (SOUSA, 1998, p. 12).

No entanto, as ações da Igreja se processavam “de acordo com as tendências ideológicas de sua doutrina social e o temperamento do seu bispo”. Evidentemente, esses clérigos arcaram com as consequências de suas escolhas.

Para Sousa, no período de 1960 a 1979, o principal motor da Igreja era a luta contra o comunismo. Neste contexto, surge o sindicato rural de Cajazeiras e de outras cidades vizinhas pertencentes à diocese para “evitar que os comunistas tomassem a dianteira do movimento sindical e lhes infundisse um caráter inteiramente materialista, ateu e anticatólico” (SOUSA, 1998, p. 15-16).

Mediante esta afirmação de combate ao comunismo, padre Gervásio, que foi o responsável por articular a formação do sindicato em Cajazeiras, inicialmente fundando a Frente Agrária, isso a pedido de Dom Zacarias, afirma a Sousa que o surgimento da Frente Agrária foi uma contenção para impedir o surgimento das Ligas Camponesas na diocese.



Mas claro! Então vamos deixar que venha a raposa e coma as galinhas? Não há mal nenhum nisso. Que mal há? (...) Quem vai à Europa e conhece todo o comunismo, ou seja, o bagaço que ele deixou nos países, é claro que a gente não podia deixar que acontecesse aqui também (...). Quem viu em 94 a diferença entre a Alemanha Oriental e a Ocidental era de você cair no chão para trás (...): tudo defasado, tudo errado, tudo quebrado, tudo esbagaçado. Aí vai deixar que acontecesse aqui também?! E a liberdade constituída? E as liberdades? E a liberdade religiosa? A História confirma o nosso acerto (SOUSA, 1998, p. 16).

A pedido do bispo Dom Zacarias, Pe. Gervásio desenvolveu um trabalho com os sindicatos rurais: a sua organização no território da diocese. Sousa (1998), conclui que a formação sindical de trabalhadores rurais na diocese, tinha como objetivo, barrar a vinda do fundador e a fundação das Ligas Camponesas em Cajazeiras, como confirma o próprio Pe. Gervásio.

No dia 15 de novembro de 1961, numa reunião improvisada para a fundação da Associação Profissional dos trabalhadores na construção civil, um esquerdista, depois de atacar a Igreja, informou que estavam trazendo a Cajazeiras o advogado Francisco Julião, fundador das Ligas Camponesas, para aqui as iniciar também (ASSUNÇÃO, 2019, p. 62).

No ano de 1982, em um encontro promovido pela Igreja em Fortaleza, com o tema “*O homem no Nordeste, em convivência com a Seca*”, Pe. Gervásio tem a oportunidade de encontrar com o Francisco Julião.

Lá me encontro, surpresa minha, com Francisco Julião. Rindo, recordamos juntos os episódios de vinte anos antes. **Eu já tinha perdido os preconceitos contra ele e até o admirava**, porque, sendo filho de senhor de engenho, portanto de opressores, tomou o lado dos camponeses oprimidos” (ASSUNÇÃO, 2019, p. 63, grifo nosso).

Depois o próprio Pe. Gervásio reconhece o papel fundamental exercido por Francisco Julião.

Como bom advogado [Francisco Julião], tomou a posição dos escravizados que moravam nas terras dos senhores de engenho, defendia-os na Justiça, organizava-os em grupos, reivindicava seus direitos, promovendo mobilizações que deixaram a Igreja assustada. Isto “cheirava” a comunismo! (ASSUNÇÃO, 2019, p. 62, grifo do autor).

Vemos que a preocupação da Igreja estava voltada para o combate ao comunismo, não com os direitos dos agricultores e agricultoras e dos explorados pelos proprietários de terras. As lutas e mobilizações pelos direitos dos trabalhadores eram vistas como assustadoras para a Igreja.

Padre Gervásio, afirma que: “Nos vinte anos de regime militar, a revolução em Cajazeiras tomou um caráter mais brando; raramente se falava em prisões ou coisa parecida” (ASSUNÇÃO, 2019, p. 65). Esta é uma afirmação proferida por um padre que é uma autoridade eclesiástica, com influência na sociedade, sem uma postura clara mediante os acontecimentos da Ditadura, e além do mais amigo de um sargento informante do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Isto foi muito bom, naquela época conturbada, apesar de se saber que ele era a ponta do Exército aqui em Cajazeiras e certamente informante ao SNI (...). Éramos amigos de verdade. Eu sabia que em tudo podia contar com ele. Deus me deu esta graça. (...) Um gesto muito bonito dele foi quando, certamente o SNI, se pediu a ficha de Dom Zacarias e a minha. O sargento Barbosa foi até a casa paroquial e me entregou as fichas sigilosamente, pedindo que eu mesmo preenchesse as tais fichas (ASSUNÇÃO, 2019, p. 65).

No entanto, depois ele enfatiza que não foi fácil ser padre durante a Ditadura, mediante as dificuldades que enfrentou em seu ministério presbiteral.

Sinceramente, eu quase não aguentava mais. Meu desejo era exilar-me do Brasil. Padre novo e entusiasta, tive de viver vinte anos de ministério, debaixo da opressão, vendo a Igreja perseguida, padres, religiosos e leigos colocados na cadeia, torturados ou assassinados, alguns sacerdotes expulsos do país. Era horrível. Só defende Ditadura quem é “maluco” ou ignorante. Só Deus sabe o que e quanto a Igreja sofreu (ASSUNÇÃO, 2019, p. 182, grifo do autor).

Principalmente exercer o ministério na Diocese de Cajazeiras com um bispo de mentalidade fechada para as novidades que emergiam na Igreja, como um todo, com o Concílio Vaticano II e, além disso, com mais força na América Latina com as conferências episcopais.

Em Cajazeiras, minha Igreja-mãe, a situação, do ponto de vista ideológico, foi ficando muito difícil a partir de 1976, com minha opção pela linha pastoral do Concílio, da CNBB, de Medellín e Puebla, entretanto em choque com os “grandes” da sociedade e em dificuldade com o estilo pastoral do querido bispo e de algum sacerdote de grande e merecido prestígio religioso-social. Para não criar mais conflitos, resolvi exilar-me [diocese de Patos] (ASSUNÇÃO, 2019, p. 184).

Serbin enfatiza o quanto a Igreja é cautelosa no seu espírito de comunhão no que se refere aos assuntos eclesiásticos. Chega a comparar com os militares, nesta dimensão corporativa. Dentre clérigos cautelosos do qual realiza entrevista, cita o padre Gervásio Queiroga.

[...] um estudioso, com imenso conhecimento de lei canônica e personalidades da Igreja, que consultou escrupulosamente o padre Virgílio Uchôa, da administração da CNBB, antes de falar comigo. Uma boa recomendação ou contato era especialmente útil nos círculos da Igreja progressista (SERBIN, 2001, p. 75).

A realidade pastoral da Diocese de Cajazeiras foi causa de muita inquietação na vida de Pe. Gervásio, tanto que ele, por questões de respeito, obediência e acolhida à postura do bispo Dom Zacarias, se transferiu, por um tempo, para atuar na vizinha diocese de Patos, com o anseio de viver melhor as propostas do Vaticano II nas quais ele emergia. Sobre as questões sociais, enfatiza que:

[...] certo anticomunismo não tem feito menos mal à Igreja do que o próprio comunismo; pois, além da insensibilidade social, peca contra a verdade, chamando de comunismo tudo quanto é a favor do povo” e segue, “Infeliz aliança prática da Igreja com a “Casa Grande”, contra a senzala. [...] Para a burguesia capitalista, era o comunismo; para nós, era a realização do Evangelho em sua dimensão sócio-política. Em 1964, com as bênçãos de muitos eclesiásticos com medo de “comunismo”, os militares bloquearam tudo. Vinte anos de escuridão e parada, quando não, de recuo. [...] Mas aos poucos a Igreja reagiu, agigantou-se. Igreja de santos e de mártires, ao lado da Igreja acomodada e até conivente (ASSUNÇÃO, 2019, p. 62-125, grifos do autor).

Questionado sobre como foi sentido os regimes ditatoriais civil-militar na região, Mauro Carli ressalta que as pessoas, em sua maioria, não sabiam o que era a Ditadura. Os meios de comunicação praticamente não existiam e, mesmo assim, era proibido falar sobre. “Naquele tempo as pessoas não sabiam o que era a Ditadura, não tinha meios de comunicação: rádio, televisão, a stampa, mesmo os poucos que tinha era proibido falar” (CARLI, 2021<sup>15</sup>).

Mauro Carli era reconhecido como um dos presbíteros da linha progressista da Igreja diocesana de Cajazeiras. Mas, para ele, sua missão estava pautada no Evangelho e não havia subversão ao sistema político vigente. Segundo ele, “a missão da Igreja é evangelizar. Quer dizer, chegar a uma Igreja viva e consciente. Viver o Evangelho juntamente aos nossos irmãos. Não se falava de Ditadura ao povo. O nosso trabalho era de conscientização. Viver como diz o Evangelho” (CARLI, 2021<sup>15</sup>).

Nesta mesma dimensão, o leigo Zé Marreta, foi enfático ao afirmar que eles não estavam fazendo nada demais. Estavam apenas buscando um direito que era deles e que constava no Estatuto da Terra. “Nós num tava fazendo nada arbitrário que nem eles diziam, né? Na época, né?” (MARRETA, 2021<sup>35</sup>).

---

<sup>35</sup> José de Sousa Neto, conhecido por Zé Marreta. Envolvido desde os 20 anos de idade na luta junto aos agricultores e agricultoras do município de Cachoeira dos Índios-PB. No ano de 1971, a convite da então presidente do sindicato Zefinha Teixeira, ele se associou e começou a fazer parte do trabalho comunitário que

Sobre o posicionamento da Igreja hierárquica de Cajazeiras frente à Ditadura, Mauro Carli afirma que havia um medo de ir contra o sistema, tanto que eram poucos os que se colocavam na contramão dele. “Era muito difícil e sempre com grande risco. Penso que o Bispo e clero eram conscientes do risco de ir contra a Ditadura, se dava a entender que alguns eram a favor da Ditadura, ou neutros, poucos eram contra a Ditadura” (CARLI, 2021<sup>15</sup>).

Através de pouquíssimas lideranças eclesiais e das lideranças laicas, a Igreja diocesana de Cajazeiras foi modelando, timidamente, um novo rosto de Igreja, tendo um respaldo maior para o laicato quando o padre Domingos Cleides Claudino, da paróquia da Sagrada Família de Uiraúna-PB, assume a coordenação diocesana de pastoral, a partir de 1984. Promovendo o retorno da diocese nos encontros do Regional Nordeste II<sup>36</sup> e possibilitando novos conhecimentos, bem como o engajamento e a formação do laicato. Pe. Cleides utilizava, como método de atuação, a linha da Teologia da Libertação e a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Vale ressaltar que, desde a década de 1970, já iniciava a formação das CEBs na diocese, através dos padres italianos. A coordenação de pastoral assumida pelo Pe. Cleides fomentou sua ampliação, difusão e efervescência na diocese.

#### 4.3 ATUAÇÃO DE PADRES ITALIANOS NA DIOCESE DE CAJAZEIRAS

A carência de padres no Brasil levou muitas dioceses brasileiras a solicitar padres na Europa, bem como o anseio de muitos deles viverem experiências missionárias em outras terras. A diocese de Trento, na Itália, enviou presbíteros para Diocese de Cajazeiras, como relata um dos entrevistados, Mauro Carli.

Naqueles anos em Itália tinha muitos padres. Por exemplo, na minha diocese de Trento, todos os anos, se ordenavam, no mínimo, 25 padres. Muitas dioceses do Brasil precisavam de padres e pediam padres de países da Europa. Muitos padres da Itália pediam para andar em missão na África, Ásia, América Latina. Eu pedi para o Brasil. Foi a minha diocese que me mandou para Cajazeiras. A diocese me deu a paróquia de Cachoeira dos Índios. Tinha somente agricultores-meeiros (CARLI, 2021<sup>15</sup>).

---

Zefinha vinha realizando. Desde que iniciou a luta nunca parou. Foi presidente durante muitos anos e, atualmente, assume esta função no sindicato.

<sup>36</sup> Organização eclesial que corresponde a um determinado número de dioceses, em um determinado Estado da federação, em vista de uma melhor articulação. O Regional NE II é composto pelas dioceses da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Na década de 1970, os padres italianos que vieram desenvolver um trabalho pastoral-missionário na Diocese de Cajazeiras, começaram a formar Comunidades Eclesiais de Base (SOUSA, 2003).

Questionado sobre a forma de trabalho desenvolvido pelos padres italianos na diocese que fomentou o surgimento das CEBs, Mauro Carli ressalta que, ao chegar em Cachoeira dos Índios, começa a

[...] visitar as capelas e os sítios. Eram pequenos proprietários e meeiros. Tinha uma grande pobreza, analfabetismo, as dificuldades eram grandes. Começamos a fazer reuniões formando as comunidades. Participavam mais os homens, as mulheres muito pouco. P. Zini foi vigário em S. Helena e Uiraúna, também nessas paróquias ele seguia os problemas nas comunidades. Walter Strapagheti, na paróquia de S. João Bosco, em Cajazeiras. Era uma paróquia com muitos problemas de fome, periferia (CARLI, 2021<sup>15</sup>).

Os padres tinham uma aproximação direta com o povo e buscavam conhecer a sua realidade, partindo para um trabalho de educação popular e organização das bases e sindicatos com o objetivo de luta pelos direitos a uma vida digna. Em Cachoeira dos Índios, por exemplo, os agricultores eram explorados pelos patrões e tinham que entregar a eles a metade do que produziam. Além da exploração no trabalho, havia a falta de teto e terra, a fome, o analfabetismo, a falta de atendimento à saúde etc.

Diante do cenário político de regime ditatorial civil-militar, os padres italianos assumiram uma postura ousada e até mesmo de resistência. Pe. Gervásio relata que a diocese,

[...] não colocava muito essa questão de ser a favor ou ser contra a Ditadura Militar. O que dominava era o silêncio da diocese. Mas, um grupo de padres era na linha de abertura conciliar e posicionamento social discordante da situação política dominante. D. Zacarias, justiça seja feita, não proibia, nem bloqueava o trabalho deles. Nem deixou de aplicar obedientemente as reformas pós-conciliares determinadas pela Igreja. Aqui na diocese havia até um pequeno grupo ‘super-avançado’ como é o caso dos padres Nelson Araújo, Mauro Carli, Carmil Vieira, Frei Marcelino. Posso esquecer aqui algum nome. A partir de 1973, com sua ordenação e posse como vigário de Uiraúna, chegou o Pe. Domingos Cleides (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>).

Evidentemente, os padres italianos enfrentaram consequências de sua opção em caminhar na “contramão” do sistema político-econômico-social e, até mesmo, do posicionamento da Igreja particular. Sobre o posicionamento do bispo Dom Zacarias em relação aos padres italianos, Pe. Gervásio ressalta: “Enquanto eles faziam aquela pastoral que já vinha acontecendo, tudo bem. Na medida que eles vão dando mais espaço ao laicato e à reivindicação social, o bispo não os condena, mas, se distancia” (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>). O pós-Concílio Vaticano II provocou uma crise em toda a Igreja em decorrência da “renovação

da pastoral, a nova liturgia, a participação do laicato”. Na Diocese de Cajazeiras, entre 1979 e 1982, além de algum padre diocesano, “quatro padres italianos **saíram**, dois padres jesuítas também foram embora. Eram espanhóis. O fato é que, em 1982, na Diocese de Cajazeiras só havia infelizmente doze sacerdotes trabalhando efetivamente na pastoral” (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>, grifo nosso).

Sendo Dom Zacarias um bispo conservador, foram inevitáveis os conflitos de mentalidades com as novas gerações de presbíteros, aqueles pós-concílio.

Padres novos, depois do Concílio, chegaram, não encontraram muito espaço para sua nova visão pastoral, e foram embora pra João Pessoa, pra outros lugares. A diocese praticamente ficou sem padres novos, [...] infelizmente. Não só foram embora, mas alguns deixaram também o ministério (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>).

Certamente não foram aceitos ou compreendidos em sua maneira de ver a Igreja e a dimensão pastoral.

Os padres italianos deixaram de tomar parte da caminhada eclesial na Diocese de Cajazeiras, a partir de 1980. Há controvérsias sobre a “saída” deles da diocese. Segundo o historiador Sousa, em sua pesquisa sobre Doutrina Social e Marxismo na Diocese de Cajazeiras, as saídas ocorreram pelo fato de os padres italianos não concordarem com o bispo no que se refere às orientações pastorais,

[...] em questões mais práticas da vida eclesial, como a administração do sacramento da Crisma em crianças, a realização de casamentos em horários extras e a celebração da “missa de corpo presente”, opondo-se em maior ou menor grau às orientações gerais da diocese quanto a isso (SOUSA, 1998, p. 14, grifo do autor).

O que o levou Sousa a essa conclusão foram dois pressupostos. Primeiro, um depoimento de Dom Zacarias a jornalista Mariana Moreira, em que ele teve acesso, onde o bispo da Diocese de Cajazeiras afirmava,

O trabalho dos padres aqui foi muito bom. Eu os chamei para cá por um determinado tempo. Mas eles tinham um posicionamento diferente da orientação do governo da diocese. De maneira que eles não se sentiram à vontade e o arcebispo deles, lá em Trento (Itália), os chamou para um diálogo: que eles procurassem um bispo de uma mentalidade, digamos, mais avançada do que a minha para trabalharem aqui no Nordeste. Mas somos muito gratos aqui pelo trabalho deles. Agora não pode acontecer é que um sacerdote não sintonize com o bispo da diocese. Cada um tem a sua maneira de pensar. Todos já vestem calça comprida a muito tempo, mas há um limite (MARIANA, 1990 apud SOUSA, 1998, p. 13).

O segundo pressuposto é o fato de que

nessa época, a diocese não tinha orientação quanto aos rumos a serem tomados nas questões sociais, pois estas não eram de interesse primordial do epíscopo. A atuação nesse campo dependia das iniciativas individuais de alguns padres mais progressistas. Como, portanto, associar a divergência com o bispo às questões ideológicas nesse campo? (SOUSA, 1998, p. 14).

No entanto, o Pe. Domingos Cleides, que tinha uma ligação de amizade e companheirismo com os padres italianos, como ressalta ao historiador Sousa (1998, p. 14), atribui a “transferência dos italianos às questões ideológicas”.

Sobre a atuação e “saída” dos padres italianos da diocese o Pe. Gervásio, já estava na Diocese de Patos, não pôde dar notícias precisas. Mas, enfatizou que, eles foram “muito bons na valorização do laicato”, que se alinhavam as propostas do Vaticano II, exerciam a missão de forma diferenciada e isso gerava entraves,

[...] os padres italianos traziam, primeiro, um grande zelo pastoral, não só missionário. (...) eram realmente padres identificados com a pastoral do Concílio Vaticano II e por isso, às vezes entravam em atrito com o bispo diocesano e com parte do clero. O estilo pastoral deles, em alguns pontos, era diferente do estilo dos outros sacerdotes (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>).

Ou seja, os padres foram bem aceitos na diocese pelos irmãos no sacerdócio, na medida em que o trabalho desenvolvido por eles não fosse na contramão da ideologia eclesial do clero e do pastor diocesano.

Enquanto eles faziam aquela pastoral que já vinha acontecendo, tudo bem. Na medida em que eles vão dando mais espaço ao laicato e à reivindicação social, o bispo não os condena, mas, se distancia ... Dom Zacarias, afinal, era uma pessoa humana e tinha sua mentalidade, sua ideologia. Em 1980, Dom Zacarias, então, foi aquilo que ele nunca tinha sido, foi frontal e irredutível numa decisão radical que foi **mandar embora** os quatro padres italianos. Foram felizmente bem acolhidos, no vizinho Estado do Ceará, dois em Iguatu e dois em Limoeiro do Norte. (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>, grifo nosso).

A fala de Pe. Gervásio é categórica. Os padres foram expulsos, e esta expulsão se deu em decorrência de divergências e de posições ideológicas distintas. O estilo de atuação pastoral não se afinava com a “orientação do governo da diocese”. Havia uma conscientização política desses padres. E falar de política na Igreja era e é algo tido como “sujo”, de que não é o espaço apropriado. No entanto, o pontífice Francisco ressalta que, “a política, [...] é uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum” (FRANCISCO, 2012, p. 169).

Na época em que os padres foram expulsos, Mauro Carli já não estava mais na diocese e nem no Brasil, mas afirma que, em 1980, “o bispo D. Zacarias **expulsou** eles da diocese. O

bispo não era mais de acordo com a pastoral que eles faziam” (CARLI, 2021<sup>15</sup>). Esses presbíteros não comungavam com a cúpula de uma Igreja tradicional onde alguns eram coniventes com o regime ou silenciavam diante das situações sociais de miséria. Pelo contrário, denunciavam as injustiças sociais.

Ao todo foram expulsos quatro presbíteros: Gino Zocchi, Giuliano Pellegrin, Renzo Cassoni e Albino Donati. Sabemos que o trabalho desenvolvido nas CEBs mal havia começado e os presbíteros já foram sendo expulsos. Um deles viajou de férias para Itália e, lá mesmo, soube que não poderia mais voltar.

O líder sindical, Zé Marreta, adentra no assunto do trabalho desenvolvido pelos padres italianos e na expulsão dos mesmos da diocese. “O bispo mesmo tirou eles [...] Num ficou um italiano em Cajazeiras. [...] a saída deles, pelo que a gente sabe, é porque eles tinham essa linha de trabalho [...] Apoiavam essa linha de trabalho do trabalhador exigir seus direitos” (MARRETA, 2021<sup>35</sup>).

Ter ciência do ocorrido com os padres italianos na Diocese de Cajazeiras leva ao entendimento do rosto de Igreja e regimento político que existia neste período em delimitação. É visível que a Ditadura foi sentida, na região, teve força, adentrava a esfera religiosa, o posicionamento da Igreja na pessoa do bispo diocesano e de alguns padres conservadores ou moderados refletiam o medo ou a conivência com o sistema. Nesta conjuntura os leigos e as leigas enfrentam duas instituições de força para poder exercer a missão: a Igreja Católica enquanto hierarquia eclesiástica com todo o seu fechamento e conservadorismo e os regimes ditatoriais civil-militar.

#### 4.4 AÇÃO CATÓLICA NA DIOCESE DE CAJAZEIRAS (1935 – 1953)

No ano de 1952, chega de Roma, em Cajazeiras, o padre Francisco Pereira da Nóbrega, filho do cangaceiro Chico Pereira. Consigo, trouxe o estilo da Ação Católica francesa organizada não apenas por idade e sexo, mas também, pela situação social dos membros: – JAC, JEC, JIC, JOC, JUC<sup>37</sup>. Segundo Pe. Gervásio, “Dom Zacarias o nomeou, certamente, Assistente da Ação Católica. Pe. Francisco Pereira teve grande influência social e formativa na juventude JEC e JIC” (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>).

Ressalta Pe. Gervásio, que era exigência da Igreja que, em cada diocese, existisse uma Ação Católica. No entanto, na Diocese de Cajazeiras houve um tempo em que a Ação Católica quase não existia por falta de assistência eclesiástica. O mesmo, em um encontro

---

<sup>37</sup> JAC – Juventude Agrária Católica; JEC – Juventude Estudantil Católica; JIC – Juventude Independente; Católica; JOC – Juventude Operária Católica e JUC – Juventude Universitária Católica.



diocesano do apostolado da oração ocorrido em outubro de 1961 – em virtude das bodas de prata sacerdotal de Cônego Acácio Rolim, Sandoval Férrer e Monsenhor Vicente Freitas –, assessorado por Monsenhor Expedito Medeiro<sup>38</sup>, fez a crítica da situação atual da Ação Católica na referida diocese. A partir de então, o bispo o nomeou como assistente da Ação Católica na diocese.

[...] fiz publicamente crítica à pastoral diocesana, porque a Ação Católica, mesmo sendo obrigatória nas dioceses, quase não mais existia, por falta de assistente eclesialístico. Dom Zacarias não gostou da crítica; nomeou-me de surpresa, ali mesmo, assistente diocesano da Ação Católica (ASSUNÇÃO, 2019, p. 59).

Neste período, a falta de assistência eclesialística é um reflexo da linha de atuação da Igreja diocesana de Cajazeiras. Provavelmente, um projeto da diocese, visto que o padre que tinha identificação com o trabalho da Ação Católica junto à juventude, o Pe. Francisco Pereira, foi transferido para colaborar com a formação no seminário diocesano em João Pessoa, seguramente por estratégia da Igreja já que ele tinha grande influência social. O fato é que, a linha de atuação do episcopo estava voltada para a dimensão sacramental e, de certo, o clero não era fomentado a desenvolver um trabalho nesta dimensão.

Para Pe. Gervásio, os padres e bispos que se dedicavam à Ação Católica no Brasil,

[...] eram tidos como muito avançados, porque a Ação Católica assumia esses movimentos de renovação da Igreja, a liturgia, à ação social, embora muito moderada”. [...] a Ação Católica era uma organização oficial e nacional do laicato católico, movimento extraordinário, que unia a oração, a Bíblia, a liturgia, a formação dos leigos e a atuação social. Cada mês tínhamos um dia de espiritualidade com uma espécie de retiro espiritual. Promovíamos semanas de estudo. Tínhamos nosso plano de ação social no meio ambiente onde atuávamos. Claro que isto fazia medo àqueles setores mais conservadores na Igreja, como assustava as classes dirigentes e aos políticos (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>).

Com o Golpe de 1964, o desfecho da Ação Católica Brasileira foi sua extinção ou migração para outros grupos e movimentos, a citar, a Ação Popular (AP) ou a mudança de nomenclatura.

Com a revolução de 1964, a Ação Católica Brasileira [ACB] foi enterrada, a começar da Juventude Universitária Católica, da qual certos grupos se radicalizaram no ponto de vista ideológico; então, a comissão episcopal da CNBB encarregada da ACB, de maioria conservadora, encerrou a JUC. A Ação Católica, mal vista por muitos dentro da Igreja e perseguida pela revolução, teve que se esconder. Nosso trabalho ficou como que subterrâneo e, então, até mudamos os nomes dos grupos (ASSUNÇÃO, 2019, p. 60).

---

<sup>38</sup> Pároco de São Paulo do Potengi, arquidiocese de Natal. Conhecido internacionalmente pelo trabalho com a JAC, Sindicato Rural, MEB e os inícios das CEBs (ASSUNÇÃO, 2019, p. 58).

A expressão “encerrar o trabalho da Ação Católica no Brasil”, especificamente a Juventude Universitária Católica (JUC), coloca em evidência a postura da hierarquia eclesiástica no sentido de que, por questões “ideológicas”, tanto a Igreja quanto o sistema político vigente a perseguia. O posicionamento da Igreja leva a entender que a instituição, nesse momento, toma partido e coloca-se ao lado dos regimes ditatoriais civil-militar, já que a Ação Católica incomodava o sistema, então enterra e encerra suas atividades.

A forma de realizar o trabalho e a mudança de nomenclatura de organização com as juventudes é depois modificada, também, na Diocese de Cajazeiras, pelo Pe. Gervásio, como meio de sobrevivência do grupo ou até mesmo de resistência.

Em 1964 aconteceu o golpe militar e, então, a gente não podia ter grupo de jovens assim como na Ação Católica, senão seríamos perseguidos, eles e também nós. Então, a gente baixou para as catacumbas, como nos primeiros tempos da Igreja perseguida pelo Império Romano. Grupos de catacumbas, quase escondidos. Quando voltei de Roma em 1967, não refundi mais a Ação Católica, porque era malvista dentro da Igreja pelos setores mais conservadores e perseguida pelo governo militar. Então comecei o chamado GRUJUCA (Grupo Juvenil Cajazeirense), não mais JEC (Juventude Estudantil Católica). Com a mesma metodologia evidentemente, mas, como digo, era um grupo que não dava na vista do governo (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>).

O GRUJUCA era um grupo pequeno, já que não podia ter proporções maiores, em vista da Ditadura. Mas foi um grupo que teve uma atuação na linha social da Igreja e atuou na seca de 1970 “na linha de assistência aos chamados flagelados daquele tempo, as vítimas da seca na zona rural” (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>).

Como fruto do GRUJUCA, recorda Pe. Gervásio, está “o famoso Cajá, Edmilson Nunes”. Indo estudar em Recife, tornou-se amigo de Dom Hélder Câmara. No período da Ditadura, foi perseguido, preso, condenado e libertado com a anistia, “mas não deixou o seu trabalho social, até radical politicamente e, até hoje, ele ainda atua” (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>).

Uma das atividades do GRUJUCA era à realização do festival regional da canção. Na primeira edição do festival participaram, como iniciantes no campo artístico, Elba Ramalho e Chico César. No entanto, as músicas compostas tinham que ser passadas pela censura do regime militar. Segundo relata Pe. Gervásio,

era a época da Ditadura Militar: fazíamos o festival, mas tínhamos que mandar as letras das músicas desses jovens a João Pessoa, para ser examinadas e aprovadas pela Polícia Federal! Quer dizer, **o Brasil estava sufocado na cultura e na liberdade de expressão** (ASSUNÇÃO, 2019, p. 60, grifo nosso).

A Ação Católica era composta por quem, afinal? Era formada por leigos e leigas, mas o assistente era um clérigo. O laicato tinha uma atuação, certamente, de respaldo, de visão crítica e de dinamismo. Reflexo disso é que a presença do laicato incomodava uma parte do clero, sendo incômodo para o sistema político. As reuniões de planejamento pastoral, para decisões da caminhada pastoral da Igreja, eram formadas apenas pelo clero, pois apenas ele discutia e decidia. “Nem pensar que um leigo participasse, nem mesmo freira em reunião do clero. Planejamento pastoral era só do clero, de ninguém mais” (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>).

A atuação da Ação Católica em Cajazeiras ocorreu, mesmo que de forma tímida. Apreende-se que havia um grupo assistido pelo Pe. Gervásio, que se encontrava para momentos de oração, reflexão da bíblia, recebimento de formações e desenvolvimento de algumas ações na dimensão religiosa, cultural e social. O grupo era composto por jovens e dele suscitou lideranças leigas e militância para outros grupos e movimentos dentro e fora de Cajazeiras.

#### 4.5 CAMINHOS QUE SE ENTRELAÇAM – MOVIMENTO E MER

##### 4.5.1 O Movimento

O GRUJUCA deixou de existir em meados dos anos de 1970. Alguns de seus membros procuravam novas formas de articular a caminhada e a luta, a exemplo de Luís Alves, que contou com a atuação do seu sobrinho Zé Alves, que, ao deixar o seminário diocesano, foi estudar no Colégio Estadual de Cajazeiras, e lá articulou e formou um grupo secundarista – Movimento Estudantil, onde passou ter uma atuação de destaque na cidade de Cajazeiras (NETO, 2021, p. 12-13).

O Movimento Estudantil passou a somar forças com outro Movimento já existente. Engajado na luta de bairros, esse grupo teve início em 1977, no Bairro da Esperança, com a religiosa consagrada Irmã Antonieta (NETO, 2021, p. 12-13).

A irmã Antonieta consegue autorização da Congregação das Irmãs Missionárias Carmelitas e “sai do conforto das casas das irmãs para ir morar no meio do povo”, precisamente na Rua Vitória Bezerra. Ela foi presença junto ao Movimento até o ano de 1980, onde passa a atuar em Patos-PB, na CPT (NETO, 2021, p. 13-14).

O Movimento em Cajazeiras, através de suas lutas, organizações e conquistas no Bairro da Esperança, suscitou lideranças laicas em outros bairros da cidade, tais como Tecedores, Santo Antônio, Remédios, Capoeiras, São José e Vila Nova. Ampliando, assim, a

pauta de luta e o número de membros no Movimento. Existia uma equipe dos Bairros que articulava todas as ações e reivindicações a serem realizadas.

De acordo com Neto (2021), no Movimento, destacam-se ações como o mutirão para retirada de lixo do bairro e solicitação de coleta do lixo; registro de nascimento das crianças filhas de pais em situação de vulnerabilidade financeira; luta por pavimentação de ruas; luta por assistência médica; por telefone público; saneamento básico; luta pela energia elétrica nas ruas e nas casas das famílias de baixa renda; escolas de alfabetização de adultos nos bairros Tecedores, Esperança e Santo Antônio; mobilizações no 1º de maio; e realização de atividades culturais e de lazer, hortas comunitárias e criação de cabras leiteiras como fonte de sustentação de muitas famílias carentes, dentre outras lutas pelo direito a vida digna.

O Movimento de Bairros em Cajazeiras tinha uma metodologia própria de trabalho.

[...] constava de mobilizar, organizar e desenvolver a consciência dos moradores. A organização se dava em níveis diferentes. No nível de massas, tínhamos as reuniões de rua, assembleias do bairro e atividades culturais; no nível dos mais interessados da ação, já estávamos com 20 companheiros agrupados. Os que iam compreendendo o objetivo da nossa luta, participantes dos encontros, estudando os materiais, e assumindo as tarefas recebidas e iam se agrupando na Equipe de Bairros (NETO (2021, p. 46).

Para o funcionamento da escola de alfabetização com adultos, em alguns bairros, as lideranças trabalhavam com o método Paulo Freire, De acordo com Neto (2021, p. 57), “uma equipe estudou o Método Paulo Freire e o adaptou à realidade dos bairros de Cajazeiras, criando as palavras geradoras a partir da pesquisa junto ao povo”.

Em anos em que a seca castigava o sertanejo, onde a fome batia em suas portas, de forma mais acentuada para os pobres e para os pequenos agricultores, a situação foi discutida em reuniões com os moradores dos bairros, que achavam necessário buscar meios para pressionar e sensibilizar as autoridades responsáveis. Uma das opções seria os saques em estoques de alimentos, seja do governo ou do setor privado (NETO, 2021). Em seu relato, Neto destaca que, certo dia, “começaram chegar trabalhadores rurais à cidade (...). Os moradores dos bairros também se deslocaram para o centro (...). Era em torno de quatro mil pessoas” Neto (2021, p. 69), as quais saquearam o Centro Social Urbano (CSU), um colégio, uma cooperativa e a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Nos comércios havia um aparato policial, comerciantes armados que atiravam para o alto e os agricultores, já com os sacos vazios não mãos. Com isso, a rede privada foi poupada. Com a pressão dos agricultores e moradores dos bairros, o plano de emergência foi efetivado a fim de amenizar a situação da fome.

No ano de 1982, a Igreja Católica promove, no Nordeste, um seminário sobre “*O Homem e a Seca no Nordeste*”. Como resultado deste seminário, a Igreja elabora e assume Projetos Alternativos, os quais consistiam em angariar recursos na Europa e no Sul do Brasil para ajudar os pobres e trabalhadores do campo, através de ações que possibilitasse uma melhor convivência com o semiárido. Na Diocese de Cajazeiras, o Movimento recebe o apoio efetivo de Pe. Cleides, como enfatiza Neto (2021, p. 71):

[...] em Cajazeiras, o responsável pelos Projetos Alternativos, na diocese, foi o padre Domingos Cleides Claudino. Apoiador do MER e admirador do nosso trabalho de bairros, padre Cleides nos procurou e nos incentivou a participar daquele programa de combate à seca. Foram encaminhados Projetos Alternativos em áreas rurais do Movimento nos municípios de Santa Cruz, Santa Helena e Cachoeira dos Índios. No nível de bairros, encaminhamos Projetos Alternativos na Esperança, Vila Nova, Pôr do Sol e São José. [...] compra de um terreno em cada bairro, que em seguida muramos, construímos cisternas e ocupamos o restante da área com plantação de hortas comunitárias. Essa experiência [...] beneficiou dezenas de famílias, centenas de pessoas.

Neste mesmo período, na Diocese de Cajazeiras, havia a atuação do Movimento de Evangelização Rural (MER), o qual desenvolvia um trabalho direto com o homem e a mulher do campo. Com o caminhar, o Movimento do campo se une ao da cidade para compartilhar a caminhada, bem como somar forças e saberes. Da Diocese de Cajazeiras, esse Movimento vai se expandindo e assumindo novas frentes de ação mediante às transformações sociais.

#### **4.5.2 O MER na Diocese de Cajazeiras**

O Movimento de Evangelização Rural (MER) surge no Nordeste, no estado do Pernambuco. A princípio, era conhecida como a JAC mas, com as transformações ocorridas no cenário político do país, após uma reflexão e estudos, passa a se chamar MER, realizando um trabalho, não apenas com as juventudes do campo, mas também com os agricultores em geral. Logo depois, se expande para a atuação nas periferias das grandes cidades, alcançando as fábricas com operariado e os movimentos sindicais, mas mantendo a identidade da Ação Católica (SANTOS, 2010).

O MER surgiu na Paraíba, inicialmente na Diocese de Cajazeiras, mas “precisamente, em Santa Cruz e Boqueirão dos Coxos, espalhando-se em seguida para Cachoeira dos Índios, Sousa, Santa Helena” (SANTOS, 2010, p. 153).

Mauro Carli (2021) enfatiza que o MER “substitui a JAC, que já tinha na diocese. Em 1968-1969, iniciamos encontros com representantes de leigos das comunidades das três

paróquias. Tínhamos apoio da diocese sempre nos três padres que acompanhava”. Carli era um dos líderes do Movimento.

De acordo com Assunção (2019, p. 66), foi um movimento

[...] contemporâneo com a sindicalização rural, [...] que tinha, na Diocese de Cajazeiras, alguns de seus núcleos mais atuantes. Movimento laical, quase subterrâneo, na época da Ditadura Militar, [...] tinha na diocese alguns padres que o promoviam até nacionalmente, mesmo com risco de perseguição e prisão.

Conforme aponta Assunção (2019, p. 66-67), o Pe. Gervásio destaca algumas dessas lideranças: “Carmil Vieira (em São Bento), Mauro Carli, italiano (em Cachoeira dos Índios), Nelson Araújo (em Boqueirão dos Cochós, agora Igaracy). Estes três eram padres da opção pelo trabalho com a marginalidade rural, grandíssima, e isto, arriscando a pele”.

Um dos métodos de trabalho das CEBs foi adotado pelo MER, qual seja, a leitura popular da bíblia, onde as lideranças das comunidades refletiam a realidade do momento à luz da bíblia.

Nas reuniões das comunidades iniciava com a leitura de um texto do evangelho e os presentes diziam a sua opinião do que entenderam da leitura e nas discussões comparando com a nossa realidade de vida: porque poucos tem tudo e a maioria sofre a fome?” [...] Era um movimento que estudava o Evangelho confrontando com a vida. Ensinou-nos a ver, sentir e viver os problemas das pessoas que sofrem que precisam de uma ajuda. Pelo anúncio libertador do evangelho caminhar com o povo a se conscientizar dos seus valores (CARLI, 2021<sup>15</sup>).

Do mesmo modo, depõe as lideranças leigas Socorro Goveia, Zé Marreta, Zé Alves e Zefinha Teixeira<sup>39</sup> sobre esse método de leitura da bíblia como ferramenta de conscientização e organização do povo nos bairros e comunidades rurais. E não só, como também um meio para reunir o povo, através, das celebrações:

Olhe, era tudo a partir da bíblia. A partir da bíblia e desses documentos que tinham da Teologia da Libertação. Então, a formação era essa base aí. A reflexão da fé e a vida. Era a base da reflexão era essa fé e vida. Então, quando se refletia fé e vida, via que tinha que sair de dentro das igrejas, só orações e partir pra realidade do povo, pra nossa realidade (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

---

<sup>39</sup> Josefa Pereira de Souza em suas respostas ao formulário recebidas via e-mail, em 22 de fevereiro de 2021. Josefa é conhecida como Zefinha Teixeira, natural de Cachoeira dos Índios, residia no Sítio Baixa Grande, era catequista de crianças preparando-as para primeira comunhão, frequentava sempre as missas. Quando o Pe. Mauro chega a Cachoeira dos Índios ela passa a atuar de forma diferente do que já vinha realizando, começa a participar das reuniões realizadas por ele em sua comunidade onde se discutia a conjuntura política, social, passa a fazer parte do MER, foi uma das fundadoras do STR (Sindicato de Trabalhadores Rurais) de Cachoeira dos Índios e primeira presidente. Há 44 anos reside na Itália, ao responder nosso questionário justifica os erros de português pelo fato de falar e escrever italiano há muito tempo. Continua assumindo a missão de leiga em nível paroquial e diocesano, atuando na pastoral familiar, participando de eventos eclesiais.

Rezava um trecho do evangelho e escolhia um trechinho lá, lia e comentava, a gente assim discutia. O que tinha no evangelho, o que nosso Senhor fez pelo povo e tal, o que é que ele queria pensando, o que ele dizia, o que era que a gente interpretava aquilo. Porque tem muita, muita coisa no evangelho parecido com a vida da gente (MARRETA, 2021<sup>35</sup>).

Iniciava [reunião] com a leitura de um pequeno trecho do evangelho e os participantes diziam a sua ideia do que entenderam da leitura do texto. Como se diz: Evangelho é vida. Todos textos do Evangelho tem duas maneiras de explicar: uma é teologicamente como faz os celebrantes, outra é comparando com a nossa vida (problemas, satisfação) (TEIXEIRA, 2021<sup>39</sup>).

A reflexão das lutas e atividades era feita a partir do Evangelho. Aliás, irmã Antonieta começou o trabalho pelas atividades religiosas, como estudo da Bíblia, novenas, etc. [...] Por exemplo, no Bairro Vila Nova “Tudo começou com as atividades religiosas como novenas e leitura do Evangelho ligando com a vida e os problemas do povo” (NETO, 2021, p. 15).

Outro método de ação do MER é o método Paulo Freire, que era aprofundado com as lideranças, através dos encontros formativos.

Nós padres (3) e alguns leigos (as) das comunidades decidimos fazer um encontro para aprofundar a metodologia VER, JULGAR E AGIR (método de Paulo Freire), VER os problemas, JULGAR os problemas mais urgentes, AGIR como fazer para encontrar a solução. Todas as nossas reuniões tinham trabalhos de grupo. Promover, articular, assessorar era todos juntos” (CARLI, 2021<sup>15</sup>).

A princípio, o MER recebia apoio da diocese através da atuação de alguns presbíteros, bem como os encontros formativos que eram promovidos, dos quais a diocese e as paróquias custeavam as despesas. “As despesas econômicas era parte da Diocese e parte das três paróquias.” (CARLI, 2021<sup>15</sup>). A Igreja também custeava passagens para os membros participarem de encontros promovidos pelo Movimento, viabilizava espaços para encontros e reuniões locais, possibilitava o deslocamento dos líderes para realização de reuniões nas comunidades rurais e viabilizava subsídios para encontros celebrativos dos tempos fortes e temáticos nas comunidades rurais e nos bairros das cidades.

Os padres da linha progressista permaneceram atuantes junto às lideranças laicas do MER. No entanto, à medida que a luta se firmava, o Movimento ia perdendo apoio da diocese.

Até os anos de 1973-1974 a diocese sempre apoiava o movimento. Mas, a partir de 1975-1976 quando o sindicato estava botando em prática as leis trabalhistas, os patrões e alguns padres fizeram um abaixo assinado, nos denunciando como comunistas, subversivos. Então entrou os militares como sabemos era a Ditadura. Pe Levi no seu programa na rádio, que era no sábado, ele falava contra o movimento sindical (CARLI, 2021<sup>15</sup>).

Essa força contrária, evidentemente dificultava a caminhada do MER na Diocese de Cajazeiras. “Uma grande dificuldade do trabalho era que os patrões grandes e médios tinham

apoio do governo, da justiça, do Bispo e de alguns padres da Diocese” (SANTOS, 2010, p. 200).

O trabalho realizado nas bases juntos aos agricultores e agricultoras nas comunidades pertencentes à paróquia de Cachoeira dos Índios teve, como resultado, a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Mauro Carli ressalta que:

no sertão da Paraíba tinha poucos STR somente nas cidades maiores. Em 1969 informei na FETAG se tinha a possibilidade de fundar um STR em Cachoeira dos Índios [...]. A nossa finalidade era ter um órgão sindical, que com as leis agrárias; ajudar e defender os direitos dos agricultores (CARLI, 2021<sup>15</sup>).

Das lutas lideradas pelo laicato na Diocese de Cajazeiras, muitas tinham ligação direta com a dimensão religiosa. Sobre a ligação do Movimento com a Igreja, a leiga Rita de Cássia Alves Santos enfatiza: “a gente sempre, sempre levou a parte espiritual pro povo, sempre, sempre. Mesmo que a gente já não fosse mais tão voltada para este lado, mas a gente lá dentro das comunidades sempre... porque era uma maneira da gente juntar” (SANTOS, 2021<sup>18</sup>).

O Movimento unia a dimensão da fé com a vida e utilizava, também como mecanismo de ação, a religião, pois, segundo a leiga Cássia, era bem mais fácil chegar ao povo através desse método.

nós jogávamos o material da Igreja junto com aquilo que a gente queria, por exemplo: através das novena do Natal em Família levar o povo a conscientização dele. [...] quando a gente se reunia nós discutíamos a evangelização e nós levávamos o pessoal a refletir a situação que estavam passando [...] Não existia calçamento, nós não tínhamos energia e tudo isso foi a partir daí, a energia foi a partir desse Movimento (SANTOS, 2021<sup>18</sup>).

No seu depoimento Cássia deixa transparecer que o Movimento estava ligado à Igreja por conveniência, pois articular o povo para realizar um momento de oração é mais convidativo do que para uma reunião onde se trataria de questões de luta por direitos.

Quando a gente queria juntar o povo, se tivesse uma reunião com o prefeito a gente criava uma pequena celebração, trazia o pessoal pra... o povo vinha pra celebração e ali a gente tirava a equipe que ia pra prefeitura, tinha aquele pessoal de frente morador do bairro era que tava de frente ao trabalho e aí quando se juntava nesta celebração vinha aquele povo que nunca participou que tava ali para querer e se oferecia pra ir também nas comissões, pra e queria também falar (SANTOS, 2021<sup>18</sup>).

Entretanto, ela demonstra ser movida pela dimensão religiosa e acredita que a Igreja é uma das forças transformadora da realidade.



Quando eu vinha aqui para o Barro eu tinha, eu tinha na mente chegar (...) me aproximar da Igreja e tentar junto com a Igreja, porque pra mim olha, eu sempre achei desde que me entendo de gente que, eu ainda acredito que se um dia a Igreja se juntar toda ela aqui no Brasil pra fazer a mudança acontecer faz em pouco tempo (SANTOS, 2021<sup>18</sup>).

Cássia destaca que, quando ingressa no Movimento, já dava seus passos em Cajazeiras e ressalta que, no início, ele era ligado à Igreja e tinha apoio de alguns padres, mas de modo sutil. “Acho que eles não tinham (...) aquele peito pra enfrentar junto com a gente esse Movimento não”. A leiga também destacou que, como presença eclesial, o Movimento contou com a colaboração da Vida Religiosa Consagrada feminina, através das Irmãs Missionárias Carmelitas, “quem nos apoiou mais diretamente. Foi no Carmelo, as Irmãs Carmelitas, na pessoa de irmã Antonieta. Depois veio mais duas irmãs do Pará (SANTOS, 2021<sup>18</sup>).

Essas irmãs davam o apoio através da presença, do incentivo, do fazer com o Movimento, de articular e realizar momentos celebrativos e de conscientização no bairro da Esperança. As irmãs cediam o espaço da Escola Monte Carmelo para realização de eventos do Movimento. “As reuniões, os encontros de sexta ou sábado e domingo era sempre no Carmelo” (SANTOS, 2021<sup>18</sup>).

Cássia Santos é o tipo de leiga que acredita numa Igreja Popular e que vive a fé a serviço da vida onde se encontra ameaçada.

Eu quando, eu pensei me aproximar da Igreja era, era pra realmente fazer um trabalho mais social, mais político do que esse, esse eu não consigo dar o nome é... essa evangelização só para rezar, só pra isso, só missa, só festa de padroeiro, só... e a consciência do povo lá embaixo (SANTOS, 2021<sup>18</sup>).

Apreende-se da fala de Cássia sobre a busca através da Igreja e, sobretudo, de sua grande influência como um espaço para conseguir alcançar as pessoas e conduzi-las a um processo que desperte consciência política. Para ela, o que a moveu a Igreja não foi apenas a oração e a vivência sacramental, mas o anseio de transformação social.

Essa visão eclesial de Cássia era comunhão no Movimento. O JORNAL DOS BAIROS um dos meios de articulação e divulgação das ações do Movimento, em uma de suas edições, no ano de 1982, trouxe uma matéria onde mostra o entendimento ou a relação do grupo com a religião, bem como o tipo de religião creditada e vivida por ele, a Religião Libertadora.

Jesus sofreu por causa da verdade que defendeu, diante das injustiças existentes na sua época... Por isso foi chamado de comunista, subversivo...”. O artigo falava sobre

a situação de sofrimento do povo dos bairros e concluía dizendo: “Jesus continua sofrendo na pessoa do explorado e Pilatos continua vivendo na pessoa do explorador. E nós, cristãos? Precisamos tomar consciência do nosso compromisso, que é lutar pelo bem comum (NETO, 2021, p. 35).

Em uma nova etapa do Movimento, assumindo outra nomenclatura e, evidentemente, outra forma de trabalho, passa a ser chamado de Corrente dos Trabalhadores Independente (CTI). Após discussões mediante o surgimento de partidos políticos, já no final da década de 1970, o Movimento entendia que a libertação do povo não se conquistaria com a eleição de um representante do povo, e sim com a participação do povo. “Só nos serve um partido que ajude o povo a se mobilizar, se organizar e a desenvolver sua consciência”, com isso, “a independência política tornou-se um princípio do Movimento” (NETO, 2021, p. 88) e não só a política, mas também a independência da estrutura eclesial. “Saímos da estrutura da Igreja, mas na base continuamos praticando a Religião Libertadora” (NETO, 2021, p. 93).

#### **4.5.3 União de forças na luta por justiça**

O MER, a princípio, tinha uma ação evangelizadora voltada diretamente ao meio rural, mas com o êxodo rural, principalmente para as médias e grandes cidades, o Movimento atualiza a sua dinâmica de ação, passando a direcionar o olhar também para as causas sociais das pessoas situadas nas periferias e para os trabalhadores e trabalhadoras das fábricas. A luta englobava todos os direitos essenciais à vida – direitos trabalhistas, saúde, educação, saneamento básico, moradia, reforma agrária, lazer e cultura.

Com essa abertura, como forma de escutar o clamor que ecoava de vários lugares e situações, acontece a fusão do Movimento de Bairros de Cajazeiras com o MER, que já estava atuando também na diocese. O Movimento de Bairros descobre, no ano de 1982, o Movimento de Evangelização Rural, através de Luiz Alves, filho de Cajazeiras que estava residindo na Região Metropolitana de Recife e lá se inseriu no MER, onde havia lideranças cajazeirense presentes na luta, como o Carmil Vieira (NETO, 2021).

O MER, ao tomar conhecimento do trabalho do Movimento de Bairros, procura suas lideranças. O primeiro contato aconteceu com lideranças de Cachoeira dos Índios, Zé Alves enfatiza: “um trabalhador rural (...) que conhecíamos apenas como participante da Igreja Católica, nos procurou, identificou-se como do MER e nos fez o convite para a conversa sobre a qual Luiz Alves havia nos informado” (NETO, 2021, p. 42).

A conversa aconteceu na residência das Irmãs da Sagrada Face, no Bairro São José, após um encontro do MER.

[...] os trabalhadores rurais militantes do MER que estavam presentes na nossa conversa de 82, podemos citar Pebinha, Zé Marreta, Valdeci Santiago (já falecido), estes de Cachoeira dos Índios; Zé Abdias, do Município de Santa Cruz; e uma mulher que a gente conhecia como Baía, do Município de Santa Helena (NETO, 2021, p. 45).

Esta fusão possibilitou o fortalecimento e expansão do MER, não apenas na Diocese de Cajazeiras, mas para outros estados brasileiros. Seus membros eram transferidos ou, por iniciativa própria, passavam a residir em outras regiões para desenvolver um trabalho onde a vida clamava por vida. Esses se somavam aos agricultores e agricultoras e ao operariado nas fábricas, atuando nas lutas de bairros, nas associações e nos sindicatos.

Na década de 80, segundo Cássia (SANTOS, 2021<sup>18</sup>), o MER muda de sigla pelo fato de ter uma ação não mais destinada apenas à zona rural, passando a agir também em outras realidades. Nesse período, “a Igreja já não via mais o Movimento”. Para ela, havia um rompimento com a Igreja. Deixando, então de ser MER e passando a ser Corrente dos Trabalhadores. Atualmente está denominado MCP (Movimento das Comunidades Populares).

#### 4.6 A EXPANSÃO DO LAICATO NA DIOCESE DE CAJAZEIRAS

No período da atuação de padres italianos na diocese, o laicato passou a assumir o seu protagonismo no meio onde vivia. Mauro Carli enfatiza que engajava essas lideranças na comunidade paroquial, a partir do envolvimento, da valorização e da confiança no seu potencial,

[...] na nossa missão de evangelizar partimos *coinvolvendo*<sup>40</sup> os leigos (as) nas atividades da paróquia dando valor e juntos valorizar o resultado que somos todos iguais e filhos do mesmo Deus (...) Em Cachoeira dos Índios, os leigos, muitas vezes se reuniam sem o padre e discutiam dos problemas (CARLI, 2021<sup>15</sup>).

Os leigos e leigas que, no período dos regimes ditatoriais civil-militar, atuavam nas lutas e organizações do povo por uma melhoria de vida, bebiam da fonte teórica da Teologia da Libertação e viviam sua fé cristã no seio das CEBs. Socorro Goveia ressalta que, o surgimento da Teologia da Libertação, logo no início do seu engajamento, a modelou enquanto leiga.

Naquela época também era muito forte, aqui no Brasil, a Teologia da Libertação [...] que se contrapõe naquela época com todo o processo de fechamento da Igreja e da

---

<sup>40</sup> envolvendo

sociedade, a partir da Ditadura Militar. [...] também surge à discussão, né? Da Igreja na base que é as Comunidades Eclesiais de Base (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

Uma das atividades desenvolvidas pelas lideranças laicas da paróquia de Cachoeira dos Índios era assumir meia hora de programa, semanalmente, na Rádio Alto Piranhas de Cajazeiras. A Rádio foi fundada por Dom Zacarias e pertencia a diocese. Esse programa era uma forma de evangelização e conscientização dos agricultores e agricultoras, acerca dos seus direitos.

O programa chamava-se “Evangelho no Campo”. Era às sextas-feiras, às 11h30. O programa era muito ouvido pelos trabalhadores e pelos ricos fazendeiros. Podia-se escutar o programa caminhando pelas calçadas, o som dos rádios saindo das casas. Iniciava-se com a leitura e explicação de um trecho do Evangelho. Em seguida, eram lidas as cartas que os trabalhadores, meeiros, injustiçados escreviam. Nós respondíamos esclarecendo os direitos e deveres dos agricultores, de acordo com a lei do Estatuto da Terra. Dávamos também alguns avisos importantes (SANTOS, 2010, p. 201).

Em virtude de ser uma programação que esclarecia as leis, os direitos dos agricultores e que os possibilitava reconhecer a sua importância para a sociedade enquanto pessoa e enquanto trabalhador do campo, o programa foi alvo de perseguição e censura.

A equipe que o conduzia foi muito perseguida por parte dos ricos fazendeiros e polícia federal. Todas as vezes o programa tinha que ser gravado e enviado a Brasília. Certa vez fecharam a rádio por 48 horas, com multa por não terem gravado um de nossos programas. Esse programa tinha uma vasta audiência no sertão do Rio Grande do Norte e do Ceará. O responsável do programa era Mauro e os colaboradores eram Zefinha, Osmar e Pebinha (SANTOS, 2010, p. 201).

Na paróquia de Uiraúna-PB, onde a leiga Socorro Goveia iniciou seu engajamento, a mesma ressalta a importância de o laicato receber o apoio, o incentivo e a formação da parte do padre que responde pela sua comunidade de fé, bem como a necessidade de caminhar juntos numa relação de igualdade e corresponsabilidade. A atuação do padre da paróquia levou as juventudes a desenvolverem um trabalho nas periferias.

Pe. Cleides já se ordenou, já nasceu, diferente. No meio de muitos da diocese. Com todo esse anseio de mudança, de uma Igreja indiferente, então, começa com esses grupos jovens e aí esses grupos começam a ir para as periferias. E a gente ia pra a ALGASA, pra o Retiro, pra o Belém Novo, pra as Casinhas, então começa a fazer toda uma mobilização de fé com aquelas comunidades (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

As mobilizações e meios para levar o povo a ter uma consciência política eram realizados nas ações da Igreja, através das

[...] celebrações dos tempos fortes (correspondem ao período da quaresma, advento, e outros meses temáticos: de Maria mãe de Jesus; das vocações; da missão); reuniões é... relacionadas assim ao social, a melhoria da qualidade de vida; se dava a partir das comemorações do 1º de Maio; as oposições ao sindicato.<sup>41</sup> Briga muito forte, principalmente com o grupo político da época que era o grupo Nogueira. (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

A Igreja Católica, na cidade de Uiraúna, tinha uma forte liderança laica em virtude de receber o apoio de Pe. Cleides e da Congregação das Missionárias da Sagrada Família<sup>42</sup>. A atuação paroquial tinha, como método de atuação, a linha da Teologia da Libertação e a formação das CEBs. A leiga Socorro Goveia enfatiza que, na realização da missão, havia estratégias para que a diocese, na pessoa do bispo Dom Zacarias, não tivesse clareza do método de ação.

O bispo como ele era conservador, a gente não dizia que era CEBs, [...] Novena, celebração, eu não lembro o termo que a gente usava porque o bispo não permitia que na diocese dele tivesse CEBs. Então, era assim mesmo, evangelização, dia de evangelização. [...] a gente celebrava e fazia reunião, via os problemas da comunidade, via em que podia ajudar na reflexão, né? [...] E... era assim, não podia dizer. Então, na diocese de Cajazeiras tinha Uiraúna e, Catolé do Rocha, com Frei Dimas, né? [...] Isso ainda nesse período da Ditadura, no período das CEBs forte mesmo. Então, a gente ia pra Recife, Pe. Cleides mandava a gente pra Recife, lá a gente não podia dizer que era da Diocese de Cajazeiras (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

No sertão correspondente à região da Diocese de Cajazeiras e de Patos, havia um grupo que fazia um trabalho nas bases de mobilizações e, esse grupo, participava de encontros que aconteciam em nível de Regional Nordeste II. Os leigos e leigas da Diocese de Cajazeiras, pertencentes à Uiraúna e Catolé do Rocha, participavam desses encontros porque os padres dessas referidas cidades os enviavam. A leiga Socorro (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>) nos relata, ainda: “mas aí o bispo não aceitava e a gente dizia que era de Uiraúna e que era de Catolé do Rocha. (...) Isso sem o bispo tomar conhecimento e lá todo o Regional sabia que não podia ser dito em canto nenhum lá, em papel, em canto nenhum que nós estávamos lá”.

Socorro cita também alguns leigos que faziam parte desse grupo: Valdeci Santiago, de Cachoeira dos Índios; Mundinho da Ramada, de São Francisco; Zé Lisboa, de Triunfo; Zequinha, de Catolé do Rocha.

O engajamento da leiga Socorro Goveia se inicia na cidade de Uiraúna, depois ela passa a integrar as ações a nível de diocese e de Regional Nordeste II. A mesma ressalta que o

<sup>41</sup> Segundo Socorro Goveia, o sindicato era monopolizado e atrelado aos políticos da época, não cumprindo devidamente seu trabalho junto às pessoas do campo.

<sup>42</sup> Fundada no ano de 1978, em Uiraúna-PB, pelo Pe. Domingos Cleides Claudino. A mesma integra nos diversos campos da missão e da promoção humana, dentre eles, a atuação nos movimentos populares e sociais (CENTESIMUS ANNUS, 2015). Sua linha de atuação está ligada à Igreja popular.

Pe. Cleides não só promovia as formações para o laicato, como também o enviava para atividades formativas no regional, fomentando a participação dos leigos e leigas na Igreja.

A gente saía de Uiraúna direto pra Recife. Então, a ligação da gente era com o Dom Hélder, lá em Recife, com o arcebispo de João Pessoa que também por baixo dava um apoio a gente e a Diocese de Crato. O Pe. Cleides botava nós pra ir pra as Assembleias de CEBs no Crato, pra gente ir aprendendo (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

A partir de 1984, Pe. Cleides assume a coordenação diocesana de pastoral. “A situação em que se encontrava a pastoral diocesana de Cajazeiras era a menos favorável possível, sobretudo na linha das novas tendências pós-conciliares” (SOUSA, 2003, p. 94). Com Pe. Cleides na coordenação diocesana de pastoral, a diocese retoma o vínculo no Regional Nordeste II, participando dos encontros promovidos pelo mesmo, “e isso talvez tenha sido fundamental para uma nova postura social, uma vez que a Igreja local passou a sofrer influências de outras” (SOUSA, 2003, p. 95).

Além do mais, Pe. Cleides, através de ajuda financeira de instituições alemãs, “passou a promover a formação dos leigos diocesanos de acordo com as linhas e orientações gerais do Regional” (SOUSA, 2003, p. 95), fomentando o surgimento de lideranças leigas na medida em que ele ia articulando e organizando a formação das CEBs no território diocesano. O laicato passou a ter mais espaço para atuação e começou, também, a participar de formações e das assembleias diocesanas de pastoral, que ocorrem até hoje, anualmente para avaliação e planejamento das atividades em todo território diocesano.

Em seu depoimento, Pe. Gervásio enfatiza que não havia aceitação do clero para a participação do laicato nas assembleias da pastoral diocesana.

Quem quebrou isso aí foi o Padre Domingos Cleides Claudino. Quando coordenador diocesano de pastoral, rompeu com isso, acabou com esse clericalismo fechado da pastoral da Igreja de Cajazeiras, promovendo a presença das religiosas e dos leigos também nas assembleias diocesanas de pastoral (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>).

Com a abertura e os incentivos recebidos pela hierarquia da Igreja, como os padres responsáveis pelas paróquias e coordenações diocesanas, através de formações, de intercâmbios com outras realidades de Igreja que compõe o Regional NE II, bem como a confiança no potencial do laicato para desenvolver a missão, percebe-se o quanto essas lideranças se expandiram e provocaram transformações e que, até hoje, carregam esse selo indelével do seu engajamento, da sua contribuição e da perseverança.

#### 4.7 LUTA PELA TERRA NA DIOCESE DE CAJAZEIRAS

Na década de 1980 existia, no Regional Nordeste II, a Pastoral Rural. Movida pela identificação com o campo, a leiga Socorro Goveia, “sai” das CEBs e funda a Pastoral Rural na Diocese de Cajazeiras. Segundo a mesma, Pe. Cleides recebe um convite para um encontro de pastoral em Caruaru-PE e a incentiva a participar.

Pe. Cleides: “Você vai?” Vou. Num sabia nem o que era. E aí quando chego lá, era toda luta pela terra. Na época, né? Tinham matado o Pe. Josimo, já tinha terminado a fase da Ditadura, já foi em oitenta e seis (86). E aí, muita violência no Brejo paraibano, no litoral na luta pela terra. Enquanto a gente estava aqui com as CEBs, a Pastoral de Juventude lá já estava avançando na questão da luta pela terra (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

O que Socorro vivenciava com as CEBs não lhe bastava. A realidade do campo no território diocesano lhe impulsionava a ir além. A questão da luta pela terraurgia em seu ser, como ela mesma afirma: “eu num sei porque a minha paixão pelo campo, né?” (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>). A partir do encontro em Caruaru-PE, ela traz consigo o ideal de fundar a Pastoral Rural.

Quando cheguei, Pe. Cleides eu quero sair das CEBs e quero fundar a Pastoral Rural, o senhor topa? Aí ele disse: “é, vamos ver e, o bispo? Mas vamos tentar”. Aí eu peguei esse pessoal das CEBs – Valdeci, Zé Lisboa, Zequinha, Cícera. E aí, fizemos uma reunião. Pe. Cleides mandou dizer para Pe. Hermínio que a gente tinha uma reunião, que ele viesse, não veio mandou Frei Anastácio. Aí nós conhecemos Frei Anastácio nesse tempo que coordenava a Pastoral Rural de João Pessoa e aí atendia um pouco a Paraíba. Aí fundamos a Pastoral Rural nesse período, em oitenta e seis (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

Socorro Goveia inicia a Pastoral Rural na diocese, como enfatiza, e recebe o apoio e incentivo de Pe. Cleides. Como a pastoral abrangia a dimensão diocesana, precisava do reconhecimento de Dom Zacarias e o obteve. Entretanto, “pra ele [Dom Zacarias], a Pastoral Rural era pra estudar a questão da terra na Bíblia. Não falava de ocupação de terra, num falava dessas coisas, era uma coisa melindrosa, né?” (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

A pastoral buscava viver o que refletia a partir da bíblia. Ela partiu para a luta com os camponeses e camponesas pelo direito à terra, “aí a Pastoral Rural sobreviveu ainda dois (...), começa os conflitos quando a gente vai pra comunidade e tudo, aí começa os conflitos em Três Irmãos e aí foi um Deus nos acuda” (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

Esses conflitos aconteceram na área de vazante do Açude Público de Pilões<sup>43</sup>. Mediante os conflitos, o bispo passa a intervir na ação da pastoral e de quem com ela se somava.

O bispo proíbe as irmãs [Missionárias da Sagrada Família], proíbe Pe. Cleides, proíbe nós tudim de andar lá. Tudo. O camarada lá, o prefeito de São João liga pra rádio: “é uma grandona, tava lá, manda por Pe. Cleides” que era eu, né? O bispo disse que não queria saber de negócio de terra na diocese (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

A Pastoral Rural consistia na discussão e na luta contra a concentração de terra e da exploração que os agricultores e agricultoras sofriam dos proprietários sobre a renda do que era produzido. Nessa perspectiva, Socorro Goveia se insere na luta com os camponeses na área do Açude de Pilões. A mesma relata:

Era uma área desapropriada, paga pelo governo e os trabalhadores pagando renda, né? Eu num sei como e por onde eles acharam essa reflexão, eu num sei, sei que começou a se mobilizar, começaram a se mobilizar e um certo dia Pe. Cleides ligou e eu tava chegando de Recife, cansada 5:00 hora da manhã, “Socorro pra ir pra Triunfo que têm um grupo de agricultor lá, que quer se reunir e tudo”. Lá eu inocente mais Risoaldo, quando nós chega lá minha fia, os agricultores tava era com a terra ocupada, de foice, roçadeira, enxada, machado, tudo quanto era de ferramenta. Eu disse: pelo amor de Deus eu vou... Risoaldo nós vamos fazer o quê? Eu num sabia nem o que fazer, né? Tava começando a participar das reuniões, a gente estudando só a Bíblia e tudo. A primeira ação concreta minha foi essa, aí eu disse pra os agricultores, vocês me desculpem, mas eu num sei não o que fazer não. É a minha primeira vez eu tô aqui até assustada. O que é que a gente vai fazer? “Daqui a gente num sai não?”, então, pronto eu tô mais vocês e também daqui eu num vou sair” (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

O Pe. Cleides depositava confiança em Socorro Goveia e a mesma, convicta da sua missão e da necessidade do povo por terra, se lança com ousadia, “eu tô mais vocês e também daqui eu num vou sair” (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>). Ele pede, ainda, que Socorro Goveia permaneça na luta com os agricultores e agricultoras. “Aí Pe. Cleides pediu pra gente ficar um pouquinho e tudo, as irmãs não foram mais lá, né? O padre também não andava mais lá e nós andava nas escondidas sem muita divulgação” (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

---

<sup>43</sup> O Açude de Pilões está situado no município de Triunfo-PB, território pertencente à Diocese de Cajazeiras, “inicialmente as terras pertenciam as freiras do Convento da Glória, de Recife-PE. Na década de 1930, quando da construção do Açude de Pilões, as terras foram desapropriadas pelo Estado e, desde então, uma parte considerável que não foi submersa pelas águas foi apossada por grandes latifundiários da região”. No projeto de engenharia sua bacia hídrica deveria ter uma extensão bem maior que a atual, no entanto seu tamanho foi redimensionado e, “desde então, uma parte considerável que não foi submersa pelas águas foi apossada por grandes latifundiários da região”, essa vasta extensão de terras públicas era administrada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), esse departamento autorizou o uso dessas terras para pastagens de criação de gado de grandes fazendeiros e políticos de São João Rio do Peixe (na época Antenor Navarro). A população que morava no entorno da área da barragem, começaram a luta pela posse da terra, dessa organização se desdobra o Assentamento Três Irmãos (Livro da 11ª Romaria da Terra e da Água do Sertão – Diocese de Cajazeiras, 2004).



A fala de Socorro Goveia deixa transparecer sua teimosia e sua fidelidade com os que estavam na luta. Os leigos e as leigas gozam da liberdade por não estarem presos às estruturas eclesiais institucionalizadas. Atuavam como cristãos, como Igreja no lugar social, mas também não se deixavam dominar pelos medos impostos pelas estruturas eclesiais. A luta e a conquista pela terra no Assentamento Três Irmãos foi um de vários conflitos enfrentados por Socorro Goveia. Ela destaca, dentre eles, o de Bonito de Santa Fé, Catolé do Rocha, Riacho dos Cavalos e Assentamento Acauã.

A metodologia de trabalho utilizada por Socorro Goveia passava, primeiramente, pela escuta, e isso a sensibilizava com a causa dos pobres, dos agricultores e dos injustiçados. Indo, com Pe. Cleides até Bonito de Santa Fé, participar da festa do padroeiro, o padre a solicita para se reunir no interior da Igreja, como ela enfatiza, para “escutar os agricultores”, que começam a partilhar a vida deles: “E nós queremos deixar de pagar renda, e nós queremos num sei o que, vocês apoia?”. Apoia, ‘apoia mesmo?’ apoia. Ninguém acreditava, eles não acreditavam que a gente ia apoiar, por causa do bispo, né? Do fechamento do bispo” (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

A partir desse encontro em Bonito de Santa Fé, surgiu outro onde foi articulado uma mobilização pelas ruas da cidade e a ocupação da terra. Isso reverberou através da imprensa e o bispo tomou conhecimento, acabando com a Pastoral Rural na diocese e proibindo os membros dessa pastoral de participarem da assembleia da Pastoral Rural, que aconteceu no regional (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

Com o fim da pastoral, ressalta Socorro, “a gente faz o quê? Se torna CPT”, o conflito e ocupação de Bonito de Santa Fé aconteceu em setembro de 1988 e no início de 1989. O grupo que era CEBs, depois Pastoral Rural, se torna CPT (Comissão da Pastoral da Terra). Para existir, a CPT necessitava do reconhecimento de um bispo e, como não havia aceitação da parte de Dom Zacarias, Socorro Goveia foi até Patos e conseguiu que Dom Gerardo, bispo de Patos, assinasse a documentação como responsável pela CPT, “por isso, que se tornou Comissão Pastoral da Terra do Sertão, até hoje ainda não é da Diocese de Cajazeiras, que ela foi criada assim, CPT do Sertão, aí era Patos e Cajazeiras” (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

Inicialmente, a sede da CPT era em Uiraúna, numa pequena sala na casa de uma tia de Socorro Goveia. Com a saída dos padres italianos da diocese, o Abrigo Luca Zorn, fundado e mantido por eles, em Cajazeiras, fecha. Em seguida, Socorro Goveia e Socorro Ferreira, também de Uiraúna, conseguem através dos coordenadores do abrigo – Fanca e José Apolinário, transferirem a sede da CPT para o abrigo. Socorro Goveia e Socorro Ferreira levaram seus pertences e pouquíssimos utensílios domésticos. Segundo Goveia (2021<sup>14</sup>):

“quem sustentava nós, na época, éramos os agricultores, já de Bonito de Santa Fé, de Riacho dos Cavalos e Três Irmãos, essas áreas primeiras que a gente tinha ajudado a eles a permanecer na terra já trazia os alimentos pra gente”.

Além de Pe. Cleides e das irmãs da Congregação Missionárias da Sagrada Família, Socorro Goveia cita o apoio de Pe. Raimundo, que era responsável pela paróquia de Fátima, em Cajazeiras; Pe. Gervásio; Pe. Mangueira, em Sousa; os frades franciscanos em Catolé do Rocha; as irmãs Missionárias Carmelitas, em Cajazeiras; Ir. Fernanda, religiosa da Sagrada Face; e Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, que residiam em Jericó. Cita, ainda, o apoio de docentes universitários, tais como Mariana Moreira, Rovilson, Adelaide e da leiga, Elinete, membro do MER (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

A leiga Zefinha Teixeira, membro do MER, foi uma das fundadoras e primeira presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), de Cachoeira dos Índios. Conheceu e se engajou no MER através do Pe. Mauro que, ao chegar à paróquia, iniciou um trabalho de visitação às famílias da zona rural. Isto permitiu que ele tomasse conhecimento da realidade local, da situação de vida das famílias, dos trabalhadores rurais explorados pelos proprietários de terra, etc. além da visitação, ele realizava reuniões e, foram essas reuniões em que Zefinha participava, que as impeliu para o envolvimento com as causas sociais.

Morava no sítio e quase sempre participava das reuniões. Era professora primária da prefeitura. Surgiu vários grupos de comunidades de base. Nas discursões dos problemas, vimos a necessidade de organização de classe. Ter um STR, cooperativa agrícola. Entre 1969 e 1970 o vigário convidou eu e mais 4-5 agricultores a participar de um encontro do MER a Cajazeiras (TEIXEIRA, 2021<sup>39</sup>).

A partir do trabalho de base realizado pelo Pe. Mauro Carli nas comunidades, foi-se despertando a necessidade de uma organização mais sistemática. Zefinha relata, então, como foi fundando o STR.

Nas comunidades foi muito discurso e eram muito entusiasmados de terem um sindicato. O Pe. Mauro informou-se na FETAG e estavam dando cursos para a fundação de novos sindicatos. O vigário (não sei o porque) me falou desse curso e se eu gostaria de participar. Aceitei o convite (eu tinha 23 anos, nunca tinha ido a João Pessoa, viajar sozinha uma camponesa do sítio, um pouco de medo eu tinha, mas deu tudo certo). Após o curso, fizemos muitas reuniões e finalmente depois de muitos documentos, fundamos o STR. Na votação fui eleita como presidente (TEIXEIRA, 2021<sup>39</sup>).

O grande desafio do MER, em Cachoeira dos Índios, era enfrentar os grandes e médios proprietários de terra, a fim de que agissem conforme a lei nº 4.504 do Estatuto da Terra, a qual, garantia ao agricultor, 80% da produção, enquanto que os proprietários exigiam 50%.

“O problema de renda, que era exatamente o que vinha acabando com o trabalhador, né? Acabava com o trabalhador, por que pagar 50% da produção, não é brincadeira não, né? Seu patrão não entrava com nada, só a terra” (MARRETA, 2021<sup>35</sup>). Somado a este desafio estava a convivência de bispo e de alguns padres da diocese que também eram proprietários e que, de forma explícita ou implícita, se colocavam no lugar dos grandes.

Além da Pastoral Rural e da CPT, o MER desenvolveu também um trabalho junto aos agricultores e agricultoras, fundando sindicatos, cooperativas agrícolas e associações, lutando por Reforma Agrária nos municípios pertencentes à Diocese de Cajazeiras – Boqueirão dos Coxos (Igaracy), Santa Cruz, Cachoeira dos Índios, Santa Helena e Uiraúna (SANTOS, 2010, p. 145).

#### 4.8 PERSEGUIÇÃO AO LAICATO DURANTE OS REGIMES DITATORIAIS CIVIL MILITAR

O regime ditatorial civil-militar, em Cajazeiras, não ocorreu de forma passiva e tranquila como, costumeiramente, relatam. Na região, maior parte da população não tinha conhecimento e consciência do que, de fato, foi a Ditadura, apesar de sentir os seus efeitos políticos-econômicos-sociais. Pessoas que estavam envolvidas nas organizações, movimentos e lutas pelos direitos e justiça social, muitas vezes tiveram que atuar de forma discreta, realizando reuniões em locais estratégicos.

Nessa época as reuniões da gente, da gente ficou bem, bem restrita mesmo. A gente se... entrava lá pra reuniões da nossa casa lá, por exemplo, marcávamos um horário e a gente ia entrando sutilmente, né? Na nossa casa tem um quintal grande, então, nós reuníamos nesse quintal, na sala, mas cada um que... quando tava bem livre que não tinha ninguém de olho no trabalho, né? Pra ver que, que a gente tava fazendo, a gente vinha se juntava na, na calçada pra conversar, depois entrava pra reunião. Nessa época era mais... tinha que ter mais cuidado, né? (SANTOS, 2021<sup>18</sup>).

Outras lideranças relataram que temiam que a Polícia Federal realizassem visitas à sindicatos e residências de lideranças para interrogá-las, pois o sistema vigente operava em favor dos grandes.

Não era fácil quando um patrão era convocado pelo STR para resolver uma causa com o sem meeiro, sempre com ameaça, gritos, punho forte no birô. Passei por todos esses riscos: perseguição da parte dos patrões e polícia estadual e federal, me controlavam para onde eu ia o que eu fazia, tinha sempre uma espiã de todo lado. Quando se faz um trabalho de conscientização com o povo sofredor és comunista, subversivo. Uma frase de Don Helder: se dou um prato de comida a um pobre dizem que sou santo, mas quando pergunto porque não tem o que comer dizem que sou comunista (TEIXEIRA, 2021<sup>39</sup>).

Em Cachoeira dos Índios, nos anos de 1975 e 1976, a Polícia Federal realizou várias visitas ao STR e a pessoas ligadas a ele.

Por três semanas, dois agentes da polícia federal ficaram no STR de Cachoeira dos Índios. Todos dias interrogavam quatro trabalhadores: dois pela manhã e dois à tarde. Um total de 20 trabalhadores foram interrogados. Os policiais tinham a lista dos nomes dos trabalhadores que deviam ser interrogados. Nunca soubemos com certeza quem deu esses nomes (SANTOS, 2010, p. 201).

Sobre este ocorrido, Zé Marreta ressalta que os agentes ficaram hospedados em um hotel, em Cajazeiras, e que durante uma semana, a partir das 07h00min, estavam no sindicato fazendo os interrogatórios. O mesmo relata, ainda, como foi abordado pelos agentes da polícia federal.

Primeiro me ouviu, depois me ouvindo, ouviu parece que a secretária do sindicato e eu, e conselho fiscal e um bocado de trabalhador (...). Semana todinha (...) só ouvindo e fazendo, anotando lá, depois só assinava, eu sei que passavam uma semana. (...) e a gente ficou até meio assustado, mas não tinha, num tava devendo e eles ficaram, mas muita gente dizendo o Sindicato agora fecha, vai presa a diretoria, mas graças a Deus nem foi preso ninguém, nem fechou o Sindicato (MARRETA, 2021<sup>35</sup>).

No dia 13 de dezembro de 1975, agentes da polícia federal interrogaram, também, a líder sindical Zefinha Teixeira, a qual residia no sítio Baixa Grande, como relatam lideranças leigas desse período.

Os policiais foram a Baixa Grande. Desceram do jeep e, armados de metralhadoras, chamaram Zefinha a uma distância de cem metros da sua casa. Fizeram um interrogatório que durou mais ou menos uma hora. Primeiro queriam saber quem eram as pessoas que estavam sentadas na calçada de casa. Ela disse eram parentes que vieram para assistir a renovação do Coração de Jesus. Realmente ia haver a renovação. Eles insistiram muito sobre uma revolta que estávamos organizando de trabalhadores contra patrões e que à frente de tudo isto estava o vigário de Cachoeira dos Índios. Naquele momento, Zefinha reagiu com muita coragem e calma. Respondia sempre justificando e defendendo todos os companheiros que eles citavam. Os parentes e amigos, principalmente o pai estavam muito preocupados, pois fazia muito tempo que eles falavam com Zefinha, com a metralhadora em mão (SANTOS, 2010, p. 201).

Ocorreu intensa pressão sofrida por essas lideranças, as quais “eles queriam por fim da força que a gente assumisse, assumisse que era revolucionário, né? Revolucionário. O que não era, a gente tava procurando um meio pra ver se diminuía (...) essa renda” (MARRETA, 2021<sup>35</sup>).

Daí os desafios e a ousadia em atuar na luta pelos direitos e pela justiça nesse período. As lideranças de Cachoeira dos Índios buscavam os direitos dos agricultores e agricultoras, direitos que constam no Estatuto da Terra, lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. “A lei que diz que não existe essa renda” (MARRETA, 2021<sup>35</sup>) de o agricultor pagar 50% da produção ao proprietário.

Aí tinha a família Moreira aqui que era uma família muito grande e nós continuava fazendo reunião e ele denunciava a gente, né? Que tava fazendo coisa arbitrária, fazendo reunião debaixo de pé de pau [...]. Aí eu fui chamado até no, em João Pessoa, batalhão de engenharia do exército, fui uma vez pra Cajazeiras, inclusive delegado me fez um medo danado, disse, mostrou um quadro de retrato e disse: “Você tá vendo esses retrato aqui todinho?”, tô. “De tudo gente ixilado, viu? Que tá fora do Brasil por conta de coisa assim do tipo...”, não, mas nós... nós tamo cumprindo essa lei aqui, [...] Olhe, a lei 4.504 no Estatuto da Terra, e essa Lei é Federal, [...] Num é nós que tamo inventando (MARRETA, 2021<sup>35</sup>).

Os presbíteros que atuavam junto com as lideranças leigas também eram perseguidos. Em viagem para Recife, Mauro Carli “lá chegando, um seu amigo disse: - Estás louco de vir a Recife! Mostrou o jornal ‘Diário do Pernambuco’ que estampava a foto de Mauro com o título: ‘Padre italiano arma camponeses para a revolta no sertão da Paraíba’” (SANTOS, 2010, p. 202).

Tendo superado o tempo de enrijecimento da Ditadura, é tomado conhecimento de forma mais nítida do que ocorria, das perseguições e das investigações. Sabe-se que a líder “Zefinha frequentava o curso de letras, na Faculdade de Cajazeiras. Depois que terminou os estudos, Pe. Luís Gualberto, que era o diretor, disse que três vezes por semana durante as lições e principalmente durante o intervalo, ela era controlada pela polícia federal” (SANTOS, 2010, p. 202),

Para a leiga Zefinha, viver e atuar no período dos regimes ditatoriais civil-militar gerou preocupação e medo pela vida dela. No entanto, foi uma experiência bela, muito rica e satisfatória ao ver resultados com a melhoria e conquistas naquilo que lutavam (TEIXEIRA, 2021<sup>39</sup>).

#### 4.9 POSICIONAMENTO DA IGREJA CATÓLICA HIERÁRQUICA FRENTE AO LAICATO

Em depoimentos militantes, leigos da Igreja, em Cachoeira dos Índios, relataram que a intervenção do bispo e de alguns padres dificultavam a luta pelos seus direitos. O bispo e alguns padres eram coniventes com os proprietários. “Eles [proprietários] fizeram várias

denúncias do STR ao governo e à justiça. O bispo, e alguns padres, eram proprietários e estavam de acordo com as denúncias. Outros padres eram neutros, talvez por medo” (TEIXEIRA, 2021<sup>39</sup>).

Quanto à afirmação de Zefinha Teixeira sobre o bispo ser proprietário de terra, o padre Gervásio confirma ao relatar que “ele tinha uma pequena propriedade, herança de seus pais. Dom Zacarias era muito conservador, mas era um santo. Nem se pensar, é claro, em conluio de Dom Zacarias com comunismo (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>).

Certamente, por ser possuidor de terras, Dom Zacarias Rolim de Moura resolve iniciar a Frente Agrária como preparação para o sindicalismo rural, como afirma padre Gervásio: “Dom Zacarias, bispo de Cajazeiras, filho de proprietário rural e, por herança, ele mesmo pequeno proprietário, resolveu começar na diocese a Frente Agrária, uma organização para mobilizar os camponeses e prepará-los para futura sindicalização” (ASSUNÇÃO, 2019, p. 62). É importante destacar que, nesse período, os sindicatos eram amparados pela lei e serviram também de máquina para “controlar e disciplinar os movimentos sociais” (ASSUNÇÃO, 2019, p. 63).

“Na década de 60, a Igreja compromete-se com Movimentos de Educação Popular (Movimento de Educação de Base) e com o sindicalismo rural, estimulada também pelo Governo para concorrer com as Ligas Camponesas de Francisco Julião no Nordeste” (BEOZZO, 1979, p.8).

Questionado se tinha apoio da diocese na pessoa do bispo, Zé Marreta, líder sindical em Cachoeira dos Índios, atuante desde a fundação do sindicato, se mostrou receoso em falar para não mexer na memória do bispo que já havia falecido há muito tempo, mas afirmou: Ele não, não apoiava não, o trabalho nosso. A vez, às vez (...) uma reunião e ele ia participar, (...) ele era contra, e era a favor dos proprietários”. E acrescenta sobre a participação do bispo nas reuniões do Movimento,

ele tava, ele ia participava da reunião, a gente via que ele não gostava, né? Num gostava. Ele dizia nas próprias palavras que o trabalhador não devia, não devia exigir tanto do proprietário. Inclusive ele não gostava muito do sindicato, o bispo, num gostava não. (...) a balança dele puxava mais pro patrão (MARRETA, 2021<sup>35</sup>).

Para o historiador Sousa (1998), nas décadas de 1960/70 a “ação social” da Igreja diocesana de Cajazeiras, tinha como principal expoente de ação, o Pe. Gervásio. Seu trabalho constava do fortalecimento da Ação Católica, da fundação do GRUJUCA, da atuação na Frente Operária e da fundação do STR em Cajazeiras, influenciando outras cidades da diocese

à criação do mesmo. Pelas entrevistas realizadas nesta pesquisa e acesso a fontes bibliográficas, certificamo-nos que o presbítero estava à frente desses grupos e organizações. Evidentemente, não agia só. Havia grupos formado por leigos e leigas que somavam nessa caminhada, no entanto, era ele quem determinava as ações juntamente com o responsável maior, o bispo Dom Zacarias. Vale ressaltar que os registros não dão ênfase ao trabalho do laicato.

Enquanto coordenador de pastoral diocesana, a partir de 1964, Pe. Gervásio enfatiza que as formações oferecidas pela diocese para o laicato, estavam voltadas mais para a juventude, catequistas e para dimensão litúrgica e, em menor grau, para a ação social (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>).

Ou seja, a dimensão social, a fé e a vida não tinham centralidade na caminhada da Igreja. “A Igreja Católica de Cajazeiras tem uma tradição inegavelmente centralizadora e clerical. Seu governo sempre foi marcado pela primazia do clero sobre os leigos, mesmo em questões nas quais estes deveriam assumir a liderança” (SOUSA, 1998, p. 34).

A participação mais efetiva do laicato nas pastorais e assembleias diocesanas veio acontecer quando o Pe. Domingos Cleides, da paróquia de Uiraúna, assume a coordenação de pastoral da diocese.

Questionada sobre o lugar, apoio, participação e formação do laicato na Diocese de Cajazeiras, Zefinha enfatiza que:

[...] 50 anos atrás, a participação de leigos(as) na diocese era muito pouco. A diocese fazia no início do ano um encontro para preparar o plano pastoral da diocese com a participação do clero e leigos (as) representante da pastoral das paróquias. Iniciava a formação de conselho paroquial, que antes do concílio Vaticano II não existia a pastoral com leigos (as) (TEIXEIRA, 2021<sup>39</sup>).

Em relação ao apoio, fala que no início da caminhada recebe apoio da Igreja, mas havia muitos padres que não eram nem contra e nem a favor, “Penso que tinham medo de ir contra a Ditadura (TEIXEIRA, 2021<sup>39</sup>).

A partir do Concílio Vaticano II, percebe-se que, mesmo que timidamente, se inicia um processo de “abertura” eclesial para as lideranças leigas. Quando Zefinha fala que “Iniciava a formação de Conselho Paroquial”. No entanto, os conselhos paroquiais, pelo o regimento da diocese e de cada paróquia regida pelas normas diocesanas, não são deliberativos, e sim consultivos. A última palavra é sempre a do padre. Neste caso, a voz do laicato terá força se o padre criar o conselho e tiver abertura para acolher as propostas, iniciativas e inspirações do laicato. Falamos de abertura ao comparar os tempos anterior ao Vaticano II, mas a realidade ainda é de fechamento. Os conselhos pastorais, “são organismos

de participação e corresponsabilidade. A ausência de Conselhos Pastorais é reflexo de centralização e do clericalismo” (CNBB, 2017, p. 79).

Para o historiador Sousa (2003), o trabalho de Pe. Cleides na Diocese de Cajazeiras, junto ao laicato “priorizou, sem dúvida, a promoção humana e social. Adepto incontestado da Teologia da Libertação (...)” (SOUSA, 2003, p. 95). Apesar da linha eclesial do bispo ser conservadora, “a Teologia da Libertação foi ganhando bastante respaldo entre os leigos, e isso num momento em que o Magistério da Igreja começava um processo de valorização oficial do laicato” (SOUSA, 2003, p. 96).

A linha da Teologia da Libertação e a vivência das CEBs favoreciam a participação do laicato e descentralizava o poder da elite eclesiástica. Podemos deduzir, com isso, a não aceitação dos presbíteros a essas mudanças e a participação dos leigos nas decisões e um maior engajamento deles na vida da Igreja, em decorrência do medo de perder poder e espaço. Para Sousa (2003, p. 104):

O elemento que impediu que as comunidades de base tivessem amplo acesso e apoio nas paróquias não foi o seu conteúdo político, mas a ideia de uma Igreja descentralizada que parte do povo e que atribui uma dimensão ao ministério do pároco: a de articulador, animador e organizador ao invés de autoridade. As resistências impostas pelo clero às Comunidades Eclesiais de Base são justificadas geralmente pelo seu conteúdo político.

No que se refere a “influência” da Teologia da Libertação na Diocese de Cajazeiras, Sousa atribui a ação pastoral de Pe. Cleides ao interpretar o Concílio Vaticano II com o viés marxista.

[...] ele [Pe. Cleides] fez a interpretação da abertura pós-conciliar a partir da concepção frequente da Teologia da Libertação a esse respeito e abraçou, sob essa orientação, **o projeto de libertação das massas oprimidas**. Aí foram inseridos com a liberdade os elementos marxistas da sociedade (SOUSA, 2003, p. 97, grifos nossos).

Com a abertura para acolher o protagonismo do laicato na Igreja e na sociedade, o Pe. Cleides fomentou o surgimento de muitas lideranças, que atuaram fortemente na dimensão social, na luta pela justiça, na defesa da vida e abraçaram “**o projeto de libertação das massas oprimidas**”. Como enfatiza Sousa (2003, p. 103):

a maior expressão de oposição à mentalidade centralizadora da Igreja foi o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nas suas mais diversas formas e expressões. Surgiram comunidades eclesiais de base em Cajazeiras já na década de 70, a partir do trabalho dos padres italianos. Desenvolveram-se na “era Cleides”, quando o nível de influência da Teologia da Libertação alargou-se.



Sobre esta afirmação, padre Gervásio reafirma que as CEBs realmente surgiram “com o trabalho desenvolvido com os padres italianos”. Alguns padres da diocese também se esforçaram na mesma direção pastoral. No entanto, ele não detalha esse trabalho desenvolvido pelos padres com as CEBs, pois que nesse período se encontrava em Roma para estudos. Mas questionado sobre o que de novo surgiu com o advento das CEBs, ele afirma que o processo é lento, mas que houve “uma participação cada vez maior na pastoral da paróquia, na diocese (...)” (QUEIROGA, 2021<sup>27</sup>).

O laicato realiza o trabalho com muito esmero e, em sua maioria, são privados de meios que lhes possibilitem dar passos mais largos na caminhada ou na ação, pois estão sempre em condições de dependência, mesmo daquilo que lhe é essencial para a missão. Situação confirmada pelo contexto de Cachoeira dos Índios que, para realizarem as reuniões nos sítios, as lideranças leigas aproveitavam a ocasião das celebrações das missas para irem com o padre. “Nos sítios distante as reuniões eram no domingo que o padre ia celebrar a missa. Aproveitava a passagem do carro, porque não tinha outro meio de transporte” (TEIXEIRA, 2021<sup>39</sup>).

Há quem justifique que as condições financeiras da paróquia, bem como o contexto social daquele tempo, eram poucos os que dispunham de veículos automobilísticos. Mas essa falta de meios, ou essa dependência para os leigos e leigas executarem a missão, é uma prática que perpassa até os dias atuais. Pode ser carência, mas a falta de planejamento, prioridade e valorização do trabalho laical, são práticas cotidianas nas realidades paroquiais. A prática do laicato é tida como algo secundário em relação ao exercício presbiteral. No entanto, esse trabalho é a força motora da Igreja em suas pequenas células vivas que são as comunidades eclesiais e, até mesmo, nos grandes centros urbanos, em suas igrejas matrizes.

As reuniões realizadas na zona rural de Cachoeira dos Índios pelo MER tinham, por finalidade, discutir a realidade local, explicar as leis trabalhistas e Funrural e esclarecer os serviços prestado pelo STR (atendimento médio e odontológico, aquisição de bolsas de estudo para filhos de agricultores, aposentadoria para os homens acima de 65 anos). Essas reuniões eram realizadas com o apoio do presbítero e até eram articuladas como se fossem um encontro de catequese, em virtude da Ditadura. Dizer que era um encontro de catequese, afirma Teixeira, “para nós era uma cobertura” (TEIXEIRA, 2021<sup>39</sup>).

Zé Marreta enfatiza, também, o apoio da Igreja para realização de reuniões com as famílias agricultoras. “Quando não fazia na sede do Sindicato, às vezes a gente fazia até na

casa paroquial. Pedia o padre e fazia. A Igreja ajudava muito nós e eu fazia parte também”. (MARRETA, 2021<sup>35</sup>).

Sobre essa ligação do laicato e de movimentos sociais com a Igreja Católica, Moraes (2011, p. 49) enfatiza que,

para o movimento popular, o espaço religioso do salão paroquial se tornou o *locus* mais importante das reuniões e reivindicações durante os primeiros anos da década de 1970. Estar “dentro do salão paroquial” tinha o sentido de estar protegido, amparado no terreno simbólico da respeitabilidade da instituição, onde se expressava livremente pluralidade de críticas contra o Estado autoritário.

Isso ocorre pelo fato de a Igreja ser uma instituição que exerce uma forte influência na sociedade, na educação e nas esferas governamentais. Há uma relação Igreja e Estado. Daí uma das razões do laicato, movimentos e pastorais sociais se sentirem “protegidos” estando no espaço eclesiástico.

#### 4.10 CONTRIBUIÇÕES DO LAICATO NA CONFIGURAÇÃO DA IGREJA DIOCESANA DE CAJAZEIRAS E DA SOCIEDADE

A visão de que, ao laicato são restritas apenas as dimensões seculares, é equivocada e precisa ser superada. Os leigos participam e ministram ritos litúrgicos, estão inseridos em funções burocráticas e administrativas da Igreja e em serviços mais modestos e, aos que exigem mais uma formação intelectual, buscam no seu cotidiano colocar em prática os ensinamentos evangélicos e doutrinários transmitidos pela Igreja, portanto, “não é evangélico pensar que os clérigos – ministros ordenados – sejam mais importantes e mais dignos, sejam “mais” Igreja do que os leigos” (CNBB, 2017, p. 65).

Essa superação só será capaz através do reconhecimento do valor que o laicato tem para a instituição e para as esferas sociais. Serem tratados como membros do mesmo corpo, receberem uma formação intelectual inclusiva e não diferenciada. Isso será possível quando a Igreja efetivar uma mudança estrutural.

O protagonismo e a militância dos leigos e das leigas são movidos pela fé. O laicato sabe muito bem unir fé e vida, assumindo seu batismo, sendo Igreja aonde vai e configurando, assim, o rosto da sociedade.

O laicato da Diocese de Cajazeiras, no período dos regimes ditatoriais civil-militar, posteriormente, mobilizou a sociedade civil nas periferias, nas escolas e na zona rural, a fim de lutarem pelos direitos à moradia, educação, terra, energia, saúde, saneamento básico e a

uma menor porcentagem na produção agrícola junto aos latifundiários, enfim, à uma vida digna.

O STR de Cachoeira dos Índios, que foi fundado por iniciativa da Igreja na pessoa de Pe. Mauro Carli, e lideranças leigas que despertavam e atuavam na paróquia, a citar Zefinha, Zé Marreta, Pebinha, dentre outras, foi de grande relevância para melhoria de vida do homem e da mulher do campo. Mauro Carli, ressalta que, através do sindicato,

[...] em 1971-1972 chegou a assistência do FUN RURAL, com um médico e um dentista, vinha uma vez na semana. Bolsa de estudos para filhos de agricultores. 1972, finalmente chegou a aposentaria para os agricultores, era somente para os homens com mais de 65 anos. Era meio salário mínimo. Eram muito contentes e já se via um pouco melhor a vida. O trabalho mais importante era os direitos dos agricultores meeiros, também dos pequenos proprietários, que trabalhavam em terra dos grandes proprietários, porque a sua terra não era suficiente (CARLI, 2021<sup>15</sup>).

Em Cachoeira dos Índios havia um trabalho conjunto envolvendo jovens e adultos, pastorais e sindicato, em vista do bem comum.

“Os leigos e leigas, jovens e menos jovens, contribuíram muito, eram satisfeitos nos trabalhos de pastoral, sentiam-se útil nos trabalho do sindicato, catequese, grupo de jovens. Formamos uma equipe paroquial, com representantes de cada tipo de pastoral” (CARLI, 2021<sup>15</sup>).

Para Zefinha Texeira, a motivação que a levou abraçar a luta por justiça social, a “opção preferencial pelos pobres”, justo em um período tão delicado e obscuro na história do Brasil, foi a sua condição de vida e de tantos lavradores e lavradoras que trabalhavam muito e que viviam em situação de miséria, enquanto que os patrões esbanjavam fartura e não viam a miséria do povo.

Sou filha de um pequeno proprietário e, quando era criança, trabalhava na roça, com o calor que tem, tudo a mão, com uma grande fadiga. Tinha muitas famílias que viviam em misérias. Despertando a nossa consciência surge o porque: são tão pobres lavoram todo dia e o dia todo na terra seca, quente derramando tanto suor e não tem o suficiente para comer, porque os patrões não vê essa miséria?” (TEIXEIRA, 2021<sup>39</sup>).

Motivos semelhantes levaram Zé Marreta ao engajamento. Durante entrevista, Zé Marreta relata: “na época a gente se achava num era só eu, mas os outros também, muito injustiçado com a parte de renda, renda de terra. Pra quem não tinha terra os proprietários cobravam 50% da produção, né? Principalmente do algodão” (MARRETA, 2021<sup>35</sup>).

O trabalho vivenciado por essas lideranças se dava nas bases, por isso tinha tanta força. Era o próprio povo, ele mesmo protagonizando. Zé Marreta ressalta que as reuniões

eram realizadas nos sítios, na residência de uma pessoa, “fazia às vezes, um dia todinho conversando, discutindo os problemas e tal. A gente fazia uma cotazinha pra fazer o almoço lá e tudo” (MARRETA, 2021<sup>35</sup>). Havia uma preocupação com o bem-estar das pessoas, com uma vida em plenitude.

Alguns italianos, conterrâneos de Pe. Mauro, vieram morar em Cachoeira dos Índios. Dentre esses, uma enfermeira e um mestre de obras. Este construiu um salão paroquial com verbas adquiridas pelo Pe. Mauro. Zé Marreta relata que a enfermeira capacitou, aproximadamente, oito pessoas para realizar primeiros socorros – fazer curativos, aplicar injeções. Foi criado um pequeno posto de saúde, chamado posto da paróquia, “porque o padre dava toda a cobertura, por exemplo, o material ele dava, comprava algodão, gases, mercúrio, álcool, essas coisinhas. Seringas” (MARRETA, 2021<sup>35</sup>).

Mediante as dificuldades inerentes à luta junto ao povo, Zé Marreta afirma, com muita convicção, que nunca pensou em desistir.

“Desistir não, porque eu tava atrás de uma coisa que era direito da gente, direito. Então, medo eu tinha, medo tinha, mas quando dizia assim... abandonar uma coisa que a gente tinha direito. Tá aqui a lei, todo mundo tá vendo, vamos desistir não e continuamos, **até hoje**” (MARRETA, 2021<sup>35</sup>).

Ao relatar algumas conquistas nos trabalhos de bairros em Cajazeiras, a leiga Rita de Cássia usa a expressão “nós e o povo”, ou seja, a atuação dessas lideranças conduzia o povo para um despertar de consciência de seus direitos e motivá-lo a lutar por eles.

O trabalho desenvolvido por Socorro Goveia, iniciado no final da década de 1970, mediante lutas, conquistas e perdas, tem sido, como ela mesma ressalta, um aprendizado para a vida e que alguns jovens do seu tempo continuam na luta até hoje.

Valeu a pena porque nós jovens absorvemos essa conscientização. Pelo menos, pra mim, serve até hoje. Tudo aquilo que eu vivi, que eu aprendi naquele tempo, a partir da reflexão da Teologia da Libertação e aí com a assessoria do padre e das irmãs, eu tenho até hoje na minha vida. E acredito que muitos. Eu fui pra a área da Reforma Agrária mais Socorro Ferreira, tem Laurecy na área de Educação (...) tem Do Carmo lá em São Paulo, nós temos um grupo que conversamos, esse pessoal que foi do JUNOC; Nino que tá hoje no Rio Grande do Norte. A gente vê que todos tem um nível de consciência ainda hoje bom, que foi esse aprendizado desse tempo (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

O engajamento para a leiga Socorro foi uma oportunidade de vida nova que lhe possibilitou inclusão na sociedade. A sua condição de vida a impulsionou, também, a essa vivência.

Eu digo que foi o meu renascimento. Eu tive uma infância muito difícil, muito pobre, de muita miséria, de não ter onde morar, de não ter aonde comer. Meu pai era portador de uma doença que, na época, não tinha cura. Eu era muito discriminada na sociedade, na escola, na vizinhança, na família. Então, interiormente eu tinha assim, uma vontade muito grande de me libertar. E quando apareceu a proposta dos grupos jovens, eu disse é aí que eu vou entrar, aí eu entrei e comecei com tanta vontade, com tanta força de vontade de mudar. E também pela felicidade de tá aceita ali, de tá tendo uma vida diferente, uma experiência diferente do que eu tive na minha infância (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

Socorro Goveia, desde que iniciou sua inserção na vida da comunidade através da Igreja, permanece atuante na caminhada.

Comecei em 1979 e estou até hoje, nunca desisti. Comecei na Pastoral de Juventude, fui pras CEBs, das CEBs pra Pastoral Rural, da Pastoral Rural pra CPT. Hoje eu tô, sou presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural de Aparecida, sou presidente de uma Associação Sertão Agroecológica que nós temos aqui a nível de sertão, em Cajazeiras, com os Assentamentos, né? Hoje sou coordenadora em Acauã. Fragilizada, muitos problemas de saúde, mas na ativa. Eu digo pra minhas filhas: se eu não tivesse nessa eu já tinha morrido. É o maior alimento que tem pra minha vida, sou feliz assim. Sempre fui firme confio em Deus que vou continuar e morrer assim (GOVEIA, 2021<sup>14</sup>).

O laicato tem rosto e tem nome, precisa ser visto, respeitado, acolhido. Precisa, a ele, ser dada a liberdade para assumir o seu protagonismo. Como percebemos, há uma grande potencialidade no laicato e um poder transformador no meio onde habita e se insere.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa desenvolveu um trabalho na linha da política eclesial. Tendo, como *locus* territorial e eclesial, a Diocese de Cajazeiras-PB, mais especificamente as cidades de Cachoeira dos Índios, Uiraúna e Cajazeiras. Abordamos, aqui, a atuação pastoral e a militância de lideranças leigas da Igreja Católica frente aos regimes ditatoriais civil-militar, período esse em que o rosto de Igreja vinha sendo configurado, a partir do Vaticano, em Roma, com o Concílio Ecumênico Vaticano II. A realidade política e social da América Latina foi um fio propulsor para as transformações internas da Igreja, impulsionando-a a reatualizar sua missão.

Assim sendo, começou a “abertura” para a atuação do laicato nas diversas esferas eclesiais e secular. Evidentemente esse processo ocorreu e, ainda ocorre, de forma gradativa, com avanços e recuos ao longo da história. O laicato foi, e é, agente de transformações na sociedade, na política e na Igreja.

Geralmente, as lideranças leigas desenvolvem sua missão e não são reconhecidas e nem valorizadas enquanto tal. Estão sempre em condição de submissão perante a elite

eclesiástica. O intuito desta pesquisa, a qual julgamos ter atingido seus objetivos, foi investigar historicamente os trabalhos de bases desenvolvidos pelas lideranças leigas na Igreja diocesana de Cajazeiras.

Mediante o que foi exposto ao longo deste trabalho, constatamos uma Igreja institucionalizada, com um poder arraigado e exercido perante um povo e seus governantes, a saber que a mesma tem uma forte influência social e política. Esse poder é exercido através de diálogos conciliatórios, em vista de preservar a imagem e o lugar social. Nessa relação de poder as lideranças laicas que não fazem parte da hierarquia eclesiástica se tornam receptoras dos discursos produzidos pela Igreja e conseqüentemente subservientes as ordens sagradas.

Constatamos em nossa pesquisa uma Igreja particular com raízes profundamente conservadoras, clericais e resistentes às novidades do Concílio Vaticano II. No meio de um clero com perfil tradicional, se encontravam aqueles que se identificavam com uma Igreja dos pobres e para os pobres. Esses somaram ao laicato e foram modelando o novo jeito de ser Igreja.

O laicato começou a ter visibilidade e a receber formações e um maior incentivo para exercer a missão enquanto laicato, de forma mais sistemática, apenas no início da década de 1980, quando Pe. Domingos Cleides assume a coordenação diocesana de pastoral. Isso veio ocorrer mais de duas décadas, pós-Concílio Vaticano II.

De fato, houve um caminho preparatório que possibilitou essa “abertura”. A atuação do Pe. Gervásio, enquanto coordenador diocesano de pastoral, assistente da Ação Católica, dentre outras iniciativas, foi um sinal e o início deste processo. Bem como de forma relevante, houve a atuação dos padres italianos que, pela diocese, exerceram uma missão nas bases, a citar Paolo Zini, Walter Strapagheti, Mauro Carli, Gino Zocchi, Giuliano Pellegrin, Renzo Cassoni e Albino Donati, os quais deram início às CEBs e à leitura popular da bíblia, unindo fé e a vida, despertando lideranças, formando consciência e organizando o povo para a luta de seus direitos e por justiça social.

Numa Igreja clerical e patriarcalista, o laicato tem um lugar secundário, senão de invisibilidade. É mão de obra à serviço do clero, sendo este, no final, quem recebe o reconhecimento por todo trabalho realizado. Estão, quase sempre, em situação de subserviência imposta pelo poder institucionalizado da Igreja. A falta de formação consistente, sistemática e de consciência do seu potencial os levam a sustentar a pirâmide e a divisão de classes no meio eclesiástico, os tornando invisíveis na história.

Muitos homens, mulheres, juventudes lutaram e resistiram ao sistema imposto para fazer com que a vida florescesse e fosse vivida em plenitude pelos pobres, agricultores e

agricultoras, trabalhadores e trabalhadoras e estudantes. A nossa pesquisa identificou algumas dessas lideranças que exerceram um poder transformador na sociedade e na Igreja e que, até hoje, continua atuando na comunidade eclesial.

Conquistas foram alcançadas mediante as lutas, a citar, as organizações nos bairros; pavimentação; saneamento básico; energia elétrica; educação de jovens e adultos; conquista da terra; os direitos dos agricultores e agricultoras de 80% naquilo que era produzido, assegurado pelo Estatuto da Terra; fundação de sindicatos de trabalhadores rurais; cooperativas agrícolas; aposentadoria pelo sindicato rural; assistência médica e odontológica; posto de saúde para atendimento de primeiros socorros; cultivos de hortas comunitárias dentre outras conquistas e iniciativas.

Somando a essas conquistas, o laicato, juntamente com alguns clérigos, fez surgir e difundir as CEBs na Diocese de Cajazeiras, como também suscitar novos trabalhos pastorais na Igreja, fomentando uma maior participação e engajamento a partir dos trabalhos missionários realizados nas bases.

Essa panorâmica foi possível em virtude do contato que tivemos com lideranças leigas e eclesiais da Diocese de Cajazeiras, a citar, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras e Uiraúna. Dentre essas com atuação diocesana, que abrange vários municípios da referida diocese, nos possibilitando uma visão geral e, somando também, a aproximação de fontes bibliográficas.

O laicato transita em duas esferas da vida: social e eclesial. Como não está ligado às estruturas institucionais eclesiais, possuem a liberdade para desenvolver seu trabalho e assumir o seu ser cristão onde quer que esteja. No entanto, as estruturas eclesiais institucionalizadas muitas vezes não viabilizam as ações dessas lideranças, impedindo-as de exercerem seu protagonismo. É importante destacar que esse poder eclesial é forte e tem raízes profundas. Nem sempre é fácil o laicato reagir ao que lhe é “superior”, reagir a todo esse clericalismo<sup>44</sup> que reina nas esferas eclesiais.

O conservadorismo da Igreja diocesana de Cajazeiras dificultou a abertura para a novidade que emergia. Diante do fechamento é revelado a resistência, a teimosia dos leigos e leigas na ação pastoral e social. Muitos não estavam confinados em seus lares ou apenas assistindo os ritos litúrgicos nas igrejas, mas se encontravam na ativa, comungando das dores e alegrias do povo.

Através das entrevistas e estudos realizados durante a pesquisa observamos que a partir do momento em que o laicato tinha autonomia e apoio do padre para realizar o serviço na comunidade, ele conseguia avançar na caminhada. No entanto, quando era a contra gosto

---

<sup>44</sup> Poder do clero exercido sobre os leigos(as) ou abuso do sistema eclesial sobre o temporal.

do padre esse se tornava uma barreira a ser superada e nem sempre conseguia avançar na caminhada. Em muitos aspectos o laicato dependia do clero, já que age também como Igreja. Pois o clero é o detentor do poder simbólico, instituído e material, aqueles que criam e controlam os discursos oficiais. Portanto, o laicato tem sempre que resistir ao poder do Estado e da Igreja frente à missão que é interpelado a assumir.

A partir da análise que fizemos, concluímos que, ou a Igreja muda a sua estrutura enquanto Igreja ou os leigos e as leigas sempre serão instrumentos para manter essa estrutura. Ou ela desmancha essa estrutura para ser uma Igreja de Cristo, uma Igreja dos Pobres - aquela que vai ao encontro dos pobres, mas que também se desnuda de toda pompa, vestimentas e de poderio, se faz pobre —, uma Igreja sinodal<sup>45</sup> ou ela vai continuar dando seu contratestemunho e explorando as pessoas para alimentar a sua estrutura, sua hierarquia, os homens, o seu poder, sua influência e as suas riquezas materiais.

O impulso para a ação desses leigos e leigas é a fé, a atitude de empatia e humanização e o amor à vida e a Cristo, em quem acreditam que os enviam para determinada missão. Bem como a ousadia e teimosia movidas pela esperança de mudança que também os levam a esperar.

As ideologias que permearam o tempo dos regimes ditatoriais civil-militar têm sido recorrentes no hoje da história. É uma temática que urge ser estudada e reverberada. Faz-se necessário, para tanto, conhecer como reagiu a Igreja no tempo da Ditadura, a sua postura, a atuação junto ao povo pobre e oprimido, junto ao Estado, às autoridades políticas e militares e às lideranças leigas que estavam na militância e nas organizações comunitárias. Se faz necessário provocar uma discussão acerca do lugar do leigo e da leiga na Igreja ontem e hoje, bem como a sua relevância e a necessidade de autonomia para exercer a missão.

São assuntos que carecem serem tratados com o objetivo de compreender a postura atual da Igreja e sociedade civil frente aos novos desafios e realidade que refletem facetas de um passado autoritário, antidemocrático e conservador, a fim de contribuir para que cenas de atrocidades, descaso a vida e injustiça social sejam superadas. Bem como permitir que o laicato perceba seu potencial e relevância para a Igreja e para a sociedade, buscando ocupar os lugares que são próprios dele – o espaço eclesial e social, sendo sujeitos, fermento na massa e agentes de transformação.

Evidentemente a nossa pesquisa é limitada, com muitas lacunas que precisam ser preenchidas, embora outras irão surgindo, já que o estudo de temáticas é infindo, exigindo de

---

<sup>45</sup> Uma forma de proceder da Igreja através do diálogo, da escuta, do discernimento, processo esse que deve envolver todo povo de Deus com a finalidade de caminhar juntos(as).



nós uma demanda de tempo para estudar, aprofundar e expandir o conhecimento no assunto. Ressaltamos, inclusive, que há cidades e lideranças laicas e eclesiásticas, a exemplo de Pe. Cleides, que estão envolvidas e citadas na pesquisa, mas que não foi possível nossa aproximação para o estudo de campo.

Outro fator que impossibilitou o nosso avanço foi a realidade de pandemia do coronavírus, ocasionado pela Covid-19. Isso foi uma das barreiras de impedimento, mas também de superação, para realização da pesquisa. Ao se tratar de fontes orais, com entrevistas a pessoas idosas ou com comorbidade, nos sujeitamos a realizar algumas delas por ligação telefônica ou por formulários.

Por fim, reafirmamos que a necessidade move o ofício do(a) historiador(a) e, com isso, pretendemos disseminar o conhecimento obtido, a fim de construir saberes do passado que até então é desconhecido para muita gente no presente. O desafio é fazer com que os trabalhos produzidos no meio acadêmico possam chegar às bases. Esperamos, que o trabalho aqui iniciado, as dúvidas que precisam ser esclarecidas e as lacunas que precisam ser preenchidas sejam pontos motivacionais para prosseguir este ofício. A temática nos oferece muitas possibilidades de pesquisa. Avante!

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. J. Leigos e leigas: história e interpretação. **Atualidade Teológica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 50, p. 253-286, mai./ago. 2015.
- ANDRADE, C. G. **Memória e ordenamento territorial do espaço agrário**: estudo da presença da Comissão Pastoral da Terra na organização das lutas camponesas no município de Cajazeiras - PB. 2015. 51 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, Cajazeiras, 2015. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/4669>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- ANTUNES, R.; RIDENTI, M. Operário e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. **Revista Mediações, Londrina**, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3319>. Acesso em: 12 out. 2021.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ASSUNÇÃO, R. A. *et al.* (org.). **A Tristeza de não ser santo**: memórias do Pe. Gervásio Fernandes de Queiroga. Fortaleza: Imprece, 2019. 267 p.
- BALDISSERA, A. **CEB's: poder, nova sociedade**. São Paulo: Paulinas, 1987.
- BEOZZO, J. O. **A Recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil**. In: Instituto Nacional De Pastoral–INP (org.). **Presença pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003. Disponível em: <http://www7.uc.cl/facteo/centromanuellarrain/download/beozzo.pdf>. Acessado em: 01 jun. 2021.
- BEOZZO, J. O. História da Igreja Católica no Brasil. **Cadernos do ISER**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 3-10, abr. 1979.
- BEOZZO, J. O. Medellín: inspiração e raízes. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 58, n. 232, p. 822-850, 2003b. Disponível em: <https://doi.org/10.29386/reb.v58i232.2341>. Acessado em: 28 out. 2021.
- BINGEMER, M. C. L. Da teologia do laicato à teologia do batismo: uma reflexão em vista do Sínodo de 1987. **Revista Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 19 n. 47, p. 29-48. jan./abr. 1987.
- BOFF, C. A originalidade histórica de Medellín. **Revista Electrónica Latinoamericana de Teología**, [S. l.], v. 317, n. 203, p. 568-575, 1998. Disponível em: <http://https://servicioskoinonia.org/relat/203p.htm>. Acessado em: 08 jun. 2021.
- BOFF, L. **Igreja, carisma e poder**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O tempo da Ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13-42.

BRIGHENTI, A. Puebla 40 anos depois: a hora de retomar a tradição eclesial libertadora. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Minas Gerais, v. 17, n. 54, p. 1408-1425, dez. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/20488>. Acesso em 12 out. 2021.

CASTRO, H. História Social. *In*: CARDOSO, C. S.; VAINFAS, R. (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 508 p.

CENTESIMUS ANNUS, **Revista Diocese de Cajazeiras**. Edição Comemorativa do Centenário da Diocese de Cajazeiras Paraíba. Junho de 2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. **Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade: sal da terra e luz do mundo** (Mt 5, 13-14). Brasília: CNBB, 2017. 149 p. 105 v.

CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. **Introdução Geral sobre o Missal Romano**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 1992.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO – CELAM. **Conclusões da Conferência de Medellín 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual?** São Paulo: Paulinas, 2010, 285 p.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO – CELAM. **Documento de Aparecida: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe**. São Paulo: Paulus, 2008.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO – CELAM. **A evangelização no presente e no futuro da América Latina**. Puebla: Conclusões. São Paulo: Loyola, 1979, 363 p.

COUTO, R. C. O governo Costa e Silva – 1967-1969. *In*: **História indiscreta da Ditadura e da abertura**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010, p. 85-108.

COUTROT, A. Religião e política. *In*: RÉMOND, René (coord.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DELGADO, L. A. N. A Campanha das Diretas Já: narrativas e memórias. *In*: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Associação Nacional de História – ANPUH, 2007, São Leopoldo. **Anais [...]**. São Leopoldo, 2007, p. 1-8.

DELGADO, L. A. N.; PASSO, M. Catolicismo: direitos sociais e direito humanos (1960-1970). *In*: XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Associação Nacional de História – ANPUH, 2003, João Pessoa. **Anais [...]**. São Leopoldo, 2003, p. 1-8. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177542\\_a2fae9f3e92a46f7bf330136fd520ec7.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177542_a2fae9f3e92a46f7bf330136fd520ec7.pdf). Acesso em 18 nov. 2021.

FERREIRA, A. B. H. **Míni Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, R.; SOUZA, N. Os bispos e a Igreja do Brasil em Puebla. Memória de algumas contribuições para a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano vistos há 40 anos de distância. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 79, n. 314, p. 713-737, 2019. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/1910>. Acesso em 8 ago. 2021.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Revista Brasileira de História**, Minas Gerais, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgtJvSjLYMLN/?lang=pt&format=html> Acesso em 18 ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCISCO, P. **Evangelii Gaudium**. São Paulo: Paulinas, 2012.

GEBARA, I. **Mulheres, religião e poder**: ensaios feministas. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.

GIDDENS, A. Religião. *In*: GIDDENS, A. **Sociologia**. Tradução: Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 426-453.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, M. 50 Anos de Medellín. **Revista de Liturgia**. São Paulo, p. 4-10, 2019.

GOHN, M. G. **História dos Movimentos Sociais e Lutas Sociais**. São Paulo: Loyola. 1995.

GOMES, A. C. Jango e a República de 1945-1964: da República Populista à Terceira República. *In*: Rachel Soihet; Maria Regina Celestino Almeida; Cecília Azevedo; Rebeca Gontijo (orgs.). **Mitos, projetos e práticas políticas. Memória e historiografia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p. 36-49.

GUEDES, N. Explosão de bomba em cinema de Cajazeiras completa 43 anos cercada de mistério. **Os Guedes**, 25 de jan. de 2018. Disponível em: <https://www.osguedes.com.br/2018/01/25/explosao-de-bomba-em-cinema-de-cajazeiras-completa-43-anos-cercada-de-misterio>. Acessado em: 27 de nov. 2021.

KUZMA, C. **Leigos e leigas**: força e esperança da Igreja no mundo. São Paulo: Paulus, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LÖWY, M. **O que é Cristianismo da Libertação**: religião e política na América Latina. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. 256 p.

MAINWARING, S. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução: Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAUÉS, F. A tortura denunciada sem meias palavras. *In*: SANTOS, Cecília McDowell; TELES, Edson; TELLES, Janaína de Almeida (org.). **Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Aderaldo e Rothschild Editores, 2011, p. 110-134.

MICELI, S. **A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MORAES, M. S. Memória e Cidadania: as mortes de V. Herzog, Manuel F. Filho e José F. de Almeida. *In*: SANTOS, Cecília McDowell; TELLES, Edson; TELLES, Janína de Almeida (orgs.). **Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Aderaldo e Rothschild Editores, 2011.

NASCIMENTO, A. L. Recordar é Viver. **Revista Centesimus Annus**. Cajazeiras, jun. 2015. (Edição Comemorativa do Centenário da Diocese de Cajazeiras Paraíba).

NETO, J. A. **O Movimento nos Bairros Populares de Cajazeiras: Uma semente enraizada**. Cajazeiras: Júnior Gráfica, 2021.

PAIVA, V. (org). **Igreja e questão Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

PASSOS, J. D. Os desafios do protagonismo leigo. **Revista Atualidade Teológica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 50, p. 231-252, mai./ago. 2015. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev\\_ateo.php?strSecao=fasciculo&fas=26027&NrSecao=X3&nrseqcon=25497](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_ateo.php?strSecao=fasciculo&fas=26027&NrSecao=X3&nrseqcon=25497). Acesso em 9 ago. 2021.

PASSOS, J. D. **Não há Igreja sem sujeito**. Sujeitos eclesiais sal da terra e luz do mundo: reflexões sobre o documento 105: Ano Nacional do Laicato. Comissão Episcopal de Pastoral para o Laicato. São Paulo: Paulinas, 2017.

PAULO VI. **Exortação apostólica Evangelii Nuntiandi**. São Paulo: Paulinas, 2011.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2008.

REIS, D. A. A Ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. *In*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **A Ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura Militar e revolução socialista no Brasil. **Revista Tempos Acadêmicos**, Criciúma, n. 4, 2010.

REIS, D. A. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005: il. Série Descobrimos o Brasil.

RIDENTI, Marcelo. Cultura. *In*: REIS, Daniel Aarão (coord.) **Modernização, Ditadura e Democracia: 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. 5 v.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Do bico da pena a urna eletrônica**. Recife: Bagaço, 2006.

RUIZ, Castor Bartolomé. O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno. **Cadernos IHU ideias**/ Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

SANTOS, C. V. *et al.* **Em Busca de Novos Caminhos: experiências vividas nos anos de chumbo**. Porto Alegre: Pacartes, 2010.

SANTOS, J. S. Questão social: particularidades no Brasil. *In*: SANTOS, Josiane Soares. **Elementos para entender a concepção e a gênese da “questão social”**. São Paulo: Cortez, 2012. 6 v. (Coleção biblioteca do serviço social).

SCHUINA, M. J. L. **Os desafios da organização do laicato como sujeito eclesial**. Sujeitos eclesiais sal da terra e luz do mundo: reflexões sobre o documento 105: Ano Nacional do Laicato. Comissão Episcopal de Pastoral para o Laicato. São Paulo: Ed. Paulinas, 2017.

SERBIN, K. P. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na Ditadura**. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 566 p.

SILVA, F. C. T. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 243-282.

SILVA, W. T.; BAPTISTA, P. A. N.; SIQUEIRA, G. P. A Conferência de Puebla: contexto e papel da juventude e da educação. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Minas Gerais, v. 17, n. 54, p. 1426, 31 dez. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/11769>. Acessado em: 21 jun. 2021.

SOUSA, R. J. **Doutrina social e marxismo na Igreja de Cajazeiras (1960-1985)**. Cajazeiras: 1998.

SOUSA, R. J. **Ide a encruzilhadas: doutrina social, renovação carismática e opção pelos pobres**. Aparecida: Editora Santuário / Renovação Carismática, 2003. Coleção RCC – Novo Milênio, 9.

SOUZA, N.; GOMES, E. S. Os papas do Vaticano II e o diálogo com a sociedade contemporânea. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 5-27, jan.-abr. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/teo/article/view/18264>. Acesso em: 12 out. 2021.

VATICANO II. **Mensagens, discursos e documentos**. 2. ed. Tradução: Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 2007.

**ENTREVISTADOS (AS)**

CARLI, Mauro. Entrevista concedida (via e-mail) a Maria Fernandes da Silva. Vigo Lomaso – Trento – Itália, 22 fev. 2021. [Trechos da entrevista foram descritos no texto desta monografia].

GOUVEIA, Maria do Socorro. Entrevista concedida (presencialmente) a Maria Fernandes da Silva. Sousa, 2 mar. 2021. [Trechos da entrevista foram descritos no texto desta monografia].

QUEIROGA, Gervásio Fernandes de. Entrevista concedida (via áudios e e-mails) a Maria Fernandes da Silva. Cajazeiras, 7 fev. 2021.; 10 fev. 2021.; 26 fev. 2021. [Trechos da entrevista foram descritos no texto desta monografia].

SANTOS, Rita de Cássia Alves. Entrevista concedida (via ligação telefônica) a Maria Fernandes da Silva. Barro-CE, 8 fev. 2021. [Trechos da entrevista foram descritos no texto desta monografia].

SOUZA, Josefa Pereira de. Entrevista concedida (via e-mail) a Maria Fernandes da Silva. Vigo Lomaso – Trento – Itália, 22 fev. 2021. [Trechos da entrevista foram descritos no texto desta monografia].

NETO, José de Sousa. Entrevista concedida (presencialmente) a Maria Fernandes da Silva. Cachoeira dos Índios, 3 fev. 2021. [Trechos da entrevista foram descritos no texto desta monografia].